

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

nº 26

Goiânia-GO
Kelps, 2016

Copyright © 2015 by Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Editora Kelps

Rua 19 nº 100 — St. Marechal Rondon
CEP 74.560-460 — Goiânia — GO
Fone: (62) 3211-1616
Fax: (62) 3211-1075
E-mail: kelps@kelps.com.br
homepage: www.kelps.com.br

Comissão Técnica

Victor Marques
Diagramação e arte da capa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL PIO VARGAS

REV Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás / Instituto
Histórico e Geográfico de Goiás. – n. 26 (2015) – Goiânia :
Kelps, 2016.

202 p.: il.

ISSN: 2175-1269

1. Goiás - História. I. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
I. Título

CDU: 94(817.3) (05)

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito do autor. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

2016

IHGG - INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

SEDE: Rua 82, nº 455, Setor Sul - CEP: 74083-010

FONE: (62) 3224-4622 / 3224-4941

E-mail: ihgg@ihgg.org

DIRETORIA DO IHGG
Gestão: 2013-2017

Presidente: **Geraldo Coelho Vaz**

1º Vice-Presidente: **Hélio Moreira**

2º Vice-Presidente: **Nancy Ribeiro de Araújo e Silva**

3º Vice-Presidente: **Luiz Augusto Paranhos Sampaio**

Secretária Geral: **Elizabeth Abreu Caldeira Brito**

1º Secretário: **Orlando Ferreira de Castro**

2ª Secretária: **Jacira Rosa Pires**

Tesoureiro: **Waldomiro Bariani Ortencio**

2º Tesoureiro: **Nelson Lopes Figueiredo**

1º Orador Oficial: **Licínio Leal Barbosa**

2º Orador Oficial: **Rogério Arédio Ferreira**

1º Bibliotecário: **Francisco Itami Campos**

2º Bibliotecário: **Iuri Rincon Godinho**

Diretoria de Museu: **Maria Terezinha Campos Santana**

Diretoria de Arquivo: **Antônio César Caldas Pinheiro**

Diretoria da Revista: **Lena Castello Branco F. de Freitas**

Assessoria de História: **Juarez Costa Barbosa**

Assessoria de Geografia: **Horieste Gomes**

Sumário

Apresentação.....	9
<i>Lena Castello Branco Ferreira de Freitas</i>	

DISCURSOS

Inauguração do monumento “Rolos Compressores”	13
<i>Geraldo Coelho Vaz</i>	

Discurso de Inauguração e Disponibilização do Jornal Folha de Goyaz	17
<i>Geraldo Coelho Vaz</i>	

ARTIGOS

Goiás, sua história e os centenários de personalidades inesquecíveis	23
<i>Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado</i>	

Novos tempos! Velhas histórias!.....	58
<i>Aparecida Teixeira de Fátima Paraguassú</i>	

Educação para quê? (ou mais um dia do professor)	76
<i>Antônio Teixeira Neto</i>	

De senhores e escravos: terra e trabalho no Brasil do século XIX	89
<i>Lena Castello Branco Ferreira de Freitas</i>	

A chegada dos missionários redentoristas a Campinas – um grande marco histórico que antecedeu à construção de Goiânia - 120 anos	129
<i>Vivaldo J. de Araújo</i>	

O Livro <i>Pelo Sangue</i> – a genealogia do poder em Goiás	136
---	-----

Jales Guedes Coelho

CRÔNICAS

O Venerando livro 143

José Mendonça Teles

O Terremoto de Lisboa e sua repercussão no Arraial de Santa
Luzia 149

Epaminondas Roriz

Padre Pereira – Uma vida, muitas histórias pela Fé, Alegria,
Ciência e Educação e Cerrados 153

Pedro Wilson Guimarães

Doutor Thomas Cardoso de Almeida 159

Alberto Martins da Silva

Joaquim Gomes Filho, o trocadilhista 164

Bariani Ortencio

Varnhagen e a capital da república..... 168

Jarbas Silva Marques

ATIVIDADES DO IHGG 175

SÓCIOS DO IHGG..... 185

GALERIA DE FOTOS 191

Apresentação

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas¹

Pede-me o Presidente, escritor Geraldo Coelho Vaz, que faça a apresentação do presente número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Convite que venho atender com a máxima boa vontade, em se tratando do confrade e amigo que, no desempenho das honrosas funções que lhe foram confiadas, tantos e tão bons serviços vem prestando à nossa consagrada instituição.

Chegamos ao número 26 da Revista do IHGG, o que, por si só, representa vitória expressiva, obtida à custa de persistência e dedicação compartilhadas com todos os que integram o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás: sócios, funcionários, patrocinadores, organismos governamentais que nos apoiam e incentivam.

Muito se tem discutido, na atualidade, o que seria o fim da chamada “mídia impressa”, tida como uma obsolescência em tempos de informática e meios de comunicação a cada dia mais avançados. Nessa perspectiva, a Revista impressa em papel e em formato tradicional não mais se justificaria, sendo suplantada pela versão eletrônica – ágil, moderna e praticamente ao alcance de todos, sem requerer espaço para armazenamento, nem exigir tempo maior para leitura, além de uma rápida vista de olhos pelo seu conteúdo, logo descartado, quando não for de interesse.

Claro está que os tempos mudaram e a tecnologia coloca o mundo ao alcance de todos, até de crianças que, desde cedo manuseiam sofisticados aparelhinhos, como que por intuição genética. Creio, entretanto, que a Revista impressa – como a nossa – é necessária no mundo globalizado e internacionalizado, até como veículo de ideias e preocupações voltadas para a tradição, a identidade cultural, a produção não utilitária de pesquisas e textos, a defesa da boa expressão escrita inclusive em seu viés literário, descompromissado com o utilitarismo imediato.

¹ Sócia Emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Diretora da Revista do IHGG.

Neste número 26 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás estão presentes autores e acontecimentos pertinentes ao ano de 2015 – assinalados com a publicação de discursos do Presidente, Geraldo Coelho Vaz, sobre a concretização de dois projetos muito caros ao IHGG e de grande importância histórica e documental: os rolos compressores de compactação para o revestimento asfáltico, utilizados na nascente Goiânia da década de 1930; e a disponibilização, em versão informatizada, do jornal *Folha de Goyaz* a estudiosos e pesquisadores.

Na seção referente a *Artigos*, é lembrado o centenário de vultos importantes da literatura e das artes goianas, nascidos em 1915, com a publicação de texto da autoria do escritor e memorialista Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado, Sócio Correspondente do IHGG. São evocados Bernardo Elis, Octo Marques, Goiandira do Couto, Nice Monteiro Daher, Eli Brasiliense, Pedro Celestino da Silva, Carmo Bernardes, Nair Perillo Richter e Antônio Soares de Camargo.

Na sequência, publica-se ensaio da autoria de Aparecida Teixeira de Fátima Paraguassu – “Novos tempos! Velhas histórias” - que se debruça sobre a vetusta Santa Cruz de Goiás, suas manifestações culturais e tradições seculares. Antônio Teixeira Neto discorre sobre a problemática indígena em “Todo dia era dia de índio”; Vivaldo J. Araújo escreve sobre “A chegada dos missionários redentoristas a Campinas”, como marco histórico que antecedeu à construção de Goiânia. Jales Guedes Coelho, em “O livro *Pelo sangue – a genealogia do poder em Goiás*”, remete à obra homônima de Victor Coelho de Almeida, que esmiúça a política regional na Velha República. De nossa autoria, publicamos “De senhores e escravos: terra e trabalho no Brasil do século XIX”.

Na seção *Crônicas*, lê-se textos de autores consagrados, de Goiânia, Luziânia e Distrito Federal, a saber: José Mendonça Teles, Epaminondas Roriz, Pedro Wilson Guimarães, Alberto Martins da Silva, Bariani Ortêncio e Jarbas Silva Marques.

Completa-se a publicação com o registro das Atividades do IHGG, em 2015; Relação dos Sócios e *Galeria de Fotos*.

Boa leitura!

DISCURSOS

Inauguração do monumento “Rolos Compressores”

Coelho Vaz¹

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás vem desempenhando o seu desiderato como guardião da memória goiana, desde o dia 7 de outubro de 1932, seu nascimento na Velha Capital do estado, hoje cidade de Goiás. Com a instituição atenta em registrar para as novas gerações, o passado escrito nas páginas das lembranças dos nossos antepassados.

É bom lembrar que em 1918, quando o médico historiador Antônio Americano do Brasil exercia o cargo de Secretário de Interior e Justiça, houve por bem, pela Lei nº 692, criar o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

A instalação só ocorreu mais de dez anos após a criação da lei por jovens idealistas e amantes da historiografia goiana.

Estes “Rolos Compressores de Goiânia”, constituem, antes de tudo, grande valor histórico para a nossa Capital. Este ano, antecipamos os festejos do aniversário de seu nascimento, em 24 de outubro de 1933, que vai comemorar os 82 anos de juventude e entregar aos seus filhos, os goianienses, pedaços da história, para que sejam visualizados no monumento que abriga o início da construção de Goiânia.

Como já afirmei, a finalidade de nossa Instituição é preservar a memória, e agora entregar à comunidade o monumento dos

¹ Geraldo Coelho Vaz – *Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Discurso proferido em 5 de agosto de 2015.*

dois rolos de cimento remanescentes do início da construção de Goiânia. Ambos datam de 1938, quando as ruas da capital eram abertas a picaretas e enxadas. Esses rolos compressores eram puxados por parselhas de bois, aplainavam o terreno da área central e serviram também, para o asfaltamento da Praça Cívica, que hoje leva o honroso nome do fundador, idealizador de Goiânia: Pedro Ludovico Teixeira.

Um dos dois rolos compressores que integra o patrimônio do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, graças ao resgate do historiador e amante do patrimônio goiano, presidente *ad Vitam* de nossa Instituição, professor José Mendonça Teles. Há quase duas décadas, em um monte de entulhos, próximo à linha da estrada de ferro, abaixo do Bairro Feliz, ele salvou parte de nossa pobre história.

Removido daquele lugar, foi instalado provisoriamente ao lado do painel “Memória Goianiense” do Instituto, juntamente com o segundo rolo compressor doado pelo advogado Mário Roriz Soares de Carvalho, que se encontrava na propriedade de seu falecido pai, Dr. Ismerino Soares de Carvalho, ambos ex-prefeitos de Goiânia, aguardando até a presente data o exato momento da construção de seu pedestal para melhor acolhê-los.

E hoje, aqui estão eles, nesta noite memorável, para inaugurar e abrigar condignamente parte de nossa história, marcando mais uma contribuição do cuidado que a Instituição tem pela nossa memória.

A preocupação constante esbarrava na parte financeira, o que muito dificultava no sonho de realizar o lugar adequado para abrigar o monumento, com constantes negativas de financiamento por parte do governo federal.

Após diversas reuniões a respeito do projeto “Rolos Compressores de Goiânia” com a diretoria do Instituto Histórico

e Geográfico de Goiás, chegamos à conclusão de que o projeto só se tornaria realidade com o planejamento e execução da Contato Comunicações, pelo seu diretor e Sócio Titular do IHGG, jornalista Iuri Rincon Godinho, que contou com a parceria e apoio das empresas:

Sindicato dos Engenheiros do Estado de Goiás – SENGE; Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICCOOB; Serviço Social do Comércio do Estado de Goiás – SESC-GO; Comércio e Assessoria de Sistemas de Microfilmagem Ltda – SISMI; Federação das Indústrias de Goiás – Serviço Social do Comércio – FIEG-SESI; UNIMED e Editora KELPS.

Não podemos deixar de agradecer às empresas goianiense que abraçaram com entusiasmo mais esse benefício, resguardando para sempre um marco histórico da construção da nossa querida Goiânia.

Agradecemos de maneira especial à diretoria e associados de nossa agremiação, pelo apoio e preocupação de tornar-se realidade o referido projeto, que muito vai significar e contribuir para o enriquecimento do valor histórico de nosso patrimônio cultural.

Entregamos com alegria contagiante o monumento que abrigará para sempre os dois “Rolos Compressores de Goiânia”. E, finalizando, a todos os goianienses a homenagem sincera do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Discurso de Inauguração e Disponibilização do Jornal Folha de Goyaz

Coelho Vaz¹

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás completa hoje mais um aniversário de sua fundação. É a Instituição Cultural mais antiga do Estado de Goiás. Fundada na então capital, Cidade de Goiás, por jovens idealistas, tendo à frente o professor Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, seu primeiro presidente, autor do *Dicionário Analógico da Língua Portuguesa (Ideias afins)*, que teve ao seu lado nomes como Sebastião Fleury Curado, Alcides Celso Ramos Jubé, José Honorato da Silva e Souza, Vasco dos Reis, Alfredo de Faria Castro, Zoroastro Artiaga, Luiz do Couto, Augusto da Paixão Fleury Curado e outros importantes filhos das terras dos Goiasenses, que deixaram seus nomes escritos e gravados no mármore da história Goiana.

Um ano depois, mais precisamente no dia 1º de junho de 1933, transfere-se para a nova capital, a decantada Goiânia, onde hoje tem sede própria; é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado de caráter cultural e científico, sem fins lucrativos e com finalidade de preservar e cultuar a memória Histórica e Geográfica de Goiás.

Preceitua o artigo 8º do Estatuto desta Casa que “O dia 07 de outubro, comemorativo do aniversário do IHGG, será considerado data festiva”.

¹ Geraldo Coelho Vaz – Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Discurso proferido em 7 de outubro de 2015.

Em boa hora, iremos hoje, graças ao programa Estadual de Incentivo à Cultura/ Lei Goyazes, do Governo do Estado de Goiás, festivamente e solenemente entregar e disponibilizar aos usuários, pesquisadores, professores e internautas o acervo digitalizado do Jornal *Folha de Goyaz*.

Trata-se do primeiro jornal diário de que se tem notícia de nossa querida Goiânia.

Para conseguir realizar o projeto Folha de Goiás, o então presidente dessa Instituição, o pesquisador e professor José Mendonça Teles abraçou com todas as forças e resistindo as pedras do caminho, no dizer do poeta Carlos Drummond de Andrade, alcançou recursos para a elaboração da primeira etapa do referido projeto, elaborado e coordenado pela associada e primeira Secretária do IHGG professora Elizabeth Caldeira Brito.

Ao passar a presidência deste Sodalício ao escritor Aidenor Aires, ele percebeu a importância da *Folha de Goyaz* para a historiografia goiana. Deu prosseguimento ao Projeto de digitalização do jornal, nascido em 1939, passando depois pelas mãos administrativas dos Diários Associados e encerrando sua produção e fechando portas em 1982. Registrou durante o seu tempo a memória escrita, num período importante da história brasileira, principalmente do nascimento de Goiânia. A administração do escritor Aidenor Aires houve por bem trabalhar na elaboração da segunda etapa do projeto que, recebeu da árvore cultural os frutos necessários para concretizar o sonho dos pesquisadores brasileiros.

Coube à nossa administração, graças à competência da diretoria, dos associados e funcionários do IHGG, elaborar a terceira e última etapa do aludido projeto, aprovado pela *Lei Goyazes*, do Governo do Estado de Goiás. Lei esta criada pelo

competente Presidente de Honra do IHGG, governador Marconi Perillo, que tem alavancado a área cultural de Goiás. Agradecemos a ele sua visão de estadista e seu amor às artes goianas.

Para concretizar este sonho acalentado durante uma década de trabalhos para se tornar realidade, batemos às portas da empresa SAMA- Minerações Associadas, do próspero município de Minaçu, na pessoa do empresário Rubens Relá, que empolgado, patrocinou todo o projeto. A ele a cultura goiana agradece.

E, hoje, senhoras e senhores, governador Marconi Perillo, aqui estamos para disponibilizar a ferramenta, para os internautas, caçadores da memória histórica, que muito vai contribuir com atávico momento, a recordação e a validação de pesquisas jurídicas, científicas e históricas.

Os arquivos da *Folha de Goyaz* são o maior conteúdo de história do nosso Estado já disponibilizado na Internet.

Nele estão contidos o dia-a-dia do Estado e da Capital, durante quase 50 anos ininterruptos.

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, vem nestes 83 anos de existência cumprir sua finalidade de guardião da Memória Cultural Brasileira, especialmente a goiana. Parafraseando o poeta gaúcho Mário Quintana nós passaremos e o IHGG, passarinho.

Agradecemos de maneira especial o Senhor Governador do Estado de Goiás, Dr. Marconi Perillo pela criação da *Lei Goyazes*, grande e imorredouros benefícios que tem alcançado às áreas culturais do Estado e também, ao diretor presidente da SAMA- Minerações Associados, pelo patrocínio. E que Deus os abençoe hoje, agora e sempre.

ARTIGOS

Goiás, sua história e os centenários de personalidades inesquecíveis

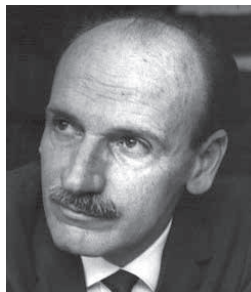
Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado¹

O ano de 2015 trouxe, na esteira do tempo, os importantes centenários de Nice Monteiro Daher, Goiandira do Couto, Nair Perillo Richter, Octo Marques, Bernardo Êlis Fleury de Campos Curado, Antonio Soares de Camargo, Pedro Celestino da Silva Filho, Carmo Bernardes e Eli Brasiliense, todas elas, grandes e marcantes figuras no cenário social cultural de Goiás. É uma justiça relembrá-los.

Bernardo Êlis: O centenário de um homem e de um mito

Bernardo Êlis Fleury de Campos Curado, ou simplesmente Bernardo Êlis. Um homem e um mito. O autor dos romances históricos, dos poemas modernistas, das crônicas eruditas, dos contos regionais. Bernardo, que onde em tudo há Goiás!

Na poética e romanesca Corumbá de Goiás, com seu casario histórico, suas ruas estreitas, sua igreja no alto, branquinha, seus largos floridos e sua riqueza folclórica foi o berço de Bernardo Êlis, em 15 de novembro de 1915. No mesmo ano, a bela cidade também foi berço de J. J. Veiga, outro monstro sagrado de nossas letras.



Bernardo Êlis

¹ Mestre em letras, professor e Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

No seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras há 40 anos, em 1975, Bernardo Élis assim cantou sua velha cidade:

“Ah, minha velha Goiás! Das mais elevadas terras do Planalto Central, da Serra dos Pirineus, nasce um rio que corta Goiás em direção ao sul. É o Corumbá, chamado resmungador e escachoante. A quatro léguas das nascentes forma um belo salto. Essa cachoeira foi descoberta pelos Bandeirantes tão logo chegaram a Goiás. E, danados como eram, rasgaram a serra, desviaram o curso das águas, estancaram a catadupa. No profundo do poço cavado pelas águas desde mil e mil anos acharam tanto ouro, mas tanto ouro, que para catá-lo ergueu-se uma povoação que tomou o nome de arraial de Nossa Senhora da Penha de França de Corumbá. Desaparecido o ouro, o arraial nem cresceu, nem minguou – encruou, pequenino e solitário na imensidão da encosta a prumo”.

Era Bernardo Élis filho do grande poeta de nosso Simbolismo, Érico José Curado (1880-1961), inspirado vate de nossas terras e de Marieta Fleury Curado (1895-1990), dona de casa. Iniciou o estudo das primeiras letras com o pai, em casa, que era impaciente ao ensiná-lo; em 1923, foi residir na casa do avô materno, na capital do Estado, então Cidade de Goiás, onde se matriculou no Grupo Escolar, tema discutido em sua novela *Apenas um violão*.

Mais tarde, retornou para Corumbá continuando os estudos com o pai, de quem viria o estímulo para as letras e para o jornalismo, assim como para o magistério, embora o pai fosse comerciante na pequena cidade. Era comerciante, mas não gostava do comércio e perdia várias vendas, imerso no mundo dos sonhos, na elaboração de seus versos...

Aos doze anos, Bernardo Élis escreveu o primeiro conto, inspirado em “Assombramento”, de Afonso Arinos, na época um

festejado regionalista, autor do livro *Pelo sertão*. Leu, também, e se inspirou na obra *Tropas e boiadas*, do magistral Hugo de Carvalho Ramos, assim como do talentoso Pedro Gomes de Oliveira que, nos anos de 1920, havia escrito o livro de contos intitulado *Na cidade e na roça*. Mais tarde, já em Goiânia, em 1942, escreveu seu magistral *O pito aceso*.

Em 1928, Bernardo Élis viajou com a família para a Cidade de Goiás, onde fez o curso ginásial no Liceu, tradicional colégio vilaboense, construído em 1846, um dos mais antigos estabelecimentos de ensino secundário do País. Ampliou suas leituras, principalmente de Machado de Assis, Eça de Queirós e dos autores modernistas; vindo daí sua inspiração para as letras e para o jornalismo também.

Era o tempo da política fervilhante que antecedeu a Revolução de 1930 e a completa diferenciação pela qual passaria o Estado de Goiás com a queda da oligarquia Caiadista. Aos 13 anos, Bernardo Élis vivenciou este histórico momento na antiga capital goiana. Viu caírem do poder aqueles antigos e austeros chefes oligárquicos e ascenderem outros jovens idealistas, com seus erros e acertos, inspirados pela liderança de Pedro Ludovico Teixeira.

Reacendeu-se a ideia da mudança da capital do Estado, isolada por um determinismo geográfico. Lutas políticas e sociais, movidas por interesses tantos sacudiram a velha cidade do Anhanguera. Bernardo Élis nessa época era um jovem de 18 anos, estudante pobre em busca de uma oportunidade na vida.

Assim iniciou-se na vida pública em 1936, aos 19 anos, como escrivão da Delegacia de Polícia em Anápolis, quando foi nomeado escrivão do Cartório do Crime de Corumbá. Assim voltou ele para a sua doce terra, mas por pouco tempo.

Também participou, desde 1934, dos acontecimentos literários do Brasil Central, junto a outros jovens idealistas,

escrevendo poesias e enviando colaborações de cunho modernista para os jornais de Goiânia, a nova cidade que nascia nas campinas. Em 1939, transferiu-se para Goiânia, onde foi nomeado secretário da Prefeitura Municipal, com exercício das funções de prefeito por duas vezes. Era uma mudança total e inesperada em sua vida de jovem estudante de 24 anos de idade.

Dentro dele estava pulsante a Literatura e o gosto pela escrita! E, antes de tudo, o seu tema era Goiás e sua gente, fonte de sua inspiração. Mas, ele precisava estudar; ter segurança, um diploma e uma carreira. Após a interrupção dos estudos por dois anos, em 1940 concluiu o curso clássico no Liceu de Goiânia. Em 1945, formou-se na Faculdade de Direito, sendo orador de sua turma. Estava consumado o homem na plenitude de todo o seu saber.

Mas, dentro dele havia um sonho maior, viver na então Capital Federal. Em 1942, mudou-se para o Rio de Janeiro com a intenção de aí fixar-se. Trazia um livro de poesias e outro de contos, que pretendia publicar. Sem realizar seu intento, retornou a Goiás. Para um jovem pobre e desconhecido, o Rio de Janeiro era uma temeridade.

Em Goiânia, cidade nova e de oportunidades tantas, fundou ele juntamente com o trindadense Gerson de Castro Costa (1917-1992) e Zecchi Abrahão a *Revista Oeste* e nela publicou o conto “Nhola dos Anjos e a cheia de Corumbá”, depois inserido em livro. Essa revista era a súmula de toda inteligência moça de Goiás, inspirada na renovação com a mudança da capital.

No ano de 1944, seu livro de contos *Ermos e gerais* foi publicado pela Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, de Goiânia, obtendo sucesso e elogios de toda a crítica nacional. Nesse ano, aos 29 anos de idade, casou-se com a poetisa Violeta Metran (1927-1996), moça inspirada e sonhadora, da bela “cidade dos pomares”, Morrinhos.

No ano de 1945, há 70 anos, participou do 1º Congresso de Escritores de São Paulo, quando conheceu vários escritores nacionais, entre os quais Aurélio Buarque de Holanda, Mário de Andrade e Monteiro Lobato. Voltando para Goiânia, fundou a Associação Brasileira de Escritores, da qual foi eleito presidente. Ingressou no magistério como professor da Escola Técnica Federal de Goiás, hoje IFG e do ensino público estadual e municipal.

Bem poucos, no Brasil, puderam viver de Literatura e podem ser contados nos dedos, como Jorge Amado, José Mauro de Vasconcelos e talvez Érico Veríssimo e olhe lá. Os outros escreveram nas sobras de tempo, na aflição de garantir o pão da carne, no entrecoste com o pão do espírito!

Em 1955, Bernardo Élis publicou o livro de poemas *Primeira chuva*. Nos anos seguintes, com muita luta, dedicou-se ao magistério e à vida literária. Foi co-fundador, vice-diretor e professor do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Goiás, daí passando a professor de Literatura na Universidade Católica de Goiás e em vários cursos preparatórios ao vestibular das universidades. Era a luta pelo pão e pela dignidade, de quem se dedica à Educação em nosso País.

Entre os anos de 1970 a 1978, desempenhou as funções de Assessor Cultural junto ao Escritório de Representação do Estado de Goiás, no Rio de Janeiro, e reassumiu o cargo de professor na Universidade Federal de Goiás. Participou de congressos e conferências em todo o País, representando Goiás.

Desempenhou ainda a função de Diretor Adjunto do Instituto Nacional do Livro, em Brasília, de 1978 a março de 1985. Em 1986, foi nomeado para o Conselho Federal de Cultura, ao qual pertenceu até a extinção do órgão, em 1989. Em todos os campos onde atuou, o filho de Corumbá de Goiás deu provas de seu imenso talento.

Pelo conjunto de sua obra, expressiva e bela, recebeu inúmeros prêmios literários: Prêmio José Lins do Rego (1965) e Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro (1966), pelo livro de contos *Veranico de janeiro*; Prêmio Afonso Arinos, da Academia Brasileira de Letras, pelo seu *Caminhos e descaminhos*; Prêmio Sesquicentenário da Independência, pelo estudo *Marechal Xavier Curado, criador do Exército Nacional* (1972). Em 1987, recebeu o Prêmio da Fundação Cultural de Brasília, pelo conjunto de obras, e a medalha do Instituto de Artes e Cultura de Brasília, no mesmo ano de sua morte.

No governo Henrique Santillo, toda a sua obra foi enfeitada numa coleção, em capa dura, de belo trabalho artístico, intitulada “Alma de Goiás”, com apresentação de Kleber Adorno, comentários de Tristão de Athayde e desenhos de Amaury Menezes, pela tradicional Editora José Olympio. Essa coleção fez enorme sucesso e foi distribuída em todo o Estado de Goiás, às escolas, universidades e instituições culturais.

As principais obras de Bernardo Élis foram: *Primeira chuva, poesia* (1955); *Ermos e gerais, contos* (1944); *A terra e as carabinas* (1951); *O tronco, romance* (1956); *Caminhos e descaminhos, contos* (1965); *Veranico de janeiro, contos* (1966); *Caminhos dos gerais, contos* (1975); *André Louco, contos* (1978); *Seleção de Bernardo Élis. Org. de Gilberto Mendonça Teles; estudo e notas de Evanildo Bechara* (1974); *Caminhos dos gerais* (1975); *Os enigmas de Bartolomeu Antônio Cordovil* (1980); *Apenas um violão* (1984); *Goiás em sol maior* (1985); *Jeca-Jica-Jica Jeca* (1986); *Chegou o governador* (1987); *Obra reunida de B. É.* (1987).

A sua consagração máxima como escritor veio há 40 anos. Em 1975, vencendo JK, foi eleito o quarto ocupante da Cadeira 1, da Academia Brasileira de Letras, eleito em 23 de outubro de 1975, na sucessão de Ivan Lins e recebido pelo Acadêmico Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em 10 de dezembro de 1975. Até hoje é o único goiano eleito para a Casa de Machado de Assis.

Bernardo Élis participou também de entidades como União Brasileira de Escritores, secção de Goiás, Academia Goiana de Letras, Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Colaborava com todos os jornais goianos, notadamente o *Cinco de março e o Diário da manhã*, ativista político de esquerda, ao lado de Batista Custódio.

Seus trabalhos literários *André louco e O tronco* foram transformados em filme, com reconhecimento de público e de mídia, elevando mais ainda o nome de Goiás. Dessa forma, nosso Estado tem uma dívida muito grande com esse inesquecível corumbaense.

Já mais velho, Bernardo Élis, convolou segundas núpcias com sua prima Maria Carmelita Fleury Curado, sua constante companheira das lides intelectuais e ativa colaboradora quando este esteve como Presidente da Fundação Cultural Pedro Ludovico, já no fim da vida. Foi em sua companhia que o escritor viveu seus dolorosos últimos dias, vítima de pertinaz enfermidade.

Reconhecido no meio intelectual, Bernardo Élis teve estudos importantes de sua obra feitos por nomes consagrados como Nelly Alves de Almeida, Ercília Macedo, Moema de Castro e Silva Olival, Ramir Curado, Paulo Bertran, José Mendonça Teles e tantos outros. Em sua cidade, Corumbá de Goiás, há um movimento para a construção de um memorial em sua homenagem, com o incentivo e entusiasmo dos bravos intelectuais Ramir Curado, grande historiador e estudioso local e Ana Ruth Fleury Curado, também notável pesquisadora das coisas goianas.

Tive a honra de conhecer e conviver com Bernardo Élis muitos e muitos anos. Seu jeito tímido, muito alto e magro, o porte elevado. Quando em 1995, há vinte anos, fui premiado em primeiro lugar no saudoso “Concurso BEG de Literatura”, era meu querido Bernardo Élis presidente da Fundação Cultural. Eu tinha 24 anos, mas já convivia há muito com ele.

Na sessão de entrega dos prêmios, quando foi pronunciado meu nome e ele foi me entregar o diploma e o cheque, sussurrou para mim, entre um riso irônico e engraçado: “Meu caro Bento, parabéns, mas quando disseram seu nome, por certo todos pensaram que isso foi uma maracutaia que fizemos”. Ri muito também, concordando com o que dizia. Ter esse diploma por ele assinado e todos os seus livros autografados constitui imensa riqueza para mim.

Depois de lutar pela vida, vítima de um câncer, faleceu Bernardo Élis em 30 de novembro de 1997, aos 82 anos e 15 dias; foi sepultado no Mausoléu dos Imortais da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro.

Que no seu centenário, seu nome seja lembrado como ícone maior de nosso Estado, respeitável acadêmico e sensível poeta, alquimista das letras a perpetuar Goiás nas fronteiras do mundo.

Octo Marques, o pintor das paisagens vilaboenses

As artes plásticas em nosso Estado têm suas raízes ainda no século XIX com José Joaquim da Veiga Valle (Pirenópolis, 1806 - Cidade de Goiás, 1874). Seu nome importante e de grande destaque, o artista produziu cerca de 200 peças em estilo barroco e neoclássico que esculpiu principalmente em madeira.

Há na Cidade de Goiás o Museu da Arte Sacra da Boa Morte, na antiga igreja, que reúne grande parte de seu rico acervo.



Octo Marques

Os estudiosos de sua obra são Elder Camargo de Passos, Heliana Angotti Salqueiro e Antolinda Borges. Embora seja pirenopolino, em sua terra natal, há pouco do que produziu e deixou.

No século XX, ainda na velha capital do Estado, o grande nome foi Octo Marques, ao lado de Goiandira do Couto e Pèclat de Chavannes, que chega, agora, ao centenário de nascimento. Autodidata, ele atuou como pintor, gravador, escritor e desenhista. Trabalhou, ainda, como ilustrador no jornal *O Estado de São Paulo*. Seus traços principais são a ingenuidade, imagens de gente simples, como ex-votos, as tropinhas de burros cruzando o sertão e a marca identificatória dos dois urubus nos céus de suas pinturas. São emblemáticos e recorrentes.

Octo Marques estudou no Lyceu de Goiás, mas não pode terminar seus estudos como desejava. Já nesse tempo, ainda no tradicional colégio, iniciou sua vida literária ao lado de outros admiráveis como Gerson de Castro Costa, Bernardo Élis, Dayse Santana Porto, Edla Pacheco e, influenciado por Alfredo Nasser, deu publicidade a muitos de seus trabalhos na imprensa de Goiás já nos anos de 1940. Escrevia e desenhava e assim começava a ganhar a vida.

Teria ele despontado nas artes e na vida, mas como a antiga cidade, destronada do título de capital, ficou acrisolado e muito lutou para sobreviver aos revezes do destino. Com a mais absoluta dignidade, Octo Marques se manteve na vida e hoje é um mito goiano, sobretudo.

Grande parte dos membros do movimento artístico da Cidade de Goiás transferiu-se para a nova capital, a partir de 1937. O Batismo Cultural de Goiânia veio em 1942 e, nesse tempo, o arquiteto, músico, escultor e pintor José Amaral Neddermeyer reuniu artistas plásticos no intuito de criar a Sociedade Pró-Arte de Goiaz.

O fortalecimento veio com a criação da Escola Goiana de Belas Artes, em 1º de dezembro de 1952. Entre os professores estavam: Luiz Curado, Frei Nazareno Confaloni, Gustav Ritter e Antônio Henrique Pèclat. Desse núcleo, formaram-se gerações de artistas, com nomes expressivos nacional e internacionalmente, como Siron Franco, Antônio Poteiro e Ana Maria Pacheco, além de muitos outros.

Octo Outuniro Marques nasceu na Cidade de Goiás em 1915 e faleceu em 1988, aos 73 anos de idade. Ele, sem sombra de dúvidas, foi um grande artista de Vila Boa de Goiás, começando cedo a sua carreira entre tintas e pincéis.

Vila Boa de Goyaz, com seu casario, suas ruas estreitas, seus becos sinuosos, foi a sua grande e eterna inspiração!

Era filho do músico Pedro Valentim Marques e de Francisca Ferreira Sales Marques. Em sua casa se respirava música e arte. Foi um autodidata sublime, que se tornou uma dos mais expressivos primitivistas da arte brasileira, num misto de pintor, desenhista, gravador, ceramista, jornalista e escritor; embora todos esses atributos em nosso País não tenham valor para o mundo consumista em que vivemos, infelizmente.

Também foi literato, escreveu crônicas históricas sobre a Cidade de Goiás, costumes, usos e modismos que caracterizaram uma época. Seus livros *Colcha de retalhos* e *Cidade mãe* versam sobre o cotidiano da bissecular cidade de Bartolomeu Bueno. Publicou vários artigos no jornal *Cidade de Goiás*, gerenciado por Garibaldi Rizzo de Castro e depois Luiz do Couto Filho.

Em 1938, estava Octo Marques em Goiânia e foi, ao lado de Pèclat de Chavannes e Adelino Roque, um dos primeiros artistas plásticos a residirem a nova capital. Nessa época, trabalhou como escriturário da Diretoria Geral de Produção e Trânsito, depois extinta.

Em 1942, esteve ele incursionando pelo Rio Araguaia, de onde trouxe esboços de belos desenhos sobre a região. Voltou a Goiás, velha cidade, onde trabalhou na Prefeitura, reintegrou-se nos quadros do funcionalismo do Estado, onde se aposentou num pequeno cargo administrativo, com um irrisório salário.

Octo Marques foi casado com Maria Bernadete Argenta e teve cinco filhos. Sua esposa faleceu em 1973. Octo Marques participou de várias exposições de sucesso e trabalhava muito, na sua casa simples no Largo do Moreira na Cidade de Goiás. A vida lhe era pesada e os sacrifícios não lhe tiravam a inspiração de sempre pintar e pintar...

Esse artista, também, foi ilustrador de belas obras literárias de Maximiano da Mata Teixeira, Jorge Brom, Edla Pacheco Saad, Bernardo Élis, Jaime Câmara, José Mendonça Teles e muitos outros. Era um trabalho que lhe garantia a sobrevivência e a dignidade. Havia ajuda, também, que vinha da Fundação Cultural de Goiás, à época dirigida pelo magistral escritor Geraldo Coelho Vaz, destacado, culto e humanitário, autor de *Vultos Catalanos*. Mas, o problema era ainda maior; o que não nos cabe julgar ou comentar.

Em sua vida acadêmica e profissional, começou esboçando os ex-votos pra a sala dos milagres da Igreja de Trindade, local em que podem ser apreciados diversos trabalhos seus, razão pela qual foi escolhido Patrono de uma das cadeiras da Academia Trindadense de Letras.

Nos quadros de pinturas de milagres diversos, encontramos verdadeiras relíquias, obras de arte, como as pinturas de Octo Marques que começou sua fenomenal carreira de artista plástico, pintando ex-votos para Trindade.

Goiandira do Couto, a inesquecível artista das areias da Serra Dourada

Goiandira do Couto, um ícone goiano. Tão goiana era, que trazia Goiás no próprio nome; como se fosse uma extensão da terra, um prolongamento do chão.

Uma flor mística, uma rosa-pedra, nascida nas areias da Serra Dourada!

Goiandira do Couto agora é saudade, agora é nunca mais! E nunca mais vê-la? Como ir à Goiás e não buscar sua casa? Onde encontrar seus renovados gestos de carinho e amizade? Que saudade!



Goiandira do Couto

Há uma paz imensurável nesses campos de meu Deus. Campos nascidos à vontade e ternura do chão. Na simbiose dos elementares dados pelo Pai Altíssimo, eles surgiram e se derramaram pelas campinas e pelas serras do que, mais tarde, se chamaria Goyaz! E nesse Goyaz, dos tempos de outrora, há uma pungente saudade de Goiandira!

Campos que não foram plantados. Quem semeou a arnica lá no pé da serra? Quem plantou o pé de bacupari naquele canto, junto ao grotão? Quem pôs a chocar a seriema? Nesses campos, o dedo de Deus está a todo instante a pincelar maravilhas no cerrado do sonho, na Geografia dos sentimentos.

Tudo isso faz sereno o meu coração e sossega os meus passos nas sombras que se derramam sobre a estrada. Tudo se move com sentido e com significado. Eu - parte de tudo isso.

Na casca rugosa do pau terra, eu vejo Cristo! Nas areias, eu vejo desenhada, Goiandira do Couto!

Ela, com sua luz tão intensa, como o brilho de suas areias; trazia a goianidade marcada no próprio ser, como ícone de Goiás e símbolo maior de toda a gente da terra do Anhanguera. Goiandira que era a Serra Dourada derramada em cada tela! Era a natureza que se pulverizava em seus dedos!

Que a natureza a tenha recebido na paz dos santos e dos justos. À sombra amiga da igreja da Santa Bárbara, divisando, ao longe, os morros esverdeados, Deus tenha derramado luzes no seu caminho à eternidade. E uma estrada cheia de areia, com pequenas faíscas de mica a luzirem seus passos.

Sua imagem era traduzida nas cores múltiplas da Serra Dourada em seu reflexo azul ferrete ao entardecer tristonho, nostálgico e cismarento de Vila Boa. Estava traduzida em cada telhado patinado pelo tempo e marcado das velhices da terra anciã, mas não aquela cor esmaecida dos dias chuvosos e, sim, a cor verde viva dos dias de sol sobre a Cidade de Goiás.

Sua vida era alegre e a solidão parecia não lhe doer. Sorria, por certo, a todos; e, suas possíveis dores; guardava-as no âmago do coração. Pulsante coração que tanto amou!

Assim é Goiás, assim foi Goiandira, que, chegando à abençoada altura de quase cem anos, conseguiu manter-se firme no sendal idealista de sua tão sublime arte de colocar na tela o encantamento das cores vivas da cidade, nas areias da Serra Dourada. Por isso Goiás e Goiandira fundiam-se numa mesma beleza de cromo, numa mesma firmeza de verdade e numa mesma aura de sonho doce e evocativo.

Goiás era Goiandira e Goiandira era Goiás, na sua rua tão bonita, subindo a ladeira de pedras e as escadas de seu casarão secular, onde guardou o sonho poético de Luiz do Couto, nas suas *Violetas e Lilazes*; de Goyaz do Couto, com suas *Memórias e*

bezas da Cidade de Goiás e de Yoiô do Couto, com seu livro de *Crônicas e Poesias* e o sonho do jornal *Cidade de Goiás*, sustentado por tantos anos na terra mãe dos goianos. Também os quadros de Maria Ayres do Couto e a arte mágica de Goiandira na sua casa de cultura e espaço cultural. Ali, guardava o acervo do sobrinho Luiz Alberto Di Lorenzco do Couto, sempre o Betinho para ela, com suas belas publicações, e se sentia reconfortada entre plantas, páginas, letras e sons.

Sobre seu feito único e memorável da pintura com areia, ressaltou com beleza o professor Joaquim de Carvalho Ferreira, no extinto jornal *Cidade de Goyaz*: “Ela pinta com a luz: fulgores de poesia que legou seu saudoso pai e a refulgência que nasce de sua alma enamorada, que vem palmilhando o caminho empoeirado de ouro e salpicado de estrelas que conduz à glória, à imortalidade”.

Sob o pó do ouro milenar da terra, transformado em areia, ela viveu. Com 551 tonalidades desse ouro retirado do seio da terra, ela resplandeceu...

Recentemente, num gesto de respeito e gratidão, foi publicado o livro *Goiandira, arte e areia*, álbum organizado por Solange Franco e Walkyria do Couto e Souza, pelo Instituto Casa Brasil de Cultura. Foi uma justa homenagem no crepúsculo da vida da professora das areias eternas da Cidade de Goiás. Foi homenageada tantas vezes em vida que seu caminhar tornou-se um tapete de flores.

Em pensamento subo as escadas da velha casa, na porta descomunal e pesada meus dedos evocam um passado ditoso. Porta da rua, corredor e porta do meio. Dali, não ouço mais o barulho dos passos apressados no assoalho da varanda aberta para o imenso quintal de fruteiras; não vejo Goiandira, que, sorridente, estendia os braços para o aconchego afetivo e perenal das duas cidades, Goiás e Trindade, irmanadas pelo mesmo ideal perene da arte e da tradição religiosa tão cara ao povo de Goiás.

Não ouço mais a voz dizendo-me sumido, da terrinha e da gente.
Como dói a saudade!

Viveu em Catalão, Itumbiara e depois para sempre na eternal Vila Boa. Família numerosa, 12 irmãos, ali aprendeu lições para a vida. Cada um seguiu seu caminho, ela ficou na velha casa, guardiã de um tempo.

Amava ela as festas, os carnavais a semana santa. Desenhava e consertava as vestimentas dos farricocos. Costureira, dizia-se modista, professora, normalista. Mestre da polícia; sempre, no seu aniversário, a Banda da PM tocava em sua porta. Era um show.

Autodidata na pintura; pintava por distração junto com outras amigas como Regina Lacerda. Por um sonho providencial, em 1967, aos 52 anos de idade, começou a pintar com areias e nunca mais parou.

Trabalhou até o fim, amava a vida, o serviço, a amizade.
Nasceu para servir.

Goiandira professora, Goiandira pintora, Goiandira acadêmica, Goiandira dançarina dos carnavais vilaboenses nos tempos da antiga capital do Estado e mulher dedicada à causa intelectual, para o bem de toda a gente e de todas as gerações que sonharam doces sonhos de tempos melhores. Como esquecer uma pessoa assim?

Alegre e afetiva, doce e amena, serena, Goiandira seguia a vida no seu casarão secular, com o quintal pintado de sombras da tarde. Na cozinha, o cafezinho sempre pronto no papear amigo e convidativo. Sua singeleza, seus sonhos, seus renovados gestos de afeto, são marcas de sua presença. Admoestada pelo médico sobre o uso do café por conta de sua labirintite, ela me confessava resistente: “Nem tanto também, a gente já se priva de tanta coisa; meu cafezinho eu não largo, ainda mais que já vivi muito, e o cafezinho me anima o dia, me refaz as energias para a luta”.

Na bela música de Marcelo Barra ela se eterniza, assim como nos arquivos das Academias de Letras de Catalão e Trindade, e na

Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, onde foi pioneira ao lado de tantas outras.

Na Polícia Militar, seu honrado nome é sempre lembrado como a primeira professora da corporação militar, ainda nos anos de 1930, quando, de forma gratuita, acreditou no projeto de elevar culturalmente os militares. Ela tinha apenas 20 anos e foi muito útil à valorização da PM.

Seu nome é hoje imortalizado na Biblioteca da Academia da Polícia Militar de Goiânia e recebeu várias condecorações militares. Justiça, de fato, a quem tanto fez.

Que Goiandira do Couto, a alquimista das cores, receba dos goianos, o reconhecimento, o carinho e o afeto carregado de saudades, pela vida bonita que legou e no exemplo que edifica hoje e nos dias do porvir, para que possamos extrair, das cores múltiplas da vida, a medida necessária para a completa felicidade nas contradições e desacertos desse mundo.

Nice Monteiro Daher, ternura em flor para uma rosa especial.

Nasceu na eterna Cidade de Goiás em 15/12/1915, na antiga rua Treze de Maio, filha de Octávio Monteiro Guimarães e Argentina Remígio Monteiro. Descendente de uma família de intelectuais, seu avô, Benedito Monteiro Guimarães, foi um incansável plantador de jornais; Honestino Guimarães, seu tio-avô, nome destacado na intelectualidade goiana; Gercino Monteiro, seu tio, também reconhecido jornalista goiano.



Nice Monteiro Daher

As letras, os jornais, os livros, as páginas, os sons, sempre fizeram parte de sua vida. Com seu tio Zoroastro Artiaga, passou a amar a história.

Octávio Monteiro, seu pai, era odontólogo, mas militava também na política; itaberino, foi deputado estadual por várias legislaturas e, também, secretário de governo. Era membro do antigo Partido Democrata.

Com vivência neste ambiente, a vocação de Nice Monteiro para as Letras teve sempre forte incentivo e se traduziu no seu talento, que, por oitenta anos dedicou sua existência honesta e proficiente em favor da cultura de Goiás.

Começou a escrever com quinze anos e só parou com 95 anos. Oito décadas de vida intelectual!

Estudou no Colégio Santana em Goiás, onde fez o curso normal completo. Desde então, iniciou sua vida jornalística. Escreveu praticamente em todos os jornais de nosso Estado e em alguns pelo Brasil. Foi membro da Associação Goiana de Imprensa, por proposta de um de seus fundadores, Dr. Albatênio de Godoi, então seu Presidente, logo depois de sua fundação.

Colaborou ativamente em *Jornal de Notícias*, *A Razão*, *Cidade de Goiás*, *O Anápolis*, *Folha de Goiaz*, *O Popular*, *O Cinco de Março*. Colaborou, por meio de intercâmbio intelectual, em *O Taubaté*, *A Voz de Varginha* e *Jornal de Pedra Branca*. Colaborou em nossas revistas *Oeste* e *Revista da Educação*. Fora de nosso Estado, escreveu nas revistas *Jornal das Moças*, *Fon-Fon* e *Revista da Semana*, no Rio de Janeiro.

Seu pai, Octávio Monteiro Guimarães, como disse, militou em política e sempre recebeu sua colaboração. Como secretária no escritório de Armando Sales Oliveira e, depois, de Ademar de Barros na Cidade de Goiás, fez intenso jornalismo político, acompanhando memoráveis campanhas; auxiliando

muitas vezes, Alfredo Nasser nestas labutas por intermédio dos jornais goianos. Sua mãe, Argentina Remígio Monteiro, foi secretária do Gabinete Literário Goiano na Cidade de Goiás, na gestão atuante de Consuelo Caiado e Genezy de Castro.

Frequentes na casa de seus pais, na roda política eram Totó Caiado, Hermógenes Coelho e João Coutinho.

Nice gostava de amizade, vivia a roda social de sua mocidade, com os carnavais embalados por Santinha Marques e Lourdinha Maia, a inocência daquele tempo. As marchinhas de Vila Boa eram estrondosas, no cais do Rio Vermelho e no Largo do Chafariz.

Casou-se com Sahid Miguel Daher, em 1944, natural de Ipameri, comerciante, mudando-se então para Goiânia. Continuou escrevendo para jornais principalmente para *O Popular*. Com a fundação da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, suas fundadoras Rosarita Fleury, Nelly Alves de Almeida e Ana Braga escolheram seu nome para ocupar a cadeira nº 33. Fez parte de sua Diretoria ocupando, por mandatos seguidos, o cargo de Oradora.

Seus belíssimos discursos feitos de memória, de improviso, revelavam sua profunda erudição, memória invejável e capacidade de síntese. Ouvi-la, era um prazer para qualquer pessoa.

Enriqueceu seu currículo com muitos discursos para personalidades destacadas e várias conferências. Publicou os belos livros *Lembranças em quatro tempos*, *Revoada*, *Caminhos e Velhos Portais*, verdadeiras obras primas de todo e qualquer exigente leitor das potencialidades literárias de nosso Estado.

Deixou seus trabalhos também em diversos jornais, como síntese de sua bela vida a serviço da literatura e das artes. Um de seus poemas, “Dentro de um saudade”, foi gravado por Eli Camargo. Com Ivan Lins e Marcelo Barra, mantinha diálogo musical.

Era pianista exímia. Tocava divinamente, embora apenas em casa, no seu velho e tradicional Pleyel. Tinha profunda relação afetiva com as acadêmicas Rosarita Fleury, Ana Braga, Nelly Alves de Almeida, Célia Coutinho e Genezy de Castro.

Na Academia Trindadense de Letras, Ciências e Artes ocupou por diversas vezes o cargo de secretária e de oradora, sendo, reconhecida em diversas homenagens que lhe foram prestadas, tanto na Faculdade Aphonsiano, quanto na Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Trindade.

Em seus proffcuos 95 anos de idade, muito fez pela família e pela cultura de Goiás. Residiu no Sítio Daher, na Rodovia dos Romeiros, caminho de Trindade, cidade sobre a qual escreveu em diversas crônicas em seus livros e em jornais.

Culta, sensível, meiga e singela, flor do campo, de aroma inigualável, Nice Monteiro hoje é saudade. Na sua lembrança, um beijo espiritualizado carregado de sentimentos de amor e esperança.

Como uma grande árvore que derramava sombras e flores assim foi Nice Monteiro. Uma árvore majestosa e sublime, cercada de paz e de bons sentimentos, destacando-se em meio à nudez da paisagem. Ela era um exemplo edificante de que a vida pode ser limpa e honesta, pura e singela, na doação de tantos sentimentos sublimes, hoje tão perecíveis.

Era mesmo uma árvore frondosa em cuja sombra tantos se abrigaram na busca do conforto. Uma árvore que se prendia ao solo goiano em longas raízes e em ternas essências que se revestiam de fortaleza e cooperação; lutou contra todas as adversidades e fez-se por si mesma; fruto do próprio esforço, numa época de mulheres amordaçadas e que pouco a pouco foram se libertando pela ocupação intelectual, numa sociedade fechada ao florescer feminino.

Eli Brasiliense, o tropeiro e romancista do chão vermelho.



Eli Brasiliense Ribeiro

Assim como tantas obras literárias em diferentes países foram emblemáticas e reconstrutoras do ideário de um povo, em nosso País, também, tivemos as tentativas de interpretação da realidade, ao condensar o imaginário de homem, espaço, território, paisagem, lugar e tantas outras dimensões oferecidas pelo saber geográfico.

O romance brasileiro tenta reproduzir situações da realidade, colhidas na vivência dos lugares com sua multiplicidade de significados e de lutas, tecendo o fio da vida por meio da dor humana que se territorializa. Também não só romancistas, mas ensaístas, sociólogos e historiadores tentaram formar uma concepção de território que revelasse a essência brasileira, a exemplo de Oliveira Viana, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Gilberto Freire, Viana Moog, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Darcy Ribeiro, Levy Strauss, embora na maioria todos tivessem uma ideia melancólica da própria Pátria.

O romance de cunho histórico em Goiás possui uma trajetória longa. Primeiramente, nosso Estado foi tema de

romance na produção *O ermitão de Muquém*, de Bernardo Guimarães (1825-1884), publicado em 1858, depois de ter sido Juiz de Direito na cidade goiana de Catalão, em que o imortal autor de *A escrava Isaura* centrou sua narrativa na distante Província de Goyaz, desconhecida de uma maneira geral, na figura da romaria tradicional de Nossa Senhora da Abadia do Muquém.

Em 1949, o romancista Eli Brasiense Ribeiro (1915-1998) publicou o seu romance histórico *Pium, nos garimpos de Goiás*, que tratava sobre o ambiente degradado das regiões auríferas, seguido de outros importantes como *Bom Jesus do Pontal*, *Rio Turuna*, *O Perereca*, e o magistral *Chão vermelho*, primeiro romance a ter Goiânia como cenário.

E é desse extraordinário escritor, homem valoroso e humanista, digno representante de nossas Letras que queremos evocar nesse abril luminoso, quando completaria, em vida, os cem anos de idade!

Eli Brasiense Ribeiro foi um escritor de muitos romances históricos em Goiás, romances sociais, carregados de vida e emoção, no conhecimento das vivências do povo cerradeiro e também ribeirinho, das regiões limítrofes do Araguaia e do Tocantins. Foi ele o primeiro romancista de Goiânia, que utilizou a nova cidade como cenário de sua obra intitulada *Chão vermelho*.

Eli Brasiense Ribeiro nasceu em Porto Nacional, hoje Tocantins, em 1915 e faleceu em Goiânia em 1998, aos 83 anos de idade. Era filho de Bernardino Ribeiro e Jesuína Silva Braga. Residiu em Porto Nacional, Corumbá, Pirenópolis, Goiânia. Foi professor e membro do Fisco Estadual. Foi membro da Academia Goiana de Letras e UBE-GO. Obras: *Pium*; *Bom Jesus do Pontal*, *Rio Turuna*, *Um grão de mostarda*, *Sob a luz das estrelas*, *Chão vermelho*, *Os irmãos da noite*, *A morte do homem eterno*, *O perereca*, *Uma sombra no fundo do rio*, *A cidade sem sol e sem lua*.

Até mesmo os nomes de seus romances foram de inspiração geográfica, acentuados pelos lugares, a cidade de Pium, o rio Turuna, o Bom Jesus do Pontal, o chão vermelho de Goiânia, a

cidade sem sol. Tinha predileção pelo humano e pelas misérias sociais. Suas obras são densas e profundas e seu estilo marcante e cristalino.

Destaca Eli Brasiliense Ribeiro sobre os buritizais e as estradas em sua obra *Pium – Nos garimpos de Goiás* ao escrever: “A estrada para Bom Jesus do Pontal tinha estirões de areia, várzeas dos lados, alguns arvoredos mais densos, buritizais”. Também destaca sobre o sabão caseiro feito de frutos do cerrado: “Sabão de pequi não gostava de fabricar, virava um godó preto, ninguém queria, era como marmelada-de-cachorro espremida”.

Em seu outro romance *Uma sombra no fundo do rio*, enfoca o rio Tocantins, os índios ribeirinhos, as chuvas torrenciais daquela época, a diferença de visão entre o homem branco e o índio, os mitos, as piranhas, a lagoa grande. Belas e poéticas descrições.

E ainda no mesmo romance, Ribeiro (1977, p. 15) destaca sobre a seca excessiva, as ladainhas, a pobreza, as cidades em ruínas, os jacarés e sucuris, a luta pela sobrevivência num mundo de vivências que dependiam do rio e da água. Bela a descrição do romancista sobre a importância do rio, pois se “o rio parasse, tudo passaria a ser fumaça”. Seus romances possuem a vivacidade do chão. O escritor que observou com olhos atentos as minorias sociais, os garimpeiros, tropeiros, carreiros, meeiros, gente da lida do campo; gente cansada e explorada daquele velho Goiás tão antigo e cheio de injustiças; perdido nos sertões do esquecimento.

Teve uma biografia romanceada escrita com maestria pelo escritor, Desembargador Rogerio Arédio Ferreira, intitulada *O tropeiro Eli*, em belo trabalho gráfico que muito honrou o escritor, digno dos maiores aplausos.

Homem de coração generoso, afeito à caridade, advinda de seu conhecimento profundo da Doutrina Espírita; sempre usou de sua pena para escrever em elevação. Cada palavra de sua lavra era uma consagração a Deus. Sempre foi amigo e solidário. Sofreu, resignado, as tragédias familiares da perda dos filhos amados.

Chorou e sofreu, mas não perdeu a confiança em Deus. Com sua amada Luciana, prosseguiu até o fim, crente na misericórdia divina. Seu texto “Bilhete para minha filha na noite de natal” é o mais belo que pude ler em toda minha vida, na tradução da indizível dor de um pai, ante a fatalidade do destino.

Pedro Celestino da Silva Filho, político e poeta

O poeta Pedro Celestino da Silva Filho também dedicado às lides políticas, foi um cantor do sertão goiano e dos costumes da gente cerradeira e roceira. Em meio a suas atividades políticas, também se dedicou a cantar a terra de Goiás, por meio de versos livres, ou de discursos e estudos históricos.

Pedro Celestino da Silva Filho nasceu em Corumbaíba, Estado de Goiás, na velha rua Miguel Siqueira, em 27 de outubro de 1915 e faleceu em Goiânia em 1996, aos 81 anos de idade. Era filho de Pedro Celestino da Silva e Durvalina Neves da Silva.



Pedro Celestino da Silva Filho

Estudou no Rio de Janeiro, no Juvenato Mariano da cidade de Mendes e em Morrinhos; depois, no Ginásio Anchieta, de Bonfim de Goiás. Fez o curso normal na Escola Normal de Morrinhos. Ali, trabalhou no famoso Grupo Escolar Pedro Nunes, de notável atuação no magistério goiano. Ficou até o ano de 1942, quando ficou à disposição da Prefeitura Municipal de Morrinhos, na administração de Guilherme Xavier de Almeida.

Casou-se em 1942 com Zuleica Borges Pereira Celestino, notável e reconhecida contabilista e professora, advogada brilhante. Desse consórcio vieram três filhos. Mias tarde, já em Goiânia, envereda pelo Curso Técnico de Comércio, no Ateneu Dom Bosco, ampliando seus horizontes, em seguida, pela área do Direito.

Mas sempre foi um professor, amigo dos livros e das histórias, da poesia e da sensibilidade; embora o meio político fosse a isso adverso. Representou os professores primários, lutou pelo magistério e pela valorização dos mestres. Foi um idealista, sobretudo.

Na AGL, foi um acadêmico cômico de seu dever. No PSD fez história por sua atuação. Como jornalista amou a justiça e seu jornal *O Liberal*, de Morrinhos, fez história. Foi ainda diretor do jornal *Diário da Tarde*.

Professor e jornalista em Morrinhos. Deputado estadual, foi Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás. Foi, também, Deputado Federal. Conselheiro do Tribunal de Contas. Membro da Academia Goiana de Letras, entidade que presidiu. Publicou: *Rabiscos, Ligeiros traços históricos de Morrinhos, Seara de ideias, Rosas atômicas, Vivendo, Da janela do trem*.

Erudito, sua obra é vasta e se define como de um homem preocupado com o seu tempo e com o seu meio. No seu poema “O aboio”, Celestino Filho evoca com simplicidade o panorama sertanejo, com o sentido canto da jaó, a tiguera, os campos soltos, as clareiras em meio às matas abundantes, densas e escuras, por meio dos ecos do aboiar, povoando as solidões dos ermos cerradeiros daqueles tempos, coisa que não se ouve mais no presente, nos mesmo lugares ocupados pela expansão das usinas ou indústrias.

Geme o jaó na tiguera
Ou dos soitos na clareira,
E responde da tapera
Sua ingênua companheira.

A tarde tudo tempera
De tristeza e de ternura...

A paz se espraia e perdura,
E, apagando a voz do arroio,
Dilui-se na mata escura
O eco plangente do aboio.

Em outro poema do mesmo livro, intitulado “Fogo-pagou”, Silva Filho (1992, p. 26) destaca a rolinha do sertão, do cerrado, que chora anunciando a tarde; que povoa de sofrimento os vastos sertões, na melancolia dessas horas; faz uma analogia da vida com uma tapera, na destruição de sentimentos, como escombros; desilusão esta cantada pela rolinha. É um belo poema telúrico e evocativo das aves pequeninas e singelas do sertão e do Cerrado goiano.

Fogo-pagou

Fogo-pagou... fogo-pagou...
Chora a rola anunciando a tarde.
E o viço que no sangue lhe arde
Já, melancólico, se apaga...

A vida vira uma tapera,
Coivara de satisfação:
Escombros cobertos pela hera
Do fastio e desilusão...
Chora a rola fogo-pagou...

Em outro livro intitulado *Rosas atômicas*, Silva Filho evoca a beleza singular das orquídeas do cerrado, em que, nas árvores sem vida, afloram e trazem beleza mesmo após a morte vegetal. Numa analogia histórica, alude a Pompéia, sobre a decadência e

o renovar, identifica a orquídea do cerrado como a planta iludida, que se julga sempre viva, a partir da decadência e da morte, das pátinas e mofos do tempo, presa também ao infortúnio alheio, mas florida e sempre viva. Sua beleza, no pensar do poeta, traz alegria ao ancião de face austera e encanecida, na surpresa de ver tanta beleza, em meio à morte de outras árvores:

O sorriso tristonho que floresce,
Do ancião na face austera e encanecida,
É a terna e rara orquídea que aparece
Nos troncos secos de árvores sem vida...

Ao contrario das outras plantas, cresce
Sorvendo a força, o viço, embevecida
Do meio ambiente, do calor que a aquece,
Num esforço centrípeto iludida.

Refletindo o infortúnio da ruína,
Pompéia trêmula, na decadência,
Nas pátinas da vida que declina...

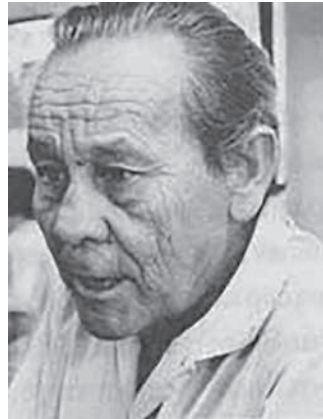
Por entre os musgos da tristeza enflora,
Trescalando suave reverência,
Reminiscências de longínqua aurora...

Celestino Filho é de uma época em que se fazia política por ideal e que os políticos ainda conseguiam ver a flor de Drummond brotando do asfalto negro da insensibilidade. Nesse seu centenário de nascimento; a lembrança de sua atuação como político, como professor, como jornalista e; sobretudo, como poeta, sensível e arguto, amante infinito das belas palavras!

Carmo Bernardes – Os cem anos do doutor do sertão

Carmo Bernardes foi um dos maiores regionalistas goianos e um dos nomes mais expressivos da literatura sobre o Cerrado. Era um doutor em sertão. Contista, cronista, romancista, crítico de arte. Fez seu nome no cenário das letras de Goiás.

Carmo Bernardes nasceu em Patos de Minas, Estado de Minas Gerais em 1915 e faleceu em Goiânia em 1996, aos 81 anos de idade. Residiu em Formosa onde fez seus estudos, depois em Anápolis onde iniciou sua vida profissional como pedreiro e pintor, assim como redator de jornal.



Carmo Bernardes

Trabalhou no serviço público. Foi contista, cronista, romancista. Membro da Academia Goiana de Letras. Recebeu prêmios internacionais de Literatura. Obras: *Reçaga*, *Rememórias I e II*, *Vida mundo*, *Jurubatuba*, *Idas e vindas*, *Ressurreição de um caçador de gatos*, *Santa Rita*, *Nunila*, *Quarto crescente*, *Memórias do vento*, *Jângala: Complexo Araguaia*, *Força da nova*. Escreveu muito e tinha amor pelas letras.

Publicou dezenas de livros, estudos, participou de tantos programas sobre o cerrado. No programa Frutos da Terra, esteve por muitos anos ensinando sobre o mato, o cerrado, o sertão, a culinária e o receituário sertanejo, ao lado de Bariani Ortencio e Hamilton Carneiro. Publicou textos em todos os jornais goianos, notadamente no *Cinco de março*, *Diário da manhã*, *O popular e Folha de Goiaz*.

Ele escreveu ensinando e foi um doutor no tema sertão e cerrado. Sua obra fala, ensina, tem sabor. Ele conseguiu fazer uma literatura que não está apenas escrita, mas também vivida.

Em seu livro *Quarto crescente*, Carmo Bernardes explica sobre a macaúba: “O coco da macaúba, nesses nossos terrenos de massapé, tem uma casca pregada, a carne dele é um visgo desenxabido à toa que nem porco gosta, havia apenas a castanha do coco da guariroba, macia e gostosa e o coquinho de jerivá”. Nesse ainda descreve sobre as poucas frutas do mato crioulo, o lugar de terra boa, fértil e de cultura.

Em muitos dos seus contos, aliás, em todos, está o cerrado vivo e latente, com suas histórias, dramas, desacertos, conflitos, gente. Há descrições belíssimas, das matas antigas com suas árvores e suas sombras, as queimadas persistentes que a tudo destruíram, os angicos e aroeiras, os bichos e as águas. Tudo destruído. É um texto de denúncia.

Ambientalista e defensor do cerrado e de nossas riquezas naturais, sua obra está voltada para a evocação da terra, do chão. Em seu livro *Força da nova*, com temática telúrica, o autor destaca sobre os pindaibais, veredas da região do Planalto Central, os atoleiros dos brejos, as madeiras das veredas, ilhas de verdura na imensidão planaltina.

Relata sobre as poucas árvores nessa região, geralmente entrelaçadas por um emaranhado de raízes obscuras e profundas. Nesta mesma obra, ainda discorre sobre as frutas do mato, destacando-as pelas qualidades e gostos.

Em sua obra *Rememórias*, misto de contos e crônicas, o autor enfatiza sobre o pau d’arco roxo, nas memórias da infância e seu uso medicinal na época: “Agora está numa infância enorme é o pau d’arco roxo. Quem sou eu para intrometer! Só uma coisa posso dizer e provar: desde que me entendo por gente sei que o cerne do ipê roxo cura mal de garganta, pereba, sarna e para matar piolho de animal e gente é sem parelha”.

Poeticamente, na mesma obra, anota sobre as plantas do cerrado: “Sei que em muitos pontos a terra era branca e todas as vertentes eram de águas límpidas de doer. Gabirobas, araticum, cajuí e curriola em abundância. Apenas não era tempo de frutas,

sol amarelo e doce pela manhã. Só viçavam, indiferentes à canícula perversa, a gabirobeira rasteira e o angelim mata barata”.

Carmo Bernardes também foi um talento eclético na literatura, como romancista, contista, cronista, memorialista, poeta, contador de causos. O seu tema está no Cerrado, nas matas, nos rios, na natureza enfim. Ele foi o Doutor do Sertão.

O seu mais reconhecido romance e o mais telúrico foi *Jurubatuba*, publicado na década de 1970, revestiu-se de grande beleza poética e de expressividade regional. Nele, em várias passagens, há descrições sobre o cerrado.

E em seu romance, como descrição, mostra que no cerrado, no sertão, nem sempre os próprios sertanejos percebem a beleza ali existente, só os forasteiros percebem, porque o sertanejo é muito machucado pela vida: “Nessas brenhas, a natureza canta, geme e suspira, faz tristeza e alegria, conforme é a disposição da gente. O povo do lugar não percebe, é calejado. Só os chegantes dão fé, enxergam que aqui tudo é estúrdio, é diferente de outros cantos”.

E, em todo momento, Bernardes (1974, p. 27) nos descreve o terreno, o lugar, os bichos e as plantas, os terrenos inférteis, tidos por “espraguejados”. Em muitas passagens do romance, o autor enfatiza certas espécies do cerrado, e o seu uso cotidiano, como a gameleira e a erva-tostão: “Cortaram uns galho da gameleira ramalhuda da beira da ponte e a erva-tostão que lastrava de fora a fora indumentando o chão, dando bom coarador de roupa, já era muito por menos”.

Em outro trecho do romance, o autor evoca os caminhos, as viagens, a paisagem vista pelo viajante, os ranchos, a palhada, a lembrança da queimada anterior; o vigor do mato a se refazer, os ranchos perdidos no caminho, os ninhos de animais nesses lugares abandonados.

Ainda sobre as viagens do passado, o romancista evoca os buritizais que marcavam qualquer passagem com a sua beleza e seu uso para beber água, o uso da água. Relata os caminhos, as passagens de gado nas planícies e chapadas, os entroncamentos

de gado, a terra, a seca, os periquitos, a descrição dos caminhos, a beleza dos campos. Continua a ideia de imensidão sem fim. O cerrado como algo infinito, inacabável.

Em seu outro romance *Xambioá, paz e guerra*, Bernardes (2005, p. 100) também descreve com minúcias o cerrado, as espécies do campo, os fornos de carvão; fala da “quadra da arranca do cerrado”, momento de mudança de foco, plantando o braquiarião.

Também em seu outro romance *Jângala: Complexo Araguaia*, Bernardes (1994, p. 36) descreve os solos dos varjões, as areias, os saibros, a irrigação, a paisagem chã, a vegetação, o capim mimoso dos campos, a área pisoteada, a “pradaria sem fim”, as capivaras, cobras, terras de cultura e meia cultura, os tipos de vegetação do cerrado, como a constituiu-lo, particularizá-lo.

Ainda com base nesse romance, Bernardes refere-se ao pequi, suas variações de tamanho, cor e sabor e seu valor enquanto alimento para o povo do cerrado.

Na sequência dessa importante obra, Bernardes (1994, p. 22) reflete sobre as duas espécies de mirindiba, a do mato e a do cerradão:

Tratando-se da região araguaiana, não se pode assegurar, com certeza, se a mirindiba – uma espécie da mata, outra do cerradão – é a mesma classificada nos tratados específicos da matéria. Suas frutas são ceveiros das caças e não carrega todo ano.

Em seu outro romance *Perpetinha, um drama nos babaçuais*, Bernardes (1991, p. 11), destaca as frutas do mato, apanhadas nas beiras dos caminhos de outrora e nos varjões e brejos do cerrado.

Telúrico e inspirado, Carmo Bernardes, também na modalidade crônica foi um exponencial escritor. Dedicou-se por muitos anos como cronista do Jornal *O Popular*, em Goiânia e

participou do programa Frutos da Terra, retratando o cerrado, o folclore, a literatura, os usos e costumes de nossa gente.

Estudioso do cerrado, em todas as suas produções buscava conhecer o Bioma, reconhecer seu valor e lutar por sua preservação. Foi antes de tudo um ambientalista. Relata o mesmo sobre os remédios do campo e do cerrado.

Esse é o Carmo Bernardes, o doutor dos sertões!

Nair Perillo Richter

Nair Perillo Richter também natural da Cidade de Goiás, foi uma das primeiras cronistas do jornal *O Popular*, a partir de sua fundação em 1938, a convite de seu fundador, jornalista Jaime Câmara. Nesse jornal, Nair Perillo tinha uma coluna com o título de “No mundo das letras” com crônicas que revelavam seu estilo sentimental.



Nair Perillo Richter

Muito cedo, Nair Perillo iniciou sua colaboração nos jornais da Cidade de Goiás, como *A Razão*, fundado ainda na década de 20, órgão dirigido por Jaime Câmara e Joaquim de Carvalho Ferreira.

Foi colaboradora do jornal *Cidade de Goiás*, fundado no final dos anos 20 pelos jornalistas Goyaz do Couto e Garibaldi Rizzo. Com a fundação da Associação Goiana de Imprensa em 10 de setembro de 1934 por Albatênio Caiado de Godoy, foi escolhida como membro fundador da entidade em sua histórica fundação.

Casando-se com o engenheiro Zdnek Richter, de nacionalidade tcheca, transferiu residência para o Estado do Pará, onde continuou prestando sua colaboração na imprensa através do jornal *Província do Pará*, editado em Belém, *A Tarde*, no Estado do Maranhão, e no *Jornal do Comércio*, de Manaus, mostrando

ao norte do país um pouco do pensamento da mulher goiana, distanciando-se assim da imprensa de Goiás até a década de 50.

No ano de 1974, publicou o seu primeiro livro de crônicas: *Canto de Cigarra*, que se esgotou logo em seguida, sendo também objeto de estudos das alunas do Instituto de Educação de Goiás.

Continuou com sua colaboração, sempre como cronista, em jornais como *Cinco de Março*, de Goiânia, *Cidade de Goiás* (sob a direção de Luiz do Couto), *Voz do Escritor*, de Goiânia e *Diário da Manhã*, por mais de 15 anos. Autora de ensaios históricos sobre mulheres para o anuário da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, fez várias pesquisas. Publicou o seu segundo livro *Tempo de sonhos* em 1981, mostrando as divagações de seu espírito nas viagens do passado.

Com longa atuação na imprensa do Estado, Nair Perillo Richter sempre pautou seus textos pela análise romântica dos fatos, intitulado-se como “Cronista sentimental”. Sua linguagem rebuscada e excessivamente adjetivada indica um retrocesso estético na crônica goiana, insuflado também pela temática do sonho, divagações da alma, assuntos voltados para o sentimento e a emoção, assim como as primeiras cronistas dos jornais vilaboenses do princípio do século XX.

Pioneira, portanto, da publicação de livro de crônicas em Goiás, Nair Perillo Richter, em pleno 1974, configura, como dissemos, um pensamento romântico e sentimental das cronistas de *A Rosa* em 1907, embora na temática já demonstrasse interesse por assuntos de ordem política e social, sem, contudo, comentá-los sob uma ótica mais profunda.

Utilizando-se das mesmas adjetivações poéticas do passado, a autora constrói sua crônica com ingredientes como: “sol cor de ouro velho”, “as estrelas penduravam miçangas douradas dentro da noite”, “as lágrimas de suas luzes”, “imagens flutuantes como castelos lendários”.

São termos anacrônicos para a literatura de 1974 em que o modernismo já havia se consolidado com a renovação

da linguagem e as imagens advindas de outros processos de significação.

Inclusive seu livro *Canto de cigarra*, publicado nesse ano, traz pensamentos românticos bem tardios, como se no gênero, o tempo não houvesse ainda passado. Mas há temáticas bem telúricas e cerradeiras como a chuva de caju, as queimadas, os campos e cerrados da região de Vila Boa de Goiás, os tipos de rua, os passeios nas matas e chapadas, impregnados de uma linguagem adjetivada e romântica, ainda nos moldes do começo do século XX.

Na crônica, percebemos que o gênero sofreu oscilações estilísticas e temáticas, embora não apresentasse evolução significativa com o passar do tempo. A participação feminina nesse gênero, entretanto, notadamente com as precursoras, foi de relevante papel porque propiciou a discussão, mesmo superficial da realidade em que viviam, mostrando que a mulher ousou participar e tornar-se elemento de valor no processo de crescimento intelectual em Goiás, apesar dos espaços estarem amplamente ocupados pelos homens.

Antônio Soares de Camargo

Antônio Soares de Camargo foi antes de tudo um erudito magistrado e um destacado poeta e prosador das coisas goianas do passado. Com sua lírica visão, enxergou belezas pequenas no cerrado e nas manifestações peculiares de nosso povo.

Seus poemas são geográficos e centram-se numa perspectiva de abordagem da categoria Lugar. Em seu poema “Bairrismo”, fica evidente esta afirmação, quando Camargo



Antônio Soares de Camargo

(1986, p. 57) analisa a posição do ser diante dos Pontos Cardeais, ao se posicionar, na antiga capital goiana, no encontro das ruas antigas e de “seu lugar no mundo”, ou a origem do seu mundo, onde tudo teve início.

Ao definir a paisagem, o poeta, também, dimensiona a quebra de seus paradigmas ao afirmar que “a paisagem não é apertada; ela tem um largo círculo” e pode se reconfigurar de diferentes maneiras, dependendo de como se olha. Destaca que é “mundo grande, universal, o torrão natal” e chama Goiás de “a pátria dos ventos”, como Bernardo Élis mais tarde tratou aqui de “o País dos ventos”.

A geografia é estreita e não tem tamanho.

- Com a frente para onde o sol nasce

é o nascente, nas costas é o poente,

Os braços estendidos em cruz,

ao longo do horizonte, azul,

um deles aponta o norte,

o canhoto,

o outro, direito, o sul,

de modo que a Rua D'Água,

nos deságues,

dos becos retumbantes de Detrás-da-Matriz

seja o meio do mundo,

avante! e a ré!

Mundo grande e universal o torrão natal.

- Lá longe, longe mesmo, adonde não se vai a pé.

aló, Lá na pátria dos ventos,

no justo ponto, aonde,

Veiga Vale calçou botas em São José,

dentro da terra amada, está a goiaca,

o cinturão chapeado de ouro,
da Serra Dourada,
nem pra lá, nem pra cá,
no justo ponto, onde, aqui e ali,
Goiandira, avatar de Damiana, tira
todos os matizes de todas as cores,
menos dos azuis pincelados no céu.
A paisagem não é apertada, ela tem o largo do círculo.
São morros de ouro.

O poeta nos confere a quebra da dimensão entre o pequeno e o grande, regional e universal, nascente e poente, ao afirmar que “a Geografia é estreita e não tem tamanho”, utilizando os díspares a nos conferir que as coisas não parecem na verdade o que realmente são.

Esses foram os admiráveis intelectuais que, em 2015 completaram seu centenário de nascimento e se projetaram com suas vidas e seus talentos, no portal luminoso da eternidade.

NOVOS TEMPOS! VELHAS HISTÓRIAS!

Aparecida Teixeira de Fátima Paraguassú¹



Expedição Caldas Novas a Santa Cruz. Foto: Reginaldo Moronte

No contexto histórico provincial, foi grande e essencial o papel exercido pela histórica Santa Cruz de Goiás em tempos de antanho, nos mais variados aspectos da economia e da população goiana, destacando os fatores que incentivaram migração para o sul de Goiás a partir das primeiras entradas que estavam relacionadas à exploração aurífera no século XVIII.

Suas velhas casas transcendem poesia; narram fatos através das portas, portais, janelas, paredes. Ruas, longamente pisoteadas

¹ Historiadora, pesquisadora, musicista, poetisa, escritora. Pertence a Associação dos Amigos de Santa Cruz e à Academia de Letras de Aparecida de Goiânia.

e recheadas de poeiras dos pés das pessoas que de tempos em tempos escreveram e escrevem a sua História: pessoas que transitaram e transitam, anonimamente. Fragmentos de vidas somando, multiplicando, dividindo. As variáveis matemáticas aumentando o patrimônio privado em detrimento do público.

Fatores de ordem econômica e política nacional e, principalmente, local interferiram e interferem negativamente no desenvolvimento de Santa Cruz de Goiás que ficou relegada a um plano inferior pela política desenvolvimentista dos anos de 1930, daí ser injustamente esquecida no seu grande papel nos séculos anteriores.

Os municípios de Cristianópolis e Palmelo fazem parte da região que compõem a Comarca de Santa Cruz de Goiás, sob a jurisdição do fórum central comandado por Dr. Nivaldo, Juiz de Direito, DD. Representante do Judiciário Municipal, emissor das decisões monocráticas, assessorado por um exímio quadro de funcionários.

Cidade que um dia ganhou *status* diante das demais. Repercussão e importância na Província de Goiás. Assim, o primeiro julgamento do Tribunal de Justiça de Goiás foi realizado na então opulenta Santa Cruz de Goiás, conforme destaca o site da história do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás:

O primeiro julgamento do Tribunal foi realizado na sessão de 19 de maio de 1874, tratando do *Habeas-Corpus* nº 1, da Vila de Santa Cruz, sendo recorrente “ex-officio” o juiz da comarca e, recorrido, Braz Afonso da Silva. Negou-se provimento. Em 19 de junho foi julgado o segundo feito, Apelação Criminal nº 1, de Vila Bela de Morrinhos, sendo apelante João Cândido Rosa e, apelada, a Justiça Pública. Anulou-se o julgamento por unanimidade de votos para ser o réu submetido a novo júri por falta de provas substanciais. Sucessivos afastamentos dos titulares, decorrentes, na maioria, de remoção, ocasionaram muitas

nomeações de desembargadores. Nos 15 primeiros anos, 20 juízes ocuparam as cinco cadeiras da Relação de Goiás, mas apenas dois eram magistrados goianos: Jerônimo Curado Fleury e Benedito Félix de Sousa. Com a Proclamação da República, muitos se afastaram da vida pública e repetidas nomeações foram feitas pelo governo do Marechal Deodoro da Fonseca, que estabeleceu a eleição entre os membros do Tribunal para o provimento do cargo de presidente.

Santa Cruz era uma ilha de povoamento do centro minerador e que se localizava em meio a imenso oceano de terras repletas de florestas, animais e índios, além de centenas de escravos, já que os seus limites chegavam a Paracatu no Sertão da Farinha Podre. Hoje, uma ilha urbana, com poucas casas, cercada de propriedades rurais, em um espaço geográfico de 1.305km², às margens da GO-020. Tão perto e tão longe da capital!

Distante da administração e controle das autoridades constituídas era um paraíso para o enriquecimento. A História continua. Glória e decadência marcam a sua trajetória até os dias atuais.

Com todos os altos e baixos, Santa Cruz, é um lugar bom de se viver. As divergências políticas às vezes ultrapassam o sentido da amizade, porém, ainda consegue-se apreciar o canto dos pássaros; apreciar as serras verdejantes; as águas límpidas enaltecem os olhos e acalentam os ouvidos com o som produzido pelo arremesso das águas nas exuberantes cascatas. O vento sopra as folhas, flores... A celeuma dos pássaros nas matas, nas praças, nas frondosas árvores frutíferas, constituída de intervalos harmoniosos, entremeia o som das respirações: sucumbem as tristezas.

Segundo Nietzsche “a arte existe para que a realidade não nos destrua”. E essa arte poética está implícita nos becos, nas ruas, nos largos, nas travessas...

Profano e sagrado; arte, cultura, fé, tradição são pilares que compõem a urdidura, a teia cultural dos estados goianos e de todos os demais. Práticas seculares permeiam a sociedade sem que se considere alienado aquele que crê. A oração alivia, amplia a coragem no enfrentamento de determinadas adversidades; conduz ao agradecimento por algo alcançado. Em Santa Cruz e em parte do estado de Goiás saudamos o Benedito, o Rosário, o Divino... Somos emoldurados pela vivência dentro do grupo que nos gerou. Somos emoldurados pelos saberes, fazeres, falares, nas diversas formas de devotamento que alimenta a alma e transcende, por intermédio de rituais que evoca, glorifica e louva!

A festa do Divino, tão forte em Goiás, representa a “esperança na chegada de uma nova era para o mundo dos homens, com igualdade, prosperidade e abundância para todos”. A folia é o prenúncio desse tempo! Cada qual à sua maneira contribui e afirma o pertencimento naquilo que aprendeu e apropriou com base na memória coletiva e na oralidade.

Aproximações e distanciamentos nas “festas do Divino” encontradas em, praticamente, todas as regiões do país; apresentando características distintas em cada local, mas mantendo em comum, elementos como a pomba branca, a coroa, a fartura de comida. Em Santa Cruz de Goiás desmoronaram o Império do Divino, ao substituírem ‘Imperador e Imperatriz’ por ‘festeiros’.

Ações capazes de desenvolver alguns municípios foram responsáveis pela estagnação de Santa Cruz de Goiás, como é o caso de Jaraguá. De acordo com informações do portal da Câmara Municipal² no portal do município, no link “Historia de Jaraguá” a

marcha para o oeste, a maior procura de terras agricultáveis, a implantação da Colônia Agrícola Nacional resultou no

² <http://www.camaradejaragua.go.gov.br/index.php/historia-de-jaragua>

surgimento das cidades de Ceres e Rialma e por último, a construção da Capital Federal (Brasília) proporcionaram um impulso desenvolvimentista no município de Jaraguá. A produção econômica alterou-se substancialmente, voltando-se mais para a comercialização da produção. Assim, a partir da década de 1940 houve um crescimento urbano significativo. No início dos anos de 1.960, Jaraguá sentiu os impactos decorrentes da construção da BR-153, mudando o ritmo de seu crescimento, ganhando oportunidades para ocupar o papel de núcleo comercial, dinamizando sua expansão urbana. Na década de 80 a cidade de Jaraguá vê crescer o domínio das máquinas, elevando-a ao título de Capital das Confecções. Dos tempos da prosperidade aurífera aos dias atuais a cidade passou por diversos processos que a fizeram se destacar entre os mais prósperos municípios goianos e seu crescimento se dá continuamente.

Uma mesma ação com diferentes resultados: A construção da BR-153 que fez prosperar Jaraguá provocou o declínio de Santa Cruz de Goiás, como sinalizam Hugo Leonardo Casimiro e Maria do Espírito Santo, no livro *Mulheres negociantes em um porto do sertão*:

Durante praticamente todo o século XVII e XIX, Santa Cruz fora um importante entreposto entre os sertões dos goyases e o litoral. Por lá passava a ‘picada de Goiás’ que ligava Cuiabá, Vila Boa, Meia Ponte ao Triângulo Mineiro (Sertão da Farinha Podre) e São Paulo. A estrada de ferro desviou o caminho para leste e a BR-153 para oeste. Santa Cruz ficou cravada nas serras entre o Rio do Peixe e Rio Corumbá. Como uma dama antiga, altaneira, vigorosa, acrisolou-se nos contrafortes de sua própria idade e soube resistir ao abandono a que foi relegada pela incúria do passado.

Usando o questionamento (em relação à chuva) de Mia Couto em seu conto “Chuva: a abensonhada”, em “Estórias Abensonhadas”, Lisboa: Editorial Caminho, 1944: “Será que Santa Cruz pode, ainda, recomeçar? Será que essa alegria ainda tem cabimento?”. Santa Cruz de Goiás, em seu papel recorrente de mãe devotada, sobrepunhando a bipolaridade governamental: ora anima, ora desanima; desalinha... Mesmo com tantos atropelos consegue, temporariamente, se alinhar. Desenvolvimento e declínio: Produto Final dos “Projetos Administrativos”. Tudo depende da intenção do “grupo” que a administra.

A necessidade recorrente de aprender e apreender; conhecer outros modos de vidas, costumes, saberes, fazeres, falares levou-nos a conhecer outra festa de São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e Divino Espírito Santo. Vimos, de perto, o que sempre narrou, animadamente, Pauliane, Paulo Vitor, João Luiz. Vimos, de perto, o “Império do Divino” de Jaraguá. Três dias de Festa!



Império do Divino/Jaraguá. Foto: Paulo Vitor Avelar

No sábado vivemos uma nova e, ao mesmo tempo, secular profissão de Fé e devoção relacionada ao mistério do dia: “Entrada da Rainha”, ponto culminante da celebração, quando fazem a transição da festa do Divino, realizada na matriz Nossa da Penha, para as festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, realizadas na segunda e terça-feira, na capela de Nossa Senhora do Rosário (primeira capela construída em Jaraguá em frente à primeira rua, denominada Rua das Flores). A “Entrada da Rainha”, cortejo acompanhado por mais de mil cavaleiros do município e das regiões limítrofes; carros de bois; cavaleiros da cavalhada adulta montados em seus exuberantes cavalos e cavaleiros da cavahadilha montados em cavalos de pau; charretes; catupé de Catalão; congo; escolas; santos homenageados em diversas capelas do município; festeiros mirins... Súditos. Tudo isso em um desfile, pela principal avenida, mostrando o que continua preservado e o que fora extinto, como por exemplo, a contradança (pau de fitas) e a dança dos tapuios. Uma prática que perdurará a muitas e muitas gerações pela participação efetiva de crianças.

Nas tardes de sábado e domingo, apresentação da tradicional cavalhada. No primeiro dia “embaixadas”; no segundo dia, prisão dos mouros, conversão ao cristianismo e batismo simbólico, finalizando com a esperada “carreira das argolinhas”.

No domingo, manhã ensolarada, clima festivo, sentados em frente à matriz Nossa Senhora da Penha para tomarem café, em um quiosque (Weverton Paraguassú Teixeira e Fátima Paraguassú). Observamos a influência de outras culturas nas construções e traçados das ruas. Foi um breve transportar para a cidade portuguesa “Olhão”, no Distrito de Faro, região e sub-região do Algarve/Portugal. Uma semelhança nas edificações da matriz Nossa Senhora da Penha e o mercado de Olhão. Enquanto comentávamos sobre as similitudes das construções, tivemos a

nítida impressão que à nossa esquerda estava a marina de Olhão e do nada surgiram ondas de um mar imaginário causadas pelo ir e vir de navegações também imaginárias. De repente, ouvimos cânticos, responsórios; e, eis que surge na avenida o “cortejo do Divino”. Uma belíssima e escultural imagem, acomodada em um andor, ricamente, ornamentado, conduzido por cavaleiros da cavalhada e guiado por estandartes. Outra semelhança com a cidade de Olhão por ser o “³largo do mercado o local onde as procissões atingem a maior solenidade, fazendo a sua paragem para lançarem as bênçãos à frota pesqueira”.

Nos aspectos dos festejos de Jaraguá que assemelham a outras práticas culturais, fez- nos volver o pensamento à Santa Cruz de Goiás, ao visualizarmos à frente do cortejo do Divino, Imperador e Imperatriz (festeiros) trazendo em suas mãos o cetro e a coroa que a todo momento eram reverenciados e beijados pelos fiéis. O cetro, a coroa; a distribuição de alfenins após a missa de Pentecostes em Jaraguá, símbolos e ritos presentes na primeira apresentação das cavalhadas no estado de Goiás quando Padre Francisco Gouveia de Sá Albuquerque, pároco de Santa Cruz daquela época, solicitou ao Padre José Vicente de Azevedo Noronha e Câmara, Vigário Capitular, Procurador, que respondia pela Prelazia de Goiás diante da Coroa e a Santa Sé, permissão para correr Cavalhada nas festividades de Pentecostes, em Santa Cruz de Goiás. Padre Francisco José Gouveia de Sá Albuquerque, ao solicitar a apresentação da cavalhada em Santa Cruz de Goiás, argumentou o isolamento do povo neste sertão dos Goyases: - “A falta de lazer e divertimento está desviando as almas para as festas profanas nos pagodes e vida mundana” Diante da argumentação do pároco, o Vigário Capitular, concedeu a autorização, sendo apresentada a primeira Cavalhada do Estado de Goiás, em Santa Cruz de Goiás, no Largo da Matriz, onde hoje está a

³ <http://www.cm-olhao.pt/municipio/espacos-municipais/mercados-municipais>

Casa de Câmara e Cadeia, ano de 1816, tendo como primeiro Imperador da Festa do Divino, Padre Francisco José Gouveia de Sá Albuquerque, relembando a vitória dos Cristãos sobre os “sanguinários” Mouros (pretos, pagãos e infiéis), de origem árabe e religião islâmica, que invadiram a Península Ibérica.

Padre Gouveia mandou confeccionar o cetro e a coroa de prata pura e a bandeira do Divino Espírito Santo; e, ainda, mandou fazer “pãezinhos do Divino”, uma espécie de roscas da rainha, besuntadas com calda caramelada de açúcar, que depois de benzida eram distribuídas de casa em casa do vilarejo “como gentileza e cortesia do Imperador”, além dos alfenins, afirma o atual Pároco de Santa Cruz, Padre Ronam, de acordo com documentos encontrados na Cúria Diocesana de Ipameri. Haspasiano Dagomano foi o primeiro a ensinar a arte de encenar as cavalhadas em Goiás.

Presenciar os festejos de Jaraguá, apesar de nos ausentarmos de Santa Cruz, foi um ganho em conhecimentos, reafirmação de amizades e intercâmbio de estudos dos e sobre os “festejos do Divino” (parte religiosa e profana) com todas as manifestações culturais incluídas.

Nossos agradecimentos pelo convite e calorosa recepção de Pauliane Oliveira Azeredo, pela também calorosa recepção de Paulo Vitor Avelar; Prefeito Sr. Ival; Primeira dama Sra. Divina; Secretária de Cultura Sra.Maura e todos os demais. Agradecimentos à confortável e aconchegante hospedagem na residência de Hamilton Morais e Livia, junto aos seus filhos Augusto e Hamilton Filho, além da companhia agradável de Altair de Morais Vaz.

“A criatividade faz a grandeza da Cultura, na simbologia vivida!”

Segundo Milton Santos (1980, 1996), “no contexto das mais distintas formas de organização da comunidade humana,

os grupos humanos modificaram a natureza, demarcando o seu território, criando técnicas, modelando e remodelando seu espaço para a realização da vida social”.

Uma vestimenta imaginária reveste o individuo de acordo com cada lugar em que culturalmente se manifesta. Às vezes o determinismo político partidário interfere na organização de grupos culturais, tentando moldá-los conforme dita a sua sigla. Política e arte são irmãs que nem sempre combinam, embora caminhem lado a lado.

Prenúncio da festa do Divino! A folia percorre ruas, estradas vicinais, cidades vizinhas. Pessoas se aglomeram, com os corações em chama, ao ouvirem os intervalos musicais extraídos das cordas vocais dos foliões. Portas das casas visitadas se abrem para receberem a bandeira que é levada ao seu interior no intuito de purificar, abençoar, proteger: É divino! Um Movimento que ano após ano se repete e fortalece a Identidade de um povo. Recolhem esmolas e convocam o povo para a festa.



Folia do Divino em Santa Cruz de Goiás

Fecham-se círculos administrativos, revezam-se administradores, a folia e outros folguedos das culturas populares, nascidos no seio da comunidade, não se curvam aos desalinhos políticos; não se atém a editais. Sustentam-se e seguem!

Entretanto, a tradição das folias tece um fio que une os foliões dentro de perspectivas, anseios, sonhos e permanências, como representações simbólicas de manutenção das culturas populares.

Pessoa humana e divindade, indivíduo e comunidade, tempo e eternidade, fé e história. Consequentemente, gera um determinado modo de pensar e de se comportar, agindo significativamente na convivência e dando subsídio à tradição que é um padrão de pensamento, comportamento e sensibilidade que se desenvolve através do tempo e se mostra rico em sentido, integrado na realidade e útil à convivência. Fé e tradição embalam os sonhos e a memória do homem crédulo do interior de Goiás.⁴ (Ms. Maria Lícia dos Santos, 2009).

Coadunam-se com o desejo comum de manterem vivos costumes, hábitos, modos de vida, ensinamentos passados de geração em geração ou mesmo a forma de entendimento do mestre ou embaixador, a pessoa que lidera a folia. A comunidade se reúne e esquece as diferenças sociais e econômicas; atém-se, apenas, a percorrer o itinerário proposto, improvisando versos, alternando intervalos consonantes, enaltecendo o espírito, levando a paz. Levam suas preces cantadas às casas, porém sua “função é precatória, ou seja, angariar fundos para a festa que inicia”.

Recebida a esmola, os foliões de Santa Cruz de Goiás e de outros municípios agradecem com versos aos donos da casa que, geralmente, oferecem alimento, bebida etc. A folia do Divino Espírito Santo é também sinônimo de fartura.

⁴ http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/01/art_SANTOS_folia_reis.pdf..

A extensa sequência ritual seguida pelos foliões consiste, basicamente, numa cantoria guiada pelo embaixador, na qual os foliões cantam diante do dono da casa pedindo licença para adentrar ou pousar. Entregam a bandeira para os anfitriões que os recebem em sua casa. Cumprem promessas, cantam pedindo bênçãos aos moradores; pedem ofertas, agradecem os bens ofertados, pedem licença para se retirar da casa e, então, se preparam para a partida.⁵

Algumas pessoas participam com grande fervor religioso ao Divino Espírito Santo e outro tanto por pura farra e alegria.

A festa do Divino Espírito Santo que é também a conhecida “Festa dos Tabuleiros”⁶ em Portugal, é uma das manifestações culturais e religiosas mais antigas:

A sua origem encontra-se nas festas de colheitas à deusa Ceres. A sua cristianização pode dever-se à Rainha Santa Isabel que lançou as bases do que seria a Congregação do Espírito Santo, movimento de solidariedade cristã que em muitos lugares do reino absorveu as primitivas festas pagãs. O ponto alto das festividades que juntava ricos e pobres sem qualquer distinção ocorria no Domingo de Pentecostes, dia em que as línguas de fogo desceram sobre os Apóstolos simbolizando a igualdade de todos perante Deus.

Ao longo do tempo algumas alterações foram surgindo e se justificam pelas características, particularidades e singularidades de cada grupo que a realiza.

“Pertencer a uma comunidade significa renegar parte de nossa individualidade em nome de uma estrutura montada para

⁵ <http://catalendasolimpia.blogspot.com.br/>

⁶ <http://www.cidadespaulistas.com.br/fofia-de-reis/fofia-de-reis.html>

satisfazer nossas necessidades de intimidade e da construção de uma “identidade”. ⁷Vivemos tempos líquidos. Nada é para durar” – como sinaliza o autor Zygmunt Bauman em seus estudos sobre a sociedade. Outros estudiosos publicam a todo instante essa insegurança por estarmos vivendo em um mundo de incertezas. “É cada um por si”. Não é possível se solidificar. Efemeridade, transitoriedade, inconstância, consumismo, futilidades. Conectamos e desconectamos com muita facilidade, sem inventar desculpas, sem censuras ou culpa. A vida real, às vezes, levada da mesma forma. Deixamos de cumprir nosso papel enquanto indivíduo, apenas apertando a tecla “pausa, cancela, apaga, compartilha”.

“O desenvolvimento regional, só é possível quando é considerada as vocações específicas de cada localidade”.

Essas vocações são legítimas e independentes. Os sujeitos saem de si, esquecem as diferenças e se unem para, ano após ano, expressarem seu jeito de ser e viver e (re) afirmarem uma identidade coletiva. O “povo” nem sempre se curva ao jugo econômico quando se trata de expressões culturais, embora a “cultura de massa não pergunta se o povo quer, ela impõe” (Caio Hostilio, 2011). “Por isso, é buscado incentivar a cultura “dos de baixo”, ou “desesconder” o Brasil profundo. Estimular a cultura pelas suas pequenas manifestações, nos grotões, nos assentamentos, nas tribos, nos quilombos” (Leandro Uchoa, Rio de Janeiro, 2015). É pertinente a preocupação do Ministério da Cultura quando compreende a “cultura como recheio e não apenas a cereja do bolo”.

Os modos de fazer, as práticas tradicionais ora se aproximam, ora se afastam dependendo da história, da economia e da localização geográfica. A cada passo que caminha, a cultura é vivenciada por intermédio do som, da oralidade, do sagrado, do

⁷ <https://colunastortas.wordpress.com/2014/04/11/sociedade-liquida-bauman-explica/>

profano, do corpo, das mãos. Gestos imitados, seguidos e às vezes, apagados.

Saberes impregnados no cotidiano dos mestres e mestres, tal e qual mestre Jaime da contradança de Santa Cruz de Goiás. Debruçado em sua centenária janela de adobes aparentes, lança um olhar enternecido que perpassa o tempo e alcança um infinito de imagens e cores; lembranças desfilam em sua mente. Cabelos embranquecidos. Na mão direita, com firmeza e orgulho, segura um símbolo da cultura local.. As paredes de sua casa sustentam o telhado; demonstram seguridade, embora quebradiças.



Mestre Jaime da contradança com o chapéu dos mouros da cavallhada de Santa Cruz de Goiás.
Foto: Lázaro Neves

⁸Muitas são as “pedras de tropeço”, sutilmente, colocadas pela aculturação e massificação globalizada. “Nessa liquidez as culturas se mantêm; vivenciam as ricas experiências e as transmitem de forma natural”.

⁸ <http://www.espirito.org.br/portal/download/pdf/agonia-das-religoes.pdf>

Cultura é rastro!

Um rastro implícito e explícito em cada rosto. Um “do-in antropológico” (plagiando o cantor Gilberto Gil) sempre é necessário para o bom entendimento das ressignificações culturais que se encontram e se distanciam de acordo com o local onde são apresentadas. Essa ressignificação está latente em toda parte. A transmissão é visível em muitas cidades interioranas.

Esse desejo de preservar, deixar rastros é o que acontece na Casa-Museu de Santo Antônio de Goiás, cujo município, de acordo com o ⁹portal da Prefeitura Municipal, teve sua origem por volta de 1947, em função das terras da região, consideradas excelentes para o desenvolvimento da agropecuária. Assim, surgiram as primeiras residências, escolas e estabelecimentos comerciais, quando os pioneiros José Josias da Silva e Antônio Genoveva lançaram o primeiro loteamento urbano.

O povoado denominou-se Santo Antônio - antes de tornar-se povoado, o lugar ficou conhecido como Quiabo Assado, que por sinal são contadas várias histórias, mas se sabe a verdadeira origem do apelido.

No ano de 1987, foi protocolado na Assembleia Legislativa o Processo de nº 1651/87, pedindo a emancipação política do Distrito de Santo Antônio na condição de município. Este processo continha dados exigidos por leis para fins de aprovação. Número de residências, de habitantes, de eleitores e o resultado da manifestação da população pela emancipação, realizado em plebiscito, com a aprovação geral da comunidade. Quanto ao topônimo do município a ser criado, o nome do distrito deveria ser substituído ou acrescido, pois já existia no estado de Goiás, município com essa denominação, e a lei não permite no mesmo estado município com nomes idênticos.

⁹ http://www.santoantoniodegoias.go.gov.br/arquivo_historico.php

No entanto, como tudo havia se iniciado com o nome de Santo Antônio, acrescentou-se apenas “de Goiás” e ficou definitivamente Santo Antônio de Goiás. Neste mesmo ano o município foi emancipado, passando à condição de município de Santo Antônio de Goiás pela Lei Estadual nº 10507/87/. Essa emancipação, porém, foi tornada sem efeito por uma representação feita pelo Exmo. Srº Procurador Geral da República, Dr. Sepúlveda Silveira em julho do mesmo ano, sob alegações de falta de dados oficiais e condições legais para tal desmembramento do município. Tão grande decepção fortaleceu ainda mais os ânimos dos representantes políticos da região...

A luta pela emancipação política não cessou, a ansiedade em ver o povo de Santo Antônio alcançar sua independência administrativa e poder investir os recursos advindos naquilo que a população enumerava como prioridade. A ansiedade pela emancipação sensibilizou até líderes políticos estaduais a se engajarem nesta luta... Várias exigências foram feitas para atender ao pedido... De posse de todos os documentos necessários, os representantes políticos de Santo Antônio e de Goianira se deslocaram ao Rio de Janeiro e Brasília, buscando meios de formalizar tal emancipação.

E no dia 5 de dezembro de 1990 foi elevado à categoria de município o Distrito de Santo Antônio, que passou a ter o topônimo de Santo Antônio de Goiás...

Mas, afinal, “¹⁰existe um sentido para a História”? “O tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta”.

E para a Memória, existe um sentido? Jacques Le Goff sinaliza:

¹⁰ <http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>

A memória social é um dos meios fundamentais para se abordar os problemas do tempo e da História; é a propriedade de conservar certas informações; é o conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas. A memória está nos próprios alicerces da História, confundindo-se com o documento, com o monumento e com a oralidade.

Casa-Museu de Santo Antonio de Goiás: Memória cultural e também comunicativa situada à Avenida Walter Carneiro. Exposição de heranças simbólicas materializadas em textos, ritos, celebrações, objetos, manifestações culturais, e outros suportes mnemônicos que funcionam como gatilhos para acionar significados associados ao que passou. O espaço exerce poder e fascínio no indivíduo que ali adentra. Encanto e mistério incitam, subliminarmente, a conhecer os costumes daquele lugar. Uma transmissão difusa das lembranças do cotidiano. As querelas de antanho que teimavam em desaparecer estão retomando os seus lugares, por meio da oralidade. Apresentam, principalmente, às crianças como as pessoas viviam e o que isso repercute na atual conjuntura. “Lembranças objetivadas e institucionalizadas, armazenadas nas memórias de um povo, repassadas e reincorporadas ao longo das gerações”; perpetua-se também o passado re-



Luta entre Mouros e Cristãos

cente, lembranças pessoais e autobiográficas. Um projeto informal que não requer especialização por parte de quem o executa. Quem submete seu tempo a realizar tudo isso?

Para conhecer a Memória cultural de Santo Antonio de Goiás, é necessário, primeiramente, entender a escritora e artista plástica Nazareth Cândida de Freitas, presidente da Alsagec – Academia de Letras de Santo de Antônio de Goiás que idealizou o projeto Casa-Museu. Tem que vivenciar! De longe só se imagina. De perto, se vê. Necessita entrar em sua intimidade cultural, de fato, e sentir com todos os sentidos. Ver a habilidade das pessoas que compõem aquela Casa Cultural, Casa- Museu. Ouvir o eco do passado, implícito e explícito no presente, ali exposto. É mister observar os gestos, o semblante feliz e emocionado da poetisa Nazaré ao receber, de forma ímpar, cada visitante. Vê-se uma devota, às vezes persignando-se, enquanto narra a trajetória de cada peça do rico acervo histórico/cultural; fecha os olhos como se estivesse em prece. Desfilam em sua mente e explodem em seus lábios, narrativas de cheiros, religiosidade, saberes, sabores, cores, ritmos, cantares, falares, fazeres, costumes, modos de vidas, ritos, símbolos, de um passado/presente. Uma família dedicada e desapegada. Irmandade unida, solidária, conglomerada por um objetivo comum: a realização do sonho da poetisa Nazareth trazer para o presente, o passado de seus familiares, amigos, amigos, mestres e mestras das culturas populares e tradicionais de Santo Antonio de Goiás.

Real e imaginária é a vida que se traduz em lutas, simbolizadas, tal e qual as cavalhadas.

Esgrima com dragões, espadas, cruces. Belligerância com caráter político, religioso, social, cultural, econômico; regada a risos, choros, gozos, vaias, aplausos...

EDUCAÇÃO PARA QUÊ? (OU MAIS UM DIA DO PROFESSOR)¹

Antônio Teixeira Neto²

Com este título deliberadamente provocante, não é intenção deste articulista questionar o papel insubstituível da educação – e do seu principal personagem, o professor – no processo de formação psicossocial de qualquer cidadão em qualquer lugar do mundo. Ao contrário, quero tão somente chamar a atenção para o papel relevante da educação na preparação dos cidadãos (homens e mulheres) para a vida em todas as suas dimensões e funções: das mais simples às mais complexas tarefas e responsabilidades indispensáveis ao desenvolvimento do indivíduo e de sua coletividade. Se falará aqui da escola fundamental e do papel do professor nesse processo, do mesmo modo que se dará ênfase a certos indicadores sociais para mostrar que no Brasil em geral, e em Goiás em particular, como dizia, pertinentemente, o então presidente Lula em 2007, “em termos de educação não estamos vivendo no melhor dos mundos”. Além do mais, a deseducação que os eventos polí-

¹ Em sua maior parte, este artigo foi tirado do capítulo *os problemas da educação e do analfabetismo*, objeto de uma pesquisa, ainda inédita, que tem por título *Goiás em Preto e Branco*, em que o autor, através de uma coleção de mapas, e os breves comentários a eles concernentes, procura mostrar alguns aspectos da vida político-administrativa, social e econômica de Goiás – meio natural, cidades, rodovias, agricultura, pecuária, produção, mão-de-obra e emprego, riqueza e pobreza, educação, fé, saúde, etc. – capazes de fornecer uma ideia sobre o atual território estadual, os indivíduos que nele habitam e a sociedade que juntos construíram.

² **Antônio Teixeira Neto** é Professor aposentado da UFG, licenciado em História, engenheiro Agrônomo, doutor em Geografia e Cartografia e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

ticos e não políticos que a mídia brasileira vem mostrando com obstinação e coragem – desvio de caráter e de verbas bilionárias que seriam destinadas a programas sociais, descompromisso com a ética e a moral na gestão pública, enfim, caos administrativo nos altos escalões governamentais e muitas outras imoralidades administrativas – confirma apenas o que foi sentenciado pelo ex-presidente: em termos de educação, não estamos realmente vivendo no melhor dos mundos.

Ora, essa questão – tão fundamental quanto desprezada desde que nos tornamos essa imensa *Terra Brasilis* – vem constantemente à baila, como que para apenas nos lembrar que, mesmo sem escolas eficientes e sem professores à altura da empreitada, o País e os brasileiros parecem continuar felizes, como se por aqui nada nos faltará, pois, a natureza exuberante e rica, tudo nos proverá. Então, educação para quê? É essa a resposta a ser encontrada – e repetida à exaustão –, para que nos compenetremos de que sem educação até mesmo a felicidade de ser brasileiro nos será roubada.

Tendo, então, em mente essa maneira simples de pensar, o que se pretende realmente neste artigo é mostrar para os goianos em geral – e para os governos em todos os níveis em particular – que em termos de educação não estamos realmente vivendo no melhor dos mundos, não obstante os avanços alcançados em muitas frentes dessa cruzada rumo à felicidade que o ato de educar a si e aos outros nos proporciona.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Seguindo os rituais administrativos da época, em 1824, quando oficialmente nomeado como o primeiro presidente da província de Goiás, o pernambucano Caetano Maria Lopes

Gama, Visconde de Maranguape, em seu primeiro relatório à assembleia legislativa, toca em um assunto que, por si só, já explica muita coisa sobre um dos entraves estruturais responsáveis pela lentidão com que não apenas Goiás – mas também o Brasil como um todo – chegaram até o momento presente: a educação. Em toda a província, das cadeiras de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês criadas na capital, apenas a de Retórica se achava provida, isto é, a que menos conhecimento formal se exigia do professor, porque, além de certa técnica, ele devia mesmo apenas ter dom para ensinar a arte de discursar e persuadir. Dada a inexistência de cursos de formação acadêmica, o máximo que se dispunha como recurso para o ensino mais avançado, era o Liceu da capital. No resto da província, achavam-se criadas apenas mais duas cadeiras de Gramática Latina e vinte e quatro de Primeiras Letras. Dessas cadeiras, seis estavam por se prover. Isto era o que se dispunha como formação de base. A pobreza da educação parecia ser o reflexo cruel das carências gerais da província, pois não havia na população a consciência de que até mesmo para plantar de forma rudimentar, era necessário pelo menos saber ler e escrever para melhor produzir, melhor negociar e melhor usufruir, mesmo que superficialmente, o que as técnicas, rudimentares, já ensinavam como plantar e como criar gado. O próprio presidente provincial falava da conveniência de “mandarem-se vir modelos aperfeiçoados de instrumentos agrônômicos, e aquelas memórias (cartilhas) que possam servir de instrução dos nossos lavradores”.

Trinta e um anos mais tarde (1862), ao prestar contas do seu primeiro ano de governo, José Martins Pereira de Alencastre encaminha à assembleia provincial a mais completa e minuciosa prestação de contas de sua administração, na qual, pela primeira vez, a educação é enfocada como uma das primeiras prioridades

na ordem administrativa: “o estado da instrução pública nesta província não é de modo algum satisfatório”, sublinha. Ao propor a reforma do ensino, ele chamava a atenção para medidas burocráticas, inócuas, até então tomadas, e reiterava:

Há de dotar a escola com professores habilitados [...] Abram-se aos mestres *por todo o modo possível as portas da instrução* (o grifo é meu) e ter-se-á conseguido muito em favor da desejada reforma do ensino popular.

Alencastre tocava, assim, em um dos mais graves problemas de nosso sistema educacional: o da formação e profissionalização dos professores.

O influente intelectual e político José Vieira Couto de Magalhães, que governou depois de Alencastre, não deu muito trato à questão, porque sempre esteve mais preocupado com a navegação do Araguaia e com seus empreendimentos pessoais que com a educação.

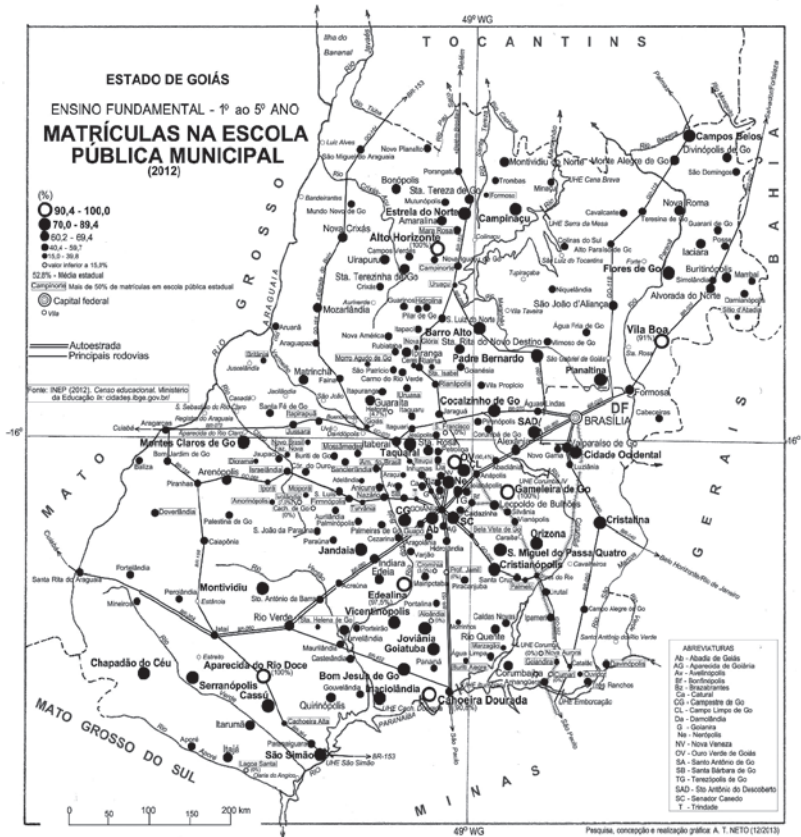
Em 1888, ao entregar o governo ao que foi o último presidente da província – brigadeiro Felicíssimo do Espírito Santo (bisavó do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso) –, o presidente Fulgêncio Firmino Simões parecia antever o que, 119 anos mais tarde, sentenciava o presidente Lula sobre o caráter precário da educação no Brasil. O presidente goiano dizia que o pessoal é bom (esforçado), mas muito limitado (sem formação), pois, “são bem poucos os professores primários que têm exame da matéria que ensinam” (conhecimento específico e, conseqüentemente, diploma de especialista).

Inicialmente colocado desta forma – mais lamúrias e lamentações que ações efetivas para melhorar a qualidade do en-

sino em Goiás –, com raríssimas exceções, o refrão com que os presidentes abordavam a questão da instrução pública deixava transparecer que havia realmente um mal crônico que atravancava a educação e que era difícil de ser curado: pessoal docente, além de insuficiente, despreparado, recursos orçamentários minguados, pais impedindo os filhos de irem à escola por considerarem que isto seria perda de tempo (educação para quê?), nepotismo, etc. Por isso, a questão era constantemente invocada para dizer que estavam diante de um problema de ordem moral praticamente insolúvel, principalmente em se tratando de uma província pobre e distante dos olhos do imperador. Nenhum dos presidentes provinciais, mesmo se quisesse, como foi o caso de Alencastre – e nenhuma lei – conseguiu mudar o *status quo* em que a educação esteve mergulhada durante os 67 anos de vida imperial, e que se prolongou até os dias de hoje.

AS QUESTÕES DE COMPETÊNCIAS

Além desta questão de ordem histórica e, sobretudo, política, existem outras, como, principalmente, o analfabetismo, que, ainda hoje, não apenas atesta, mas também revela, as deficiências estruturais e o porquê de muitos dos problemas que afetam a educação fundamental em Goiás. Na atualidade, além do atavismo invocado logo acima, as questões de natureza histórica e política podem soar contraditórias com o papel que cada ente federativo deve desempenhar no que diz respeito à educação fundamental, conforme determina a Constituição de 1988 em seu artigo 211 e parágrafos. Embora União, Estados, Distrito Federal e Municípios organizem em regime de colaboração seus sistemas de ensino, compete, prioritariamente, aos municípios atuar no ensino fundamental e na educação infantil, reservando-se aos Estados e Distrito Federal papel secundário. É o que deveria se confirmar



(1)

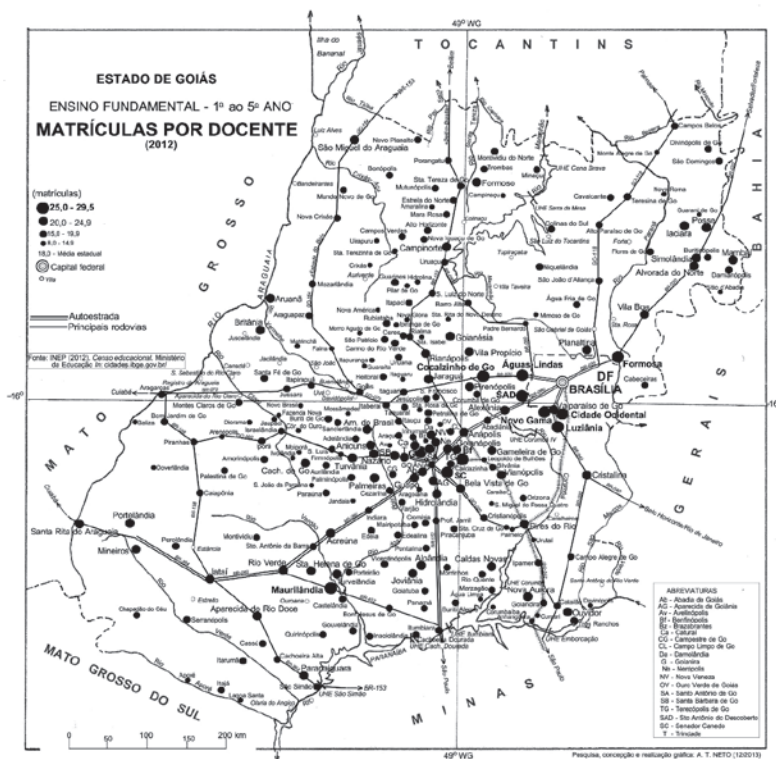
ao se observar com mais vagar o mapa (1) que transcreve o número de matrículas na escola pública municipal. À primeira vista, os municípios estariam cumprindo o preceito constitucional – se ocupar do ensino fundamental –, mas, isto acontece de maneira precária, porque, por serem geralmente pobres, pobres também são suas escolas e mal formados e mal remunerados são também os seus professores. Ao analisar mais atentamente o mapa, dois aspectos chamam a atenção do leitor: por um lado, ele mostra

que em muitos dos municípios mais ricos de Goiás, o número de matrículas na escola municipal é inferior a 40% do total de matrículas porque, na verdade, elas são disputadas pelas escolas privadas, principalmente nos municípios mais populosos – Goiânia, Anápolis, Goianésia, Jataí, etc; por outro, ele revela que em muitos municípios menos ricos (Uruaçu, Jussara, Buriti Alegre...) ou geralmente pobres (Formoso, Sítio d'Abadia, Aloândia, Professor Jamil, Cachoeira de Goiás, Nova Aurora...), o Estado responde por mais de 50% das matrículas na escola pública fundamental, se não pela totalidade. Essa, digamos, insistência do Estado na manutenção da escola fundamental vem de longa data; em todos os sentidos ela é uma das idiosincrasias de nossa política educacional, pois, em muitos municípios de poucos habitantes, geralmente sem recursos suficientes (Inaciolândia, Aparecida do Rio Doce, Vila Boa, Campos Belos, Gameleira de Goiás, Ouro Verde...) e socialmente problemáticos, como os que geralmente rodeiam Goiânia e Brasília, o número de matrículas na escola pública municipal, além de superar o de escolas estaduais, é proporcionalmente muito mais elevado que, por exemplo, em municípios grandes e bem mais ricos, como, entre outros, Rio Verde, Catalão e Itumbiara. Esse é um dos problemas – mais políticos que pedagógicos – que entravam a questão da educação em Goiás.

SALAS DE AULA CHEIAS DEMAIS OU QUASE VAZIAS

As questões de natureza didático-pedagógica – além do também atávico despreparo da maioria dos abnegados professores e professoras para o desempenho de suas funções, principalmente nos municípios mais distantes dos olhos do governo – dizem também respeito ao grave problema que afeta as escolas públicas de modo geral: a má distribuição de alunos (matrículas) por docente. É consenso entre educadores que o número de matrículas

na escola fundamental não deve ultrapassar 20 por docente, mas, quando a relação é baixa (10 matrículas ou menos por docente, por exemplo), dois aspectos contraditórios podem ser detectados: ou excelente infraestrutura material e ótima política educacional e pedagógica do município, ou então, o que é preocupante, desinteresse dos pais, não levando os filhos à escola por falta de motivação ou por pobreza material da família. Ao contrário, quando a relação é alta, geralmente indica pobreza material e ausência de política educacional e pedagógica do município, o que quer dizer número insuficiente tanto de docentes, como de salas de aulas, ou seja, carências materiais (escolas e equipamentos) e didático-pedagógicas graves.



(2)

Nos dois sentidos, o mapa (2) é esclarecedor, porque é justamente nas regiões pobres de Goiás – Nordeste Goiano e as periferias de Goiânia e Brasília – que o número elevado e, ao contrário, pequeno, de matrículas por docente são mais frequentes. De resto, em municípios mais ricos – ou, teoricamente, mais comprometidos com a educação de suas crianças –, o mapa mostra que o número de matrículas por docente se situa em torno da média recomendada: entre 20 e 25 crianças. Em Goiás, os dois extremos se encontram em dois municípios: um realmente pobre e, por isso mesmo, problemático – Nova América (9,9 alunos/docente) no Vale do São Patrício – e outro nominalmente rico, com uma das maiores rendas per capita do estado – Senador Canedo (29,5 alunos/docente) na Região Metropolitana de Goiânia. O primeiro é um dos menos habitados municípios goianos, com baixíssima renda per capita, mas com índice de pobreza próximo da média estadual. O segundo – com pequenos índices de analfabetismo e ao mesmo tempo elevada taxa de população urbana –, por ser o mais importante polo de distribuição de combustíveis de Goiás, é um dos mais bem aquinhoados em *royalties* dentre todos os municípios goianos. Por esse motivo, se interroga sobre por que em suas salas de aula da escola fundamental o número de matrículas por docente não é compatível com sua riqueza e seu IDH alto? Senador Canedo é, nesse caso, a exceção que confirma a regra, pois, em se tratando de número de analfabetos – mapa (3) –, seus índices situam-se entre os mais baixos do estado: 6,5% em 2010.

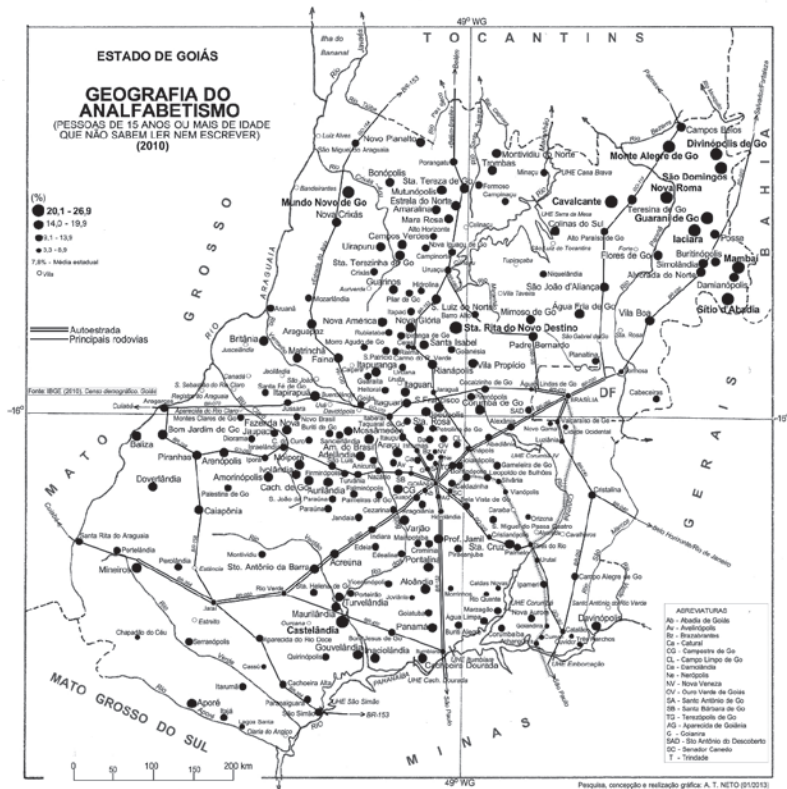
A GEOGRAFIA DO ANALFABETISMO

O título e o subtítulo do mapa seguinte (3) são inequívocos: os dados nele transcritos dizem respeito apenas ao analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais. Tradicionalmente,

em trabalhos desta natureza, para se ter uma ideia mais completa deste grave problema social, é necessário que os dados sejam mais abrangentes, isto é, que incluam também pessoas entre 6 e 14 anos, passíveis de estarem frequentando a escola fundamental – do primeiro ano (classe de alfabetização) ao nono ano. Apresentados desta forma, os dados revelam um lado pouco percebido pelo leitor menos avisado: o índice de analfabetos de boa parte de pessoas praticamente adultas (aquelas com 15 anos e mais), o que deixa transparecer um dos lados preocupantes da educação de base no país: a escola fundamental não realiza – como deveria realizar – a sua tarefa principal, qual seja ensinar a ler, a escrever, a fazer conta, a raciocinar, enfim, a descobrir o funcionamento da natureza e da sociedade a partir de fórmulas simples, direta e milenares, como a utilização de cartilhas de alfabetização, da velha tabuada, filha do secular ábaco, a descoberta, com os próprios olhos, do mundo que rodeiam as crianças e a valorização da história, como sendo também a sua história e a história dos outros, e do meio ambiente e sua geografia, como sendo a sua terra e a terra dos outros.

Do ponto de vista estritamente visual, é possível perceber que em Goiás os bolsões de analfabetismo se situam nos extremos do território, ou seja, nas suas margens norte e sul e leste e oeste, principalmente, como é do conhecimento de praticamente todos os goianos, no seu quadrante mais pobre – o Nordeste Goiano e seu estigmatizado Vão do Paranã. Mas, ao lado desta informação banal, outros aspectos, à primeira vista contraditórios, chamam a atenção do leitor: os relativamente baixos índices de analfabetos em municípios de índices relativamente elevados de pobreza e reconhecidamente violentos, como em geral são os que rodeiam Goiânia (sobretudo, Aparecida de Goiânia) e Brasília (sobretudo, Águas Lindas de Goiás). Talvez isto se explique pelo fato de a quase totalidade de seus habitantes residir em meio urbano, em que

o acesso à escola é mais fácil (Valparaíso de Goiás, por exemplo, tem, depois de Goiânia, o menor índice de analfabetos de 15 anos ou mais: 3,6% em 2010) e maior é a cobrança da opinião pública por uma educação de melhor qualidade.



(3)

O QUE CONCLUIR?

Diante, então, dos mapas aqui mostrados, que conclusões tirar desse grave problema social? Muitas, pois, como se ainda vivêssemos no início da Província de Goiás, várias pessoas na atu-

alidade, inclusive especialistas do assunto, ainda se questionam: “educação para quê”? Obviamente, a resposta mais banal à questão seria aquela dada pelo economista e educador Gustavo Ioschpe em um de seus artigos tratando do assunto (revista **Veja** de 12/12/2012, p. 106): “a riqueza (seja ela tecnológica ou material) não é um fim, é um meio. A finalidade da vida é a felicidade. E é isso que nos é roubado ao termos um sistema educacional tão incompetente, pois, a cada dia milhões de brasileiros ficam mais e mais longe do limite de suas realizações”. Ora, todos nós indistintamente sabemos de cor que educação é fundamental para o desenvolvimento tanto do indivíduo como da sociedade. Então, se é assim, por que, na atualidade, a educação, tanto no Brasil em geral, como em Goiás (que, ultimamente, tem dado passos adiante em sua política de educação de base) e seus municípios em particular, comportam tantos jargões negativos, como, entre outros, “historicamente pobre e deficiente”, “mal pensada e mal praticada”? Na verdade, são muitos os fatores que contribuem para o fracasso da educação em qualquer lugar do planeta, principalmente a pobreza e a desigualdade social. Onde o conhecimento não circula com fluidez, a desigualdade social logo se instala aumentando mais ainda o fosso que existe entre as pessoas. Como adverte em livro de repercussão mundial (*O capital no século XXI*, p. 28-29) o economista francês Thomas Piketti,

a difusão do conhecimento e de competências, aumenta a produtividade e ao mesmo tempo diminui a desigualdade entre pobreza e riqueza [...] A educação traduz esse esforço, ou melhor, esse esforço é traduzido pela melhor qualidade da educação [...] No longo prazo, a força que de fato impulsiona o aumento da igualdade é a difusão do conhecimento e a disseminação da educação de qualidade.

Ao folhear dezenas de outros artigos e reportagens tratando da educação publicados por educadores em grandes revistas de circulação nacional, constata-se que, indistintamente, os autores são pouco benevolentes com o sistema educacional brasileiro, a quem acusam principalmente de não saber enxergar que, no fundo, não são as diferentes escolas pedagógicas – e suas, digamos, revolucionárias e inovadoras formas de ensinar – que vão mudar o péssimo conceito que se tem da educação no Brasil quando comparada com a de outros países (até mais pobres que o nosso), mas a erradicação do vício atávico que a impregna desde que aqui chegaram os colonizadores: a ausência (ou a precariedade) de uma política educacional que vise, sobretudo, valorizar o professor – em vez de escolas luxuosas –, dando-lhe boa formação e remuneração à altura da responsabilidade, priorizar a escola pública de tempo integral e lugar de pobres e ricos – como se faz em países nem tão mais ricos que o Brasil, como o Chile e Portugal, que nos colonizou – e realizar pedagogicamente o que países mais sábios (Coréia do Sul, Japão, Finlândia, Alemanha, França e até mesmo nossos vizinhos Colômbia, Argentina e Uruguai) conseguem com sabedoria e simplicidade: ensinar sem nenhum constrangimento pedagógico – e sem exagerar no uso dos recursos tecnológicos e didáticos proporcionados pela revolução tecnológica – o que é básico na escola fundamental. Sem, contudo, deixar de lado os recursos tecnológicos da nova era em que estamos vivendo, tão simples quanto cristalino o começo de tudo no campo da educação é este. Ora, na atualidade, é praticamente impossível fechar os olhos para a tecnologia que subsidia a educação, embora os males que a afetam nesse imenso Brasil e nesse compacto Goiás são ainda muitos e difíceis de serem tratados, principalmente os que concernem ao seu principal executor – o professor – e às engrenagens políticas, principalmente as político-partidárias, que na maioria das vezes o impedem de realizar o seu sonho, que, como enfatiza o educador Gustavo Ioschpe, é o de mudar o mundo mudando a vida de seus alunos.

DE SENHORES E ESCRAVOS: TERRA E TRABALHO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas¹

INTRODUÇÃO

O presente trabalho enfoca aspectos da vida rural brasileira, na primeira metade do século XIX. Com base em documentação de cunho privado, estuda-se a composição e evolução estrutural de patrimônios fundados em terras e escravos, com destaque para a prevalência extemporânea do morgadio e da primogenitura, institutos juridicamente ultrapassados mas ainda vigentes nas mentalidades e na longa duração da História.

Centrado em acervos familiares originários de proprietários rurais estabelecidos no vale do Rio Parnaíba (Maranhão e Piauí), o estudo repercute a realidade rural no contexto mais amplo da sociedade brasileira, com destaque para a visão desta em relação aos escravos, bens semoventes economicamente valiosos, transmissíveis por herança – inclusive crianças livres como herdeiras de crianças cativas.

1. O TESTAMENTO

Em 18 de julho de 1843, compareceu à casa de morada do capitão José Antônio Gonçalves² – “a seu rogo” – o Escrivão

¹ Doutora em História Social; professora titular aposentada da Universidade Federal de Goiás. Sócia Emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

² Em 1831 fora criada a Guarda Nacional, da qual participavam cidadãos brasileiros livres, ocupando postos similares aos da hierarquia militar. Castro, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. Rio de Janeiro: CEN/INL, 1977. José Antonio e o filho, Domingos José Gonçalves, foram oficiais da Guarda Nacional.

Leonardo José de Lima do termo da vila de São Bernardo do Brejo, província do Maranhão. À ocasião, foram-lhe entregues “dois papéis que continha (sic) duas folhas cada um”, constituindo-se em duas vias do testamento

por elle [José Antônio] escripto, e assignado, os quais eu, Tabellião (...) achei não ter borrão, entrelinhas, ou cousa que duvida faça, e a elle Testador perguntei se he este o seu Testamento que o há por firme, valiozo e bom, ao que respondeu que sem duvida he este o seu Testamento que há por firme, e valiozo, e bom (...)³.

O documento tem início com incisiva profissão de fé:

Jesus Maria José. Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo, em que eu José Antonio Gonçalves firmemente creio e em cuja fé protesto viver e morrer. Desejando por em ordem os meus negócios, para evitar dúvidas ou questões, que a qualquer hora ou instante posso morrer por ser este o fim de todos os viventes, passo e ordeno este meu testamento sem constrangimento, persuasão, ódio, amisade e violência, ou engano a pessoa alguma, passo e quero que se execute (...)⁴.

O testador esboça sua autobiografia: é viúvo, filho legítimo de Jerônimo Gonçalves e Maria Jacinta Antão, nascido na freguesia de São Pedro de Oliveira, da província do Minho do Reino de Portugal. Casou-se com D. Feliciania Francisca de Velvis, filha legítima de Manoel Rodrigues Lages e D. Francisca Tereza de Jesus; do casamento, nasceu um filho, Domingos José. Falecendo a

³ *Traslado. Mil oitocentos e quarenta e sete. Auttos civis do Testamento com que falleceu o Capitão Jose Antonio Gonçalves como abaixo se declara.* Documento manuscrito em letra cursiva, legível a despeito de pequenas falhas. 6 fls. (frente e verso). Na transcrição é respeitada a grafia original.

⁴ *Idem.*

esposa, José Antônio convolou segundas núpcias com D. Mariana Clara da Trindade, filha legítima de José Francisco de Santana e D. Maria Florência de Castello Branco. Tiveram uma filha, Josefa, que se casou com José Alves Pereira, este já falecido à época em que foi redigido o testamento; não consta descendência desse casal.

José Antônio relata ainda que, ao tempo da primeira viuvez, teve “uma filha natural, Ignez, havida de Ignacia Maria, e por mim perfilhada pela escriptura em Notas nesta Villa, a qual falleceu e deixou dous filhos, Domingos e Ignez”. Como seus “únicos e universaes herdeiros” reconhece os filhos Domingos José e Josefa, assim como “os ditos meus netos, Domingos e Ignez”.⁵

Na sequência, diz que “a (sic) muito” o primogênito, Domingos José, emancipou-se judicialmente, “por meu consentimento e tomou posse de suas legítimas materna e avoengas⁶ e se acha inteirado dellas”; reconhece, entretanto, que o filho não recebera

a quantia de sete contos, e trezentos e dous mil e setecentos reis, que fui condemnado a pagar-lhe por accordação da Relação do Districto pelo uso e fruto dos bens que lhe couberão das ditas legítimas, que recebi como seu tutor conservei e desfructei.⁷

Quanto à filha Josefa, que enviuvara, “está paga de sua legítima Materna (...) e bem assim das heranças de seus avós⁸, das quais nunca estive de posse”. Relativamente à falecida Ignez, que

⁵ Idem.

⁶ Heranças havidas por morte da mãe e dos avós maternos do menor Domingos José Gonçalves.

⁷ *Traslado. Auttos civis...*cit.

⁸ Josefa Odoria de Sant’Anna era filha de José Antônio com a segunda esposa, D. Mariana Clara da Trindade. Por morte do avô materno, José Francisco de Sant’Anna, Josefa recebeu em herança terras na data Arrayal, próxima da vila de São Bernardo do Brejo. CASTELLO BRANCO, Domingos Pacífico. *A data “Arrayal” e seu histórico*. Brejo: Typ. Modelo, 1925, p. 4.

reconhecera como filha, José Antônio assinala que fora casada e recebera “em dote⁹ os chãos em que edificou a caza” em que morava, bem assim como os escravos que levava consigo.

Ainda sobre o filho primogênito, lembra José Antônio que teve com ele “uma loja de fazendas [mercadorias] nesta Villa” [São Bernardo do Brejo], tendo o negócio girado com a firma “José Antonio Gonçalves e Filho”; a sociedade foi desfeita e “ficarão pertencendo-lhe [a Domingos] todas as dividas ativas e passivas; e eu fui pelo mesmo pago e satisfeito de minha parte, como do recibo que lhe passei”.

Esclarece que “da parte dos meus Paes, em Portugal, não tenho mais herança, por já a ter recebido e estou pago”; e declara que vive “em caza e companhia de meu filho Domingos, que tenho na Feitoria deste, denominada Maracujá, na Provincia do Piauhy”. Acrescenta que dos escravos que lhe pertencem e que trabalham em “serviços de roças em comum”, já recebera “em proporção a quota que me corresponde dos fructos das mesmas roças de que estou pago”.

Segue-se a relação dos bens testados, compreendendo terras e escravos – que seriam em número de 31, mas dos quais são listados somente 26¹⁰. Em disposição à parte, José Antônio deixa à neta e afilhada Feliciania¹¹ a escravinha Petronilha de três anos de idade, “filha da minha escrava, a molata Raimunda”. O restante da terça dos bens de que pode dispor¹² é destinado pelo

⁹ De acordo com a lei civil portuguesa, vigente no Brasil mesmo depois da Independência e até a edição do Código Civil (1916), o dote fazia parte do contrato antenupcial entre nubentes e representava um adiantamento da herança a que teria direito a noiva no futuro, por ocasião da morte dos pais. Tinham direito ao dote filhas legítimas ou nascidas fora do casamento, desde que legitimadas.

¹⁰ São recorrentes as imprecisões e discrepâncias numéricas nos documentos analisados. Nota da A.

¹¹ Feliciania, segunda filha de Domingos José Gonçalves e Torcata da Cunha e Silva Gonçalves, nasceu na vila de São Bernardo do Brejo, em 29.09.1835. *Anotações de D. Torcata da Cunha e Silva Gonçalves*. 01.11.1884. Documento manusc. Acervo da A.

¹² De acordo com legislação vigente no Império, ao testador era permitido dispor livremente da terça parte da sua meação nos bens do casal.

testador “a meus nettos filhos do meu filho Domingos com minha nora, D. Torcata¹³ da Cunha e Silva”; na hipótese de algum deles vir a falecer “devolver-se-á a parte que lhe toca aos seus irmãos germanos”¹⁴.

2. O INVENTÁRIO

O capitão José Antonio Gonçalves faleceu às três horas da tarde de 9 de janeiro de 1847, em São Bernardo do Parnahyba, freguesia de São Bernardo do Brejo, província do Maranhão, em casa do seu filho, coronel Domingos José Gonçalves – que logo requereu ao Juiz “que o mandasse abrir” [ao testamento].¹⁵

O documento não esclarece o motivo da insólita pressa. Obedecidas as formalidades legais, de imediato foi entregue notificação ao primeiro testamenteiro (o próprio Domingos José), o qual declarou aceitar “o presente testamento do fallecido seu Pay”, obrigando-se a “dar inteiro cumprimento as suas disposições athe onde chegasse os bens do Testador para o que se desonerava de todo e qualquer privilegio e se sujeitava as pennas da Ley, como Testamenteiro que He”.¹⁶ Assim feito, tem início o inventário *post mortem* dos bens em causa.

Dos papéis em parte transcritos, ressalta a impressão de que tudo se encontrava em ordem, tanto no testamento, quanto no inventário, mediando quatro anos entre esses feitos¹⁷. Entretanto, a despeito de o testador proclamar a intenção de “evitar dúvidas ou questões”, o disposto no documento não logrou viabilizar tais propósitos relativamente aos interesses de Domingos José

¹³ Mantém-se a grafia Torcata tendo em vista que, nos documentos percorridos, D. Torcata da Cunha e Silva Gonçalves assim se assina - e não Torquata, forma que viria a predominar na memória dos seus descendentes. N. da A.

¹⁴ Irmãos germanos: filhos do mesmo pai e da mesma mãe.

¹⁵ *Traslado. Auttos civis*, cit.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ O testamento é de 1843; o inventário *post mortem* tem início em 1847.

Gonçalves, seu filho primogênito. Ao longo dos anos subsequentes, seriam suscitadas questões que permaneceriam inconclusas por muito tempo.

Documentos anexos ao inventário (que contém o testamento) ou posteriores a este¹⁸ permitem desvelar dados subjacentes aos fatos reportados. Consultando a bibliografia pertinente, é possível esboçar o contexto histórico em que se inserem as personagens e os acontecimentos em foco.

3. SÃO BERNARDO DO BREJO

Originário de aldeias dos índios Anapurus, o antigo povoado do Brejo foi elevado à categoria de vila de São Bernardo do Brejo em 1820, e à de cidade, em 1870. Localizado no leste maranhense, o município compreendia extensa área de terras férteis irrigadas pelo rio Parnaíba, e por riachos e ribeirões que formam sua bacia hidrográfica no Maranhão, assim como no Piauí. Além da criação de gado vacum e cavalariço, na região prosperou o cultivo de grãos, assim como de fumo e algodão, em condições de solo e clima bastante favoráveis.

Com efeito: no início do século XIX, em ofício do governador da vizinha Capitania do Piauí, José César de Menezes, ao Príncipe Regente, D. João, são enaltecidas as potencialidades econômicas das terras à margem do rio Parnaíba, “caudaloso e navegável”, com mais de 300 léguas de curso, separando o Piauí do Maranhão. Ali se produzia

todo o gênero de legumes do paiz, como arroz, milho, feijão e com abundancia; da mesma forma, o tabaco, e canna de assucar que são singulares; os campos são

¹⁸ Além do inventário *post mortem* de José Antônio Gonçalves (que contém seu testamento), outros documentos foram percorridos e analisados, conforme referido em FONTES. *Documentos manuscritos, in fine.*

próprios para criação de todo genero de gados, e só lhes falta a industria dos seus habitantes, em quem a preguiça é vicio dominante (COSTA, 1909, p.114).

É assinalado, outrossim, que

o algodão, uma vez [ali] plantado, dura seis, oito e dez anos sem necessidade de replantação; o único beneficio de que precisam os algodoeiros é o de serem decotados anualmente, em tempo conveniente, e então engrossam cada vez mais os troncos, ramificam e produzem seu melhor algodão (Idem,p.131).

Na região prosperou o cultivo de algodão de tal sorte que, por solicitação dos produtores locais, foi criada a alfândega na vila de São João da Parnaíba¹⁹, no delta do rio do mesmo nome. O algodão era transportado em barcaças até os portos do mar (Tutóia ou Amarração); seguia em navios de médio porte para São Luiz ou Recife, de onde seria exportado para a Inglaterra, que conhecia os dias febricitantes da primeira Revolução Industrial.

Em meados do século XIX, São Bernardo do Brejo compreendia as freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Brejo, São Bernardo do Parnahyba e Sant´Anna do Burity²⁰. A vila achava-se bem aparelhada, contando com igrejas, agência dos Correios, escolas públicas e particulares para meninos e meninas, estabelecimentos comerciais, farmácia e bom número de artesãos mecânicos. Na zona rural, contavam-se alguns “senhores de engenho de assucar e aguardente movidos por animais”, além de outros “de pau, para assucar, aguardente e rapadura” (MATTOS, 1866, p. 273).

¹⁹ Criada por Decreto de D. João VI, em 22.08.1817. COSTA, op. cit., p. 131.

²⁰ Atualmente, formam os municípios maranhenses do Brejo, São Bernardo e Buriti.

No final da década de 1830, a região foi conflagrada pelos balaaios²¹, grupos de insurretos que, a partir da Vila da Manga do Iguará²² rebelaram-se contra a Regência, amotinando escravos e levando a situações de extrema violência no Maranhão e no Piauí. A vila de São Bernardo do Brejo foi um dos redutos dos rebeldes, afinal vencidos e desbaratados pelas tropas legalistas comandadas pelo Coronel Luiz Alves de Lima e Silva, Presidente e Governador das Tropas da província do Maranhão²³. As mortes, destruições e saques havidos durante a Balaiada tiveram consequências desastrosas para a região

Como relatado no testamento, José Antônio, em sociedade com o filho Domingos José, era um dos comerciantes estabelecidos com “loja de fazendas” – no sentido de mercadorias diversas – na vila de São Bernardo do Brejo. Sabe-se que veio de Portugal, mas se desconhece quando terá chegado ao Brasil. Infere-se que o tenha feito no início do século XIX, porquanto seu primogênito, Domingos José, nasceu no Piauí, em 24 de julho de 1809. A mãe, D. Feliciano Francisca de Velvis (ou Feliciano Rodrigues Gonçalves) viria a falecer dez dias depois²⁴, talvez de complicações pós-parto, frequentes à época. Os pais de D. Feliciano - o médico cirurgião Dr. Manoel Rodrigues Lages (FERREIRA, 2008, p. 172) e D. Maria Tereza de Jesus – viviam na capitania do Piauí, na região do atual município do Peixe, onde deixaram numerosa descendência (FERRAZ, 1926, p. 88).

²¹ Sobre o assunto, ver SERRA, Astolfo. *A Balaiada*. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1946; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. São Paulo: Brasiliense, 1991. 2 ed.

²² Vila da Manga do Iguará (MA): na atualidade, Nina Rodrigues (MA).

²³ Em março de 1841, as províncias conflagradas pelos balaaios foram dadas como pacificadas pelo coronel Luis Alves da Lima e Silva, que foi promovido a Brigadeiro e agraciado com o título de Barão (futuro Duque) de Duque de Caxias. ARAUJO, Mundinha. 2008, p. 144-145.

²⁴ José Antônio Gonçalves. *Relação dos bens que tenho para dar em Inventário e as pessoas que devem ser Avallidores e Curador Etc*. Documento apenso ao Inventário do autor. 3 fls (frente e verso). Data provável: 1843.

Supõe-se que o jovem minhoto, José Antônio Gonçalves, tenha desembarcado no porto de São Luiz do Maranhão, centro comercial onde predominavam portugueses. Dessa capital transferiu-se para a vizinha Capitania de São José do Piauí²⁵, aonde viria a fixar residência, casar-se e tornar-se proprietário de terras e escravos.

Com efeito: ao redigir seu testamento, declara José Antônio Gonçalves que adquirira a posse de metade da “dacta²⁶ [de terras] Olho d’Água das Pombas, vulgarmente [denominada] Mucambo”, fazendo divisa – ou confrontando - com as fazendas “Campo Largo e Melancias, na província do Piauíh”²⁷.

4. TERRAS E FEITORIA

À época da elaboração do testamento vivia José Antônio “em casa e companhia” do filho Domingos, “na Feitoria deste, denominada Maracujá, na Provincia do Piauíh”²⁸. Entende-se feitoria como lugar ou estabelecimento, fortificado ou não, que funcionava como entreposto comercial. No período colonial grande parte do comércio português realizou-se em feitorias, inclusive o tráfico de escravos que se iniciava no continente africano. No Piauí, há notícia de feitorias, como a da Casa Grande de São Domingos,

²⁵ A Capitania de São José do Piauí, desmembrada da Capitania do Maranhão em 1718, seria instalada somente em 1758.

²⁶ Dacta (data) de terras: porção ou faixa de terreno. FREIRE, vol. 2, 1941, p. 1703. Verbete: DATA.

²⁷ Campo Largo e Mocambo incluem-se entre as fazendas de gado relacionadas in Alencastre, J. M. P. *Memoria chronologica, histórica e corographica da província do Piauíh*. Rio de Janeiro: Revista do IHGB t 20 1º. trimestre, 1857, p. 5-165. Campo Largo somava 2.250 braças de terras (3.262 ha) e Mocambo, 500 braças (725 ha). Cf. *Relação de escravos e esboço de partilha de propriedades rurais (datas de terras) entre os filhos de Domingos José Gonçalves*. 2 fls. (frente e verso). Domingos José herdou ambas as datas dos avós maternos. Domingos Pacífico Castello Branco refere documento de 1744, segundo o qual Campo Largo teria “muita larguesa” (de terras), estendendo-se de Barras até a margem direita do Rio Parnaíba (no Piauí). *A data “Arrayal” e seu histórico*. Brejo: Typ. Modelo, 1925, p. 4.

²⁸ *Traslado. Auttos civis...cit.*

localizada “na ribeyra do Parnaíba”, a cerca de 12 km de Livramento, atual José de Freitas (BARBOSA et al.,1984, p. 31)²⁹.

A feitoria do Maracujá³⁰ situava-se no termo da vila de Barras do Marataoan³¹. Não foi possível identificar em qual data de terras³² terá sido construída sua casa sede, um sobrado³³ com janelas envidraçadas, que seriam as primeiras do interior piauiense. Conta-se que um escravo de confiança foi designado para lavá-las – mas não conseguia fazê-lo, até que alguém lhe ensinou que deveria limpar os dois lados da vidraça³⁴.

Não se localizaram ruínas ou outros vestígios materiais da casa-sede do Maracujá; entretanto – em mãos de descendentes de José Antônio Gonçalves - objetos e alfaia domésticas, provenientes dessa fazenda, indicam requintes inusitados para a austera civilização do couro, própria do sertão piauiense, tais como: castiçais e talheres de prata, copos e compoteiras de cristal Baccarat e peças de montaria com detalhes em madrepérola.

5. OS CASTELLO BRANCO

A segunda esposa de José Antônio Gonçalves, D. Mariana Clara da Trindade, descendia de D. Francisco da Cunha Castello

²⁹ A Casa Grande de São Domingos pertenceu ao comendador Jacob Manoel d’Almendra, talvez o maior proprietário rural de seu tempo na província do Piauí; ao falecer em 1859, deixou bens avaliados em 527:080\$000 (quinhentos e vinte e sete contos e oitenta mil réis). BARBOSA, Edson. et alii. *A Casa Grande de São Domingos*. Teresina: EDUFPI, 1984, p. 41.

³⁰ Outras feitorias são referidas como de propriedade de José Antônio Gonçalves e seu filho, Domingos José, na província do Maranhão. CASTELLO BRANCO, D. P. Op. cit., passim.

³¹ Barra: foz de rio ou riacho. A vila de Barras recebeu essa denominação por situar-se no centro das barras dos rios ou riachos de Marataoan, Ininga, Gentio, Riachão, Corrente e Santo Antônio. COSTA, 1909, p. 256.

³² Supõe-se que a fazenda do Maracujá fosse parte da data Olho D’Água das Pombas (Mucambo), que será depois dividida entre os netos de José Antônio Gonçalves, filhos do casal Domingos/D. Torcata. Cf. *Rascunho de partilha* cit.

³³ A fazenda/feitoria do Maracujá e seu sobrado são referidos por Castello Branco, Moysés. *A habitação – arquitetura rural do Piauí*. Ciclo do vaqueiro. Rio de Janeiro (s/n), 1964, Fascículo V, p. 24. Outros sobrados são citados: na fazenda Desígnio, do coronel Pacífico da Silva Castello Branco; e no Havre da Graça, do comendador Jacob de Almendra Gayoso.

³⁴ Tradição oral familiar; relato feito à autora pela Dra. Luiza Gonçalves Castello Branco, trineta de José Antônio Gonçalves, residente no Rio de Janeiro, em 2014.

Branco, que se estabeleceu na Capitania do Piauí por volta de 1680³⁵. Pertencendo a uma das famílias fundadoras do reino de Portugal³⁶ e irmão do Conde de Pombeiro, D. Francisco era capitão de infantaria do exército português; depois de lutar na África e servir como Tesoureiro Real, foi designado para combater os franceses que, a partir das Guianas, ameaçavam apoderar-se da foz do rio Amazonas.

Com a intenção de fixar residência no Brasil, D. Francisco trouxe de Portugal a esposa, D. Maria Eugênia de Mesquita e as três filhas do casal, ainda crianças. Inicialmente, residiram no Recife; sendo o capitão designado para servir no Maranhão, seguiram para São Luiz. Na Baía de São Marcos, naufragou a nau em que viajavam; D. Maria Eugênia morreu, mas salvaram-se as meninas. Da mais nova delas, Clara, descendia em quinta geração a segunda esposa de José Antônio Gonçalves, D. Mariana, que viria a tornar-se mãe de Josefa³⁷.

D. Francisco da Cunha Castello Branco estabeleceu-se com a família na região de Santo Antônio do Seroby de Campo Maior, na capitania de São José do Piauí. Em terras de sesmaria que lhe foram concedidas, ele e seus descendentes fundaram fazendas de gado que se estendiam pelas regiões vizinhas, no vale do rio Parnaíba e seus afluentes. Alguns desses estabelecimentos rurais são estudados por especialistas da história e da cultura piauiense (BARBOSA, E. et alii, 2003); BORGES, P.H.S, 2013;

³⁵ Sobre a família Castello Branco: FERRAZ, A.L.P. et alii. *Apontamentos genealógicos de D. Francisco da Cunha Castello Branco, seus ascendentes e descendentes*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1926. FERREIRA, E. P. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada*. Os Castello Branco e seus entrelaçamentos familiares (Francisco da Cunha Castello Branco e sua descendência) v. 5. São Paulo: Linear B Gráfica e Editora, 2008.

³⁶ A A. esteve na Sala dos Brasões no Palácio de Sintra; o brasão de armas dos Castello Branco figura entre os das 72 famílias nobres, fundadoras de Portugal.

³⁷ O pai de D. Mariana (segunda esposa de José Antônio), José Francisco de Santana era irmão de João Barbosa Ferreira, que se casou com D. Victoria Castello Branco; a filha desse casal, D. Torcata da Cunha e Silva Gonçalves (1816-1892) viria desposar Domingos José em 1833. *Apontamentos.... cit.*, p. 86.

CASTELLO BRANCO, M., 1964; COSTA, L.C.B.F., 1978; SILVA Fº. O.P., 2007).

Observe-se que José Antônio Gonçalves refere-se às esposas (do primeiro e do segundo casamento) como *Dona* Feliciano e *Dona* Mariana. Na sociedade estamental brasileira, o uso desse tratamento respeitoso estava restrito a moças e senhoras de elevada posição social. Já a mãe da filha natural do testador é citada somente pelo prenome, Ignacia Maria. Seria ela escrava? Ou liberta? Não há dados que o esclareça.

José Antônio era pessoa de razoável instrução formal; escrevia corretamente com letra firme e legível, como se vê em documentos redigidos de próprio punho, anexos ao inventário. Originário de um vilarejo do Minho recebeu herança dos pais, mas desconhece-se o montante. Estabelecendo-se no Piauí, uniu-se pelo matrimônio a jovens de famílias preeminentes que levaram dotes consigo – os quais, além de integrar a meação do viúvo, constituíram-se nas legítimas (heranças) dos filhos Domingos José e Josefa, conforme referido no testamento.

6. TERRAS E ESCRAVOS

Como visto, José Antônio Gonçalves tornou-se proprietário de terras e escravos na região do alto rio Parnaíba, mediante aquisição e também por meação nos bens do casal, quando do falecimento de suas esposas havidas em dois casamentos sucessivos. Com a morte da primeira delas, D. Feliciano, metade dos bens do casal constituiu-se na herança do filho menor, Domingos José – a ser administrada pelo pai, o próprio José Antônio. Ao que indicam os documentos, não se efetivou a divisão dos bens; nem o pai/tutor fez prestação de contas, como administrador da legítima do menor ao longo dos anos.

Em 1830 – quando o filho completou 21 anos - foi formalizada “escritura de doação que faz José Antônio Gonçalves

a seu filho Domingos José Gonçalves”³⁸. Ali está dito que, quando da morte de D. Feliciano, foram inventariados os bens do casal e relacionados “os que couberão” ao órfão menor; e que José Antônio vendera três escravos “por má conducta e certa porção de terra denominada Taboleiro e Corralinho”³⁹ por não serem de boa qualidade”. Acrescenta o pai e administrador:

como o dito filho [Domingos José] há muito está [agindo] como sobre si, fazendo giros, negócios com conhecimento e auctoridade, para compensal-o dos escravos, como da terra vendida, lhe dera (o pai) seis escravos, a saber, três por aquelles vendidos e quatro (grifamos)⁴⁰ em doação, e lhe dera mais um quarto de legoa na terra chamada Santa Cruz⁴¹, com o estabelecimento de uma caza de telhas e Engenho de moer canna (...)de sorte que dê (...) o valor da terra que lhe coube na partilha (...).⁴²

Fica claro que Domingos começou a negociar por conta própria antes de completar 21 anos; nas entrelinhas, infere-se que ele passou a exigir do pai o que lhe era devido da herança materna. Para regularizar a situação, José Antônio resolveu fazer doação de bens imóveis e escravos ao filho:

³⁸ *Termo de doação que faz José Antonio Gonçalves a seu filho Domingos José Gonçalves como nelle se declara*. Rascunho. 4 fls (frente e verso). 1828.

³⁹ Taboleiro e Corralinho incluem-se entre as propriedades que serão posteriormente relacionadas no inventário de Domingos José Gonçalves (1851). Cf. *Rascunho de partilha*.. cit.

⁴⁰ Assinale-se a imprecisão dos números: afinal, seriam seis ou sete os escravos doados?

⁴¹ Propriedade situada na freguesia de Sant’Anna do Burity da vila de São Bernardo do Brejo, província do Maranhão. O núcleo original da Fazenda Santa Cruz – meia légua de terras - foi comprado em 1812 por José Antônio Gonçalves a Domingos José Barreiro, por 600\$000. É parte de antiga sesmaria, concedida a Manoel Francisco de Azeredo, em 1768. Cf. *Depoimento prestado*, em 1979, à A. por Durval Rodrigues Castello Branco, então proprietário da fazenda. In COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e coronel: dois estudos de História Social*, p. 125.

⁴² *Termo de doação*...cit. Na cópia que acompanha o Inventário não se especificam valores, deixando-se em branco os espaços correspondentes, assinalados por reticências; parece tratar-se de rascunho do documento legal de doação, posteriormente feito em Juízo. 4 fls. (frente e verso). 1828.

Os quais bens elle (José Antônio) doa de sua livre e espontânea vontade sem persuasão, violência, ou engano ao seo filho (...) que achando-se já na posse delles poderá requerer insinuação⁴³, e dispor como for de seo interesse, e vontade, porque desde já [o doador] cede e transfere todo direito, ação, domínio, posse que nelles tinha em sua pessoa.⁴⁴

Segue-se a concordância do filho e herdeiro. Mas o processo é complicado: como determinado na legislação vigente, faz-se necessário que se proceda ao interrogatório do doador e de testemunhas. Aquele confirma a doação; estas concordam em que a doação fora feita “muito livremente”, e reconhecem que “os bens doados cabem sobejamente na terça do Doador que possui muitos bens móveis e de raiz para poder fazer referida Doação, ainda que fosse mais importante (mais vultosa)”⁴⁵.

Em verdade, não se configuraria uma doação, mas tão somente a herança materna que coubera a Domingos José, que ainda não a recebera. Entretanto, a sentença do Juiz há por bem “confirmar e aprovar a sobredita doação na forma que me He permitido pela Ley⁴⁶.”

7. DIVERGÊNCIAS E QUESTÕES

O assunto se diria encerrado. Domingos José já se investira na posse da meia légua de terras da paragem Santa Cruz, na data Saco das Almas, na província do Maranhão⁴⁷. Desde algum tempo

⁴³ Lei de 22 de setembro de 1828 determinava ser da competência dos Juizes de Primeira Instância “A insinuação de doações, que será pedida e averbada no livro competente dentro de dous mezes depois da data da escriptura”. *Coleção de Leis do Império do Brasil* - 1828, p. 47, v.1 pt. 1. Disponível in www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/.../doimpério. Acesso em 21/03/2016.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Lei de 22/09/1828 ...cit.

⁴⁷ A escritura de compra do núcleo inicial da fazenda Santa Cruz (na data Saco das Almas) data de 24 de dezembro de 1812. Essa fazenda ainda existe como unidade produtiva, no município de Buriti (MA). Foi objeto de estudo no livro de nossa autoria: *Arraial e coronel....* cit.

atrás ele se estabelecera no local, cuja propriedade lhe era agora confirmada.

No que diz respeito aos escravos, contudo, surgem divergências. Assim é que um documento deveras singular integra o conjunto de papéis anexos ao inventário de José Antônio Gonçalves (DOCUMENTO I): trata-se de cobrança feita pelo filho ao pai

pelos serviços de meus [de Domingos] escravos, em consequência de [eu] ter perdido o uso fructo dos meus bens, por (o meu pai) não ter feito inventário por morte de minha Mãe, dentro do prazo marcado na Lei⁴⁸.

A cobrança diz respeito ao uso-fruto do trabalho dos escravos que seriam de propriedade de Domingos José, sob a administração do pai – o que gerara riquezas ao longo dos anos. A relação dos escravos que o demandante afirma serem seus compreende 24 peças, sendo 12 homens e 12 mulheres; um terço é de africanos das etnias Mina, Benguella, Rebollo e Congo.

O “uso-fructo dos bens” é cobrado por Domingos José desde a data da morte da mãe, D. Feliciano, em 4 de agosto de 1809, até 31 de janeiro de 1833 – possivelmente a data do início da ação de cobrança judicial.

Cobrança de legítima – Domingos José Gonçalves cobra do pai, José Antônio Gonçalves, pelos serviços dos escravos que herdou da mãe (Feliciano Rodrigues Gonçalves), falecida em 1809.

⁴⁸ *Senhor Capitão José Antonio Gonçalves deve ao seu filho Domingos José Gonçalves*. 1 fl. (frente e verso). 31.01.1833. Cotejada com outros textos, identifica-se na ação de cobrança a letra de Domingos José Gonçalves.

DOCUMENTO I (frente)

Capitão José Antonio Gonçalves *Dom.*
o seu filho Dom. José Gonçalves
 Pelos serviços das terras Escravas, em consequência de
 seu fidejussão e uso, e fructo de inventario, por não fôr
 Inventario por morte de minha Mãe, deuto de
 fôrse marcado no *Acto* *Alho*
 Pelo que me pertencera no Inventario de mi
 nha Mãe
 Oitavo de Escrava Antônia Tobi, Sedi Jaqueim, da
 ria Domingalla, Joannia Antollo, Joannia Domingalla,
 e Rita de S. João de S. João, de 1815 até 18 de S. João
 mais 1818, mais Dom. de S. João de S. João de
 1820, são 35, 36 dias e 1000 3.550.000
 Item de Escrava Vicente, official de S. João
 mais no mesmo tempo são 5, 334
 são 100 2.3 7.100
 Item de Joaquina Canga de S. João de S. João
 de 1815 até 18 de S. João de 1818, são 4, 00 dias, 400.000
 Item de Manuel, Bernardo, e Joaquina de
 de 1815 até 18 de S. João de 1818
 7, 152 dias e 100 7.112.000
 Item de Anna Cande Sedi de 1815 até 18 de S. João
 de 1818, 3 annos 88.152.000
 Item de Felippe Cande 1829, de 18 de S. João de 1833
 Item de que me pertencera no Inventario de
 minha Mãe
 Item das Escravas de Joaquina, Maria Cefira, de 1815
 até 18 de S. João de 1818, são 100 1.000.000
 Item de Escrava Simplicia filha de Maria
 Cande 1824 até 18 de S. João de 1833
 2, 384 dias 208.2400 1.300.1400
 Continua *Alho* 8.500.1400

- fls. 1 - O Capitão José Antonio Gonçalves deve a seu filho Domingos José Gonçalves. Data provável: 1833.

Dentro de dois meses, Domingos José irá casar-se com D. Torcata da Cunha e Silva Gonçalves⁴⁹, sobrinha-afim de José Antônio⁵⁰. Nesse momento decisivo de sua vida o jovem, de 24 anos, preocupava-se em regularizar suas propriedades e seus negócios. O casal fixou residência na vila de São Bernardo do Brejo; no ano seguinte, ali nascerá seu primogênito⁵¹.

Como visto, Domingos José cobra do pai o valor dos serviços prestados pelos 24 escravos que tinha como seus, durante lapso de tempo que é individualizado no documento. O dia de serviço de cada escravo é fixado em \$100 (cem) réis⁵², tanto para os que trabalham nas roças, como em serviços domésticos. A única exceção diz respeito a um “oficial ferreiro”, cuja jornada é de \$400 (quatrocentos) réis⁵³ – o que evidencia a carência e consequente valorização dos artífices.

Não se levam em consideração os gastos com manutenção: alimentação, vestuário, moradia, doenças, eventual incapacidade etc. Cobra-se tão somente o aluguel diário do braço escravo, *tout court* – prática que viria a ser corrente em áreas urbanas.

⁴⁹ Domingos José Gonçalves casou-se com D. Torcata (Torquata) da Cunha e Silva Gonçalves em 11.03.1833. *Anotações de D. Torcata*, feitas em 09/11/1884. Manuscrito. Acervo da A.

⁵⁰ D. Torcata, por ascendência materna, era neta de D. Marcellino José da Cunha Castello Branco e de D. Maria Florencia de Castello Branco, ambos descendentes em 4ª geração de D. Francisco da Cunha Castello Branco. Cf. *Apontamentos...* cit., passim .

⁵¹ José, filho primogênito de Domingos José Gonçalves e Torcata da Cunha e Silva Gonçalves, nasceu no Brejo em 23. 01.1834; morreu pouco depois. Até 1849, quando faleceu Domingos, seguir-se-iam mais dez filhos do casal, os quais vieram à luz no Brejo ou no Maracujá. Quando o pai faleceu, dos nove filhos sobreviventes (mais um morreria em tenra idade) Feliciano, a mais velha, estava prestes a completar 15 anos; a mais nova, Filomena, contava menos de três meses de nascida. *Anotações...*cit.

⁵² Com base em dados do *Economic History Service* (serviço de conversão de moedas antigas pela Internet) Laurentino Gomes estima que, durante a permanência da Corte Portuguesa no Brasil (1808-1821) o valor de 1 libra esterlina seria igual a 4\$000 , equivalente em poder de compra a 100 dólares americanos. In *1808*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 1807, p. 307, nota n. 3. De acordo com tais valores, 100 réis corresponderiam a \$0,92 (noventa e dois centavos de real) em moeda atual.

⁵³ Equivalente a R\$ 3,68 (três reais e sessenta e oito centavos). Idem.

8. VALOR DO TRABALHO ESCRAVO

A cobrança é discriminada em documento escrito por Domingos José de próprio punho, em caligrafia esmerada e com inusitado detalhamento. No cálculo feito, são “livres os domingos e dias santos de guarda”, nos quais era de praxe que os escravos não trabalhassem. Exemplificando: entre 16 de janeiro de 1813 e 31 de janeiro de 1833 – pouco mais de 20 anos – está calculado que cinco escravos trabalharam 35.304 dias, ou seja, em média, 294 dias por ano cada um. Dos dias excedentes, nada foi cobrado; além dos 52 domingos, também foram excluídos 18 dias santos de guarda por ano.

No documento de cobrança, são referidos inicialmente 15 escravos que Domingos José teria herdado da mãe. A esses, acrescentam-se depois mais três que lhe couberam “no Inventário de meus avós”, os quais foram havidos “desde 1815”⁵⁴; e mais seis, “que me pertenciam por compra, e foram recebidos em pagamentos dos quais (o réu, José Antônio Gonçalves) se tem utilizado”. No total, o filho quer receber do pai 9:093\$300 (nove contos, noventa e três mil e trezentos réis).

A ação tramitou pelos canais competentes; houve recurso da decisão de primeira instância. O feito concluiu-se com “acordação” do Tribunal da Relação do Maranhão⁵⁵, que funcionava em São Luiz, capital da província. O pai foi condenado a pagar ao filho a elevada quantia de 7:302\$700 (sete contos, trezentos e dois mil e setecentos réis) – tal como o diz o próprio José Antonio, “pelo uso e fructo dos bens que lhe couberão [ao menor Domingos José] das ditas [heranças] legítimas, que recebi como seu tutor, conservei e desfructei”⁵⁶.

⁵⁴ Ano de falecimentos do último dos avós maternos de Domingos José.

⁵⁵ O Tribunal da Relação do Maranhão foi criado em 1811 e instalado em São Luis, em 1813. Terceiro mais antigo do Brasil, após a Independência foi reformulado, mantendo-se porém como órgão judiciário de 2ª. instância. COUTINHO, Milson. *Tribunal de Justiça do Maranhão*. Apontamentos para a história dos 200 anos do Tribunal e Justiça do Maranhão. Disponível em WWW.tjma.jus.br/tj/vizualiza/sessa/174/publicacao/403229. Acesso em 21/03/2016.

⁵⁶ *Senhor Capitão José Antonio Gonçalves deve ao seu filho...cit.*

9. RELAÇÃO DE BENS (a primeira)

Em folha que foi anexada ao *Inventário* e possivelmente datada de 1837⁵⁷, José Antônio relaciona “*Bens que se derão a pagamento do meo Filho Domingos*” – ou seja, bens que teriam sido repassados a Domingos, como herança da mãe, talvez originários do dote que D. Feliciano levava como nubente, quase trinta anos antes. A saber:

TABELA 1 (1837)

BENS RELACIONADOS	AVALIAÇÃO	%
1. Bens imóveis		
1.1. Propriedades rurais		
-100 braças de terras na fazenda Corralinho	100\$000	
-100 braças de terras na fazenda Taboleiro	100\$000	
TOTAL PARCIAL (A)	200\$000	5,6
2. Bens móveis		
2.1. Mercadorias em estoque	600\$000	
- 400 arrobas de algodão em caroço e 230 arrobas em pluma		
2.2. Joias, alfaias domésticas etc	7\$000	
- 1 par de botões de ouro		
TOTAL PARCIAL (B)	607\$000	17,0
3. Gado vacum, cavalos e outros		
50 cabeças de gado vacum e 10 Cavalos	300\$000	

⁵⁷ *Bens que se derão a pagamento ao meu filho Domingos* [José Gonçalves]. 3 fls. (frente e verso). Data provável: 1837. A data atribuída à listagem baseia-se na idade dos escravos relacionados, muitos dos quais reaparecem – seis anos mais velhos – no testamento de José Antônio, que data de 1843.

TOTAL PARCIAL (C)	300\$000	8,4
4. MÃO DE OBRA 15 escravos	2:465\$000	
TOTAL PARCIAL (D)	2:465\$000	69,0
TOTAL (A+B+C+D)	3:572\$000	100,0

Os escravos (69,0%) representam mais de dois terços do total; as terras perfazem somente 5,6%. Desde 1831, entrara em vigor a primeira lei de proibição do tráfico negreiro⁵⁸, aprovada no parlamento brasileiro sob a pressão da Inglaterra. Ainda que tenha sido burlada de forma reiterada, a ilegalidade do tráfico contribuiria para o aumento do preço dos escravos.

No caso vertente, o preço médio dos escravos é de 200\$000 – exceto quando se torna efetiva a doação feita pelo pai ao filho. Nessa oportunidade – em 1847, após a morte de José Antônio - conforme exigido pela legislação em vigor, os escravos foram levados à praça para serem leiloados, a 300\$000 *per capita*, em maioria. A elevação abrupta dos preços resultou na inexistência de “lanços” de eventuais interessados. O que assegurou a José Antônio continuar na posse de referidos cativos.

Ao que tudo indica, os valores aumentados teriam sido combinados de antemão, com vistas a manter afastadas terceiras pessoas acaso dispostas a arrematar tais escravos. Assim é que, por exemplo, a escravinha Petronilha – a mesma que fora doada anos atrás por José Antônio à neta Feliciano – é avaliada em 250\$000, evidentemente com a finalidade de não ser arrematada por ninguém, como de fato não o foi.

⁵⁸ Lei de 07.11.1831, conhecida por Lei Feijó-Barbacena; proibia o tráfico de escravos, mas não foi implementada de forma eficaz em função dos interesses envolvidos. A proibição seria reiterada através da Lei n. 851, de 04.09.1850, conhecida por Lei Euzébio de Queiroz.

10. RELAÇÃO DE BENS (a segunda)

Em data não determinada, mas possivelmente quando redigiu seu testamento – em 1843 - José Antônio elaborou uma “*Relação dos bens que tenho para dar a Inventario e das pessoas que devem ser avallidores, curador etc*”⁵⁹. Ao discriminar seus bens móveis, imóveis e semoventes, pretendia subsidiar o próprio inventário. Na listagem que ora se transcreve, especifica-se o valor atribuído a cada item, assim como o respectivo percentual, em relação ao total dos bens a inventariar⁶⁰:

TABELA 2 (1843)

BENS A INVENTARIAR	AVALIAÇÃO	%
1. Bens imóveis 1.1. Propriedades rurais: -3 propriedades rurais, inclusive a paragem Santa Cruz, na data Saco das Almas; e mais duas outras às margens do rio Parnaíba 1.2. Imóveis Urbanos: - “uma morada de cazas” no Brejo e um armazém no porto da Repartição	1:050\$000 900\$000	
TOTAL PARCIAL (A)	1:950\$000	23,81

⁵⁹ *Relação dos bens que tenho para dar a Inventario e das pessoas que devem ser avallidores, curador etc*. Documento apenso ao Inventário de José Antônio Gonçalves. 3 fls. (frente e verso). 1843.

⁶⁰ O cálculo dos percentuais é feito a partir da soma dos valores atribuídos aos bens (8:187\$380), excluídas as dívidas ativas e passivas. Nota da A.

2. Bens móveis		
2.1. Joias,alfaias domésticas etc		
- Pratas: esporas, colheres, garfos e facas; 1 faca de ponta aparelhada de prata	37\$840	
2.2. Ferramentas, utensílios e mercadorias		
- Ferramentas para lavoura, panelas, balanças sendo uma de “pezar ouro”, além de “8 quintais de barras de ferro”	122\$540	
- Máquinas e equipamentos, uma “Emprensa [prensa] para em sacar algodão”, uma roda e bancas de fiar	132\$000	
-2.3. Mercadorias, louças etc	443\$000	
TOTAL PARCIAL (B)	735,380	8,99
3. Bens semoventes		
3.1. Gado vacuum e cavalari	632\$000	
TOTAL PARCIAL (C)	632\$000	7,72
4. Escravos (29)	4:870\$000	
TOTAL PARCIAL (D)	4:870\$000	59,48

TOTAL (A=B=C+D) 8:187\$380 100,00

Há também dívidas ativas (12 devedores)⁶¹ que somam 6:547\$000; e dívidas passivas (4 credores), perfazendo 5:076\$000 (cinco contos e setenta e seis mil réis). Deduzidas as dívidas, o valor final do espólio vai a 9:658\$580 (nove contos, seiscentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e oitenta réis).

Os escravos passam a representar 59,48%, ou seja, 10% a menos do total; os imóveis urbanos e rurais tornam-se mais

⁶¹ O maior devedor é Manuel Rodrigues Lages, ex-sogro de José Antônio Gonçalves.

expressivos, perfazendo 23,81% - eram somente 5,6% - mas ainda somam menos de um quarto do valor dos bens avaliados. Atentando-se para o item “Ferramentas e utensílios”, chama a atenção o valor que lhes é atribuído isoladamente; o mesmo acontece em relação a “Máquinas e equipamentos”. O que se explica pela dificuldade de adquirir tais bens, não produzidos na província.

Entre os escravos, predominam os do sexo masculino, na faixa de 18 a 25 anos, avaliados em 200\$000 cada. A média de idade das mulheres é um pouco mais alta: 27 anos, também a 200\$000 a peça. Três delas têm filhos pequenos – o menor, de apenas 6 meses, é estimado em 25\$000; o maiorzinho, de 4 anos, em 45\$000.

Levando-se em conta o preço estimado, a venda de 10 (dez) cativos seria suficiente para comprar todos os bens imóveis e de raiz listados pelo testador: uma casa na vila, um armazém no porto do rio e três propriedades rurais. E ainda haveria troco.

Na hipótese algo fantasiosa de algum escravo pretender comprar sua própria alforria, sendo de 100 (cem) réis o valor da jornada diária, ele teria de trabalhar 20 mil dias para consegui-lo - cerca de 55 anos sem descanso, nem mesmo nos domingos e dias santos. Considerando-se que a média de vida dos cativos estava em torno de 35/40 anos, conclui-se ser quase impossível que se alforriassem a si mesmos.

Diante dos dados e registros que compõem as listagens referidas, deduz-se que – a despeito de afirmações em contrário e até desrespeitando a sentença judicial que o obrigou a fazê-lo - José Antônio não quis ou não pôde transferir para o filho a efetiva propriedade dos bens, em especial, dos escravos que a este couberam por herança materna e avoenga.

3. PAI & FILHO

É interessante observar que, mesmo com o inevitável desgaste emocional decorrente da ação movida pelo filho contra o pai, este se esforça por deixar claro no testamento que, entre eles, os ne-

gócios estavam bem resolvidos: diz que vive em casa e companhia de Domingos José; e que a sociedade que tiveram na loja se tinha concluído harmoniosamente. Nas entrelinhas, identifica-se forte sentimento de valorização do filho primogênito varão – algo como a sobrevivência do instituto do morgadio⁶², pelo qual não se dividiria o patrimônio herdado, com vistas à manutenção do poder econômico da família. Ao final, José Antônio privilegia os netos, filhos de Domingos e Torcata, doando-lhes a terça parte dos seus bens.

Há dados indicativos de que pai e filho trabalhavam juntos nas lides da agricultura extensiva. Por exemplo: tiveram feitorias na data Jenipapo (próxima de São Bernardo do Brejo), “plantando e cultivando por si e seus prepostos as vazantes⁶³ naquelle lugar compreendidas”. José Antônio chegou a construir “uma casa de telhas” destinada à armazenagem de mercadorias e fabrico de fumo, bem como “a veranear com a família ao tempo da colheita” (CASTELLO BRANCO,1925,p.9).

As características da economia agrária da época, de natureza extensiva e escravista - inteiramente dependente da mão de obra servil - terão pesado na decisão de José Antônio, no sentido de não desmembrar terras, nem desfalcocar o plantel de cativos de suas fazendas, aos quais relaciona em listas sucessivas, às vezes divergentes entre si. Curiosamente, em nenhuma delas há referência a imagens sacras ou objetos de culto, o que parece estranho, tendo em vista a profissão de fé cristã, consignada no preâmbulo do testamento.

Incongruências e inexatidões que permeiam os documentos analisados levam à suposição de que tenha sido engendrada, de

⁶² Instituído com vistas à manutenção do poder econômico das famílias patriarcais em Portugal, o morgadio foi replicado no Brasil colonial – citando-se, dentre outros, o Morgado de Mateus (SP); a Casa da Torre de Garcia D’Avila (BA); a Casa da Ponte dos Guedes de Brito (MG e BA) etc. Objetivava concentrar em mãos do filho primogênito a herança fundiária, que não seria fracionada em partilhas entre herdeiros. O morgadio foi extinto pelo Parlamento do Brasil em 1835, mas traços culturais desse instituto persistiram, como fenômeno histórico de longa duração. Nota da A.

⁶³ Vazantes: campos alagados nas margens do rio Parnaíba, após as cheias e o refluxo das águas que voltam ao leito normal. O fenômeno é semelhante ao que ocorre no Rio Nilo, no Egito, quando são naturalmente irrigadas terras de grande fertilidade. Nota da A.

comum acordo, a ação de cobrança movida pelo filho contra o pai, relativa ao trabalho escravo. O fato de esta ser objeto de acórdão do Tribunal da Relação sugere que, no juizado local, a artimanha não tenha prosperado. O que levou à impetração de recurso em instância superior, onde os interessados lograram êxito em suas pretensões. Ou seja: manter em mãos do primogênito, Domingos José, parte expressiva da riqueza familiar.

À primeira vista, esse processo atestaria o caráter inflexível de Domingos José Gonçalves em relação a negócios, o que seria reforçado pela pressa com que foi iniciado o inventário *post mortem* de José Antônio – aberto poucas horas depois do falecimento deste, na casa do filho. Entretanto, a leitura atenta dos documentos analisados permite supor que pai e filho teriam como objetivo comum assegurar a integridade do patrimônio familiar. Este, afinal, iria manter-se concentrado por mais algum tempo nas mãos dos herdeiros – a viúva e os nove filhos sobreviventes de Domingos José. Na nova geração, entretanto, será irreversível a divisão dos bens em questão.

4. DOMINGOS JOSÉ GONÇALVES

Domingos José Gonçalves – filho primogênito de José Antônio - faleceu em 28 de novembro de 1849⁶⁴, pouco antes de completar 40 anos de idade. Pelos avaliadores designados para atuar no inventário dos bens de Domingos José – sendo inventariante a viúva, D. Torcata - foi procedido o levantamento da “*Massa testamentária do finado capitão José Antonio Gonçalves*”⁶⁵, cujo inventário ainda não fora concluído.

A nova relação inclui a “morada de casas de sobrado nesta Villa e xãos contiguos athe a esquina”; mas são relacionados somente 16 escravos sendo 9 homens, 4 mulheres e 3 crianças – duas meninas e um menino. Posteriormente, seriam acrescentados

⁶⁴ Anotações...cit.

⁶⁵ *Massa testamentária do finado José Antônio Gonçalves. Bens declarados no testamento de 28 de julho de 1843. 2 fls. (frente e verso). 1851*

mais 3 outros “não declarados” anteriormente, inclusive uma menina “pagan (de) seis meses”.

Seguem-se os nomes de “outros escravos declarados no mesmo testamento”: são sete os remanescentes, entre 40 e 60 anos de idade; e mais uma escrava, com 70 anos. Tais cativos foram “penhorados e depositados (...) e adjudicados por sentença” ao espólio de Domingos José. Com uma anotação à margem: morrera o escravo Cândido Carapina.

Entre os bens mencionados está a “metade de uma posse de terras na dacta Olho d’Água das Pombas vulgarmente – Mucambo”; algumas poucas peças de prata listadas anteriormente, bem como um jogo de caixas e um baú. E somente três escravos: dois homens de 70 anos e “Petronilha, de 3 anos de idade”. Essa afirmação assinala a inércia dos procedimentos burocráticos; quando foi legada por José Antônio à neta Feliciano, em 1843, a escravinha tinha “3 anos de idade”; oito anos depois, ainda lhe era atribuída a mesma idade.

Para concluir: um dos escravos septuagenários – Manuel Velho – deixou de ser avaliado; em nota à parte, é explicado que a ele “os peritos nenhum valor derão por sua decrepitude”.

De José Antônio não se conhecem as feições, mas há um retrato de Domingos José⁶⁶ – feito em São Luis (MA), quando teria 37 ou 38 anos de idade⁶⁷ (DOCUMENTO 2). É homem bem apessoado; veste-se com trajes urbanos: casaca, camisa de gola alta e gravata *plastron*. A barba cuidadosamente aparada emoldura-lhe o rosto de feições fortes; os cabelos são lisos e parecem finos; a

⁶⁶ A daguerreotipia chegou a São Luis (MA) com o americano Charles D. Fredricks, em 1846 – sete anos depois de inventada pelo francês Louis Jacques Mandé Dagerre. Fredericks retratou os maranhenses com essa técnica em 1846 e 1847, cobrando 5\$000 por retrato pequeno; voltou para sua terra natal, onde é reconhecido como pioneiro da fotografia. CASTRO, Silvío Rogério Rocha de & alii. Fotografia e imprensa no Maranhão: o início. Cambiassu. Edição Eletrônica. *Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da UFMA*. São Luis. MA. Janeiro/Junho 2011. Ano XIX n. 8 Disponível em www.cambiassu.ufma.br/cambi_2011_1_/rogerio.pdf. Acesso em 16/03/2016.

⁶⁷ Domingos José Gonçalves foi fotografado 1847 ou 1848; viria a falecer em 1849. A A. teve acesso a reproduções do daguerreótipo original, feitas na Photographia União, de Gaudêncio Cunha, instalada em 1895, em São Luis; e no Phot’ Academico, do Rio de Janeiro – esta última integrada ao acervo da A.

boca é firme, o queixo enérgico. Do conjunto emana uma aura de sagacidade, inteligência e determinação – o que certamente fez de Domingos José um senhor de terras e comerciante bem sucedido.

Não foi possível ter acesso ao inventário *post mortem* de Domingos José Gonçalves, mas documentos (inclusive rascunhos) reportam bens em número e valores superiores aos de se genitor, José Antônio Gonçalves. Entre 1840 e 1841,

DOCUMENTO 2



Cópia de daguerreótipo com retrato de Domingos José Gonçalves. 1847/1848, São Luis (MA).

– quando contava pouco mais de 30 anos⁶⁸ - Domingos José relacionou os bens que então lhe pertenciam. Veja-se a listagem, inclusive o percentual referente a cada item:

⁶⁸ *Relação dos bens que pertencem a Domingos José Gonçalves*. Documento manuscrito, 2 fls (frente e verso). Caligrafia do próprio Domingos José. Data provável: 1840/1841.

TABELA 3 (1841)

Bens relacionados	Avaliação	%
1. Bens imóveis		
1.1. Imóveis rurais	500\$000	
- 2.250 braças de terra na data Campo Largo	840\$000	
- meia légua de terras e benfeitorias na fazenda Santa Cruz (Saco das Almas)		
- meia légua de terras na fazenda Mucambo (Olho d'Água das Pombas-PI)	300\$000	
1.2. Imóveis urbanos		
- 1 morada de casa assobradada ainda em construção na vila de São Bernardo, com 60 palmos de frente e um chão pegado a mesma com 260 palmos de frente, fronteira à Casa do Tte. Cel. Antonio Caldas Ferreira	1:200\$000	
- 2 moradas de casas térreas cobertas de telhas na Vila de São Bernardo, com 360 palmos de frente, ambas	1:200\$000	
TOTAL PARCIAL (A)	4:040\$000	25,45
2. Instalações e equipamentos	100\$000	
2.1. Armazém na Barra do Escalvado		
2.2. Uma Empresa d'emsacar algodão	20\$000	
TOTAL PARCIAL (B)	120\$000	0,75
3. Bens semoventes		
3.1 Gado vacum e cavalari	3:000,000	
- 600 cabeças de gado vacum e cavalari na fazenda Campo Largo		
- 80 cabeças nas fazendas Arrayal e Jenipapo	400\$000	

TOTAL PARCIAL (C)	3:400\$000	21,43
3. ESCRAVOS (60)	8:312\$000	
TOTAL PARCIAL (D)	8:312\$000	52,37
TOTAL (A+B+C+D)	15:872\$000	100,00

Observe-se que a soma dos imóveis rurais e urbanos perfaz 25,45% do total dos bens relacionados – em torno de um quarto destes, similar à listagem dos bens que José Antônio irá relacionar no testamento, em 1843. Os escravos representam 52,37% do total; ganha destaque o gado vacum e cavalariço (21,43%), o que parece insólito, tendo em vista que as propriedades indicadas situam-se na região afetada pela Balaiada, há pouco dominada.

Relativamente à avaliação dos escravos, 34 deles (56,6%) estão avaliados entre 150\$000 e 200\$000; somente dois chegam a 220\$000 – um sapateiro, de 20 anos; e um carapina, de 28 anos. São cinco (8,3%) as peças avaliadas em menos de 50\$000: um menino de sete anos e um ancião, de 70 anos de idade; dois são aleijados das mãos e dos pés; e uma mulher adulta está “engalicada”, ou seja, sífilítica.

Ao que tudo indica – e está conforme a tradição familiar – o enriquecimento de Domingos José Gonçalves deu-se pelo trabalho, sobretudo através da produção de fumo e algodão, este exportado para a Inglaterra⁶⁹. A fertilidade das terras teria sido o motivo determinante para que pai e filho transferissem o centro de suas atividades para a vila de São Bernardo do Brejo, no Maranhão, próxima do rio Parnaíba, o que facilitava o escoamento da produção. Aos poucos, José Antônio e Domingos José (e depois

⁶⁹ O comércio brasileiro com a Inglaterra aumentou desde a “abertura dos portos” pelo Príncipe Regente (1808). Na primeira metade do século XIX, o porto de Liverpool mantinha ativo comércio com a importação de produtos brasileiros, inclusive algodão proveniente do Ceará, Bahia e Pernambuco. MANCHESTER, 1973, p. 32.

a viúva, D. Torcata) afastaram-se da feitoria do Maracujá e demais propriedades no Piauí – onde, como proprietários absenteístas, continuaram a manter casa de morada e, através de prepostos, exercitar atividades agropastoris.

Não terá sido fácil desenvolver a agricultura e a pecuária naqueles sertões longínquos, enfrentando a distância e o isolamento, sem o apoio de financiamentos, nem de assistência técnica, com os quais nem se cogitava. No caso vertente - como de resto em todo o território brasileiro, na Colônia como no Império - fez-se necessário amansar a terra em condições de solo e clima diversas de Portugal; adaptar espécimes vegetais e animais; ensaiar melhoramentos de forma empírica; criar rotinas de trabalho, organizar a produção de modo a assegurar rentabilidade e assim por diante.

Domingos José dera continuidade à casa comercial em que fora sócio do pai, na vila de São Bernardo do Brejo, onde negociava com mercadorias diversas, inclusive remédios⁷⁰. Entretanto, sua viúva, alegando que não podia “continuar com o negócio da Loja”, pediu autorização ao Juiz Municipal e de Órfãos para proceder ao “arrolamento e avaliação das fazendas [mercadorias]”, a fim de vendê-las, sendo o produto obtido “lançado no inventário”⁷¹. D. Torcata iria revelar-se eficiente administradora dos seus próprios bens e dos que passaram a pertencer aos filhos menores, aos quais propiciou esmerada educação e veio a transferir as propriedades havidas em herança.

5. D TORCATA, A INVENTARIANTE

Um documento avulso – possivelmente de autoria de D. Torcata – traz o esboço de partilha entre os filhos da metade dos

⁷⁰ O *Publicador Maranhense* traz uma carta de Domingos José Gonçalves, na qual ele menciona a venda de remédios “na minha loja”. *Publicador Maranhense* n. 228, São Luis, 31 mai 1845, fls. 4.

⁷¹ *Requerimento de D. Torcata da Cunha e Silva Gonçalves ao Juiz Municipal e de Órfãos do termo de São Bernardo do Brejo*, em 18/01/1850. 1 fl.

bens “do casal do finado Domingos José Gonçalves”; à parte, ficava a meação da viúva⁷². São listadas 14 propriedades rurais, cinco das quais possivelmente herdadas por Domingos José⁷³; presume-se que as demais tenham sido adquiridas por compra⁷⁴. No mesmo documento, está discriminada a partilha (aos filhos) de valores em dinheiro e em títulos da dívida pública, no total de 7:243\$000 (sete contos, duzentos e quarenta e três mil réis).

Para fins de inventário, foram também avaliados os bens móveis e de raiz situados na vila de São Bernardo do Brejo; aqueles indicam padrão de vida que comportava alguns itens suntuários: sofás, cadeiras e canapés de palhinha; talheres, salvas e castiçais de prata, além de relógio e joias de ouro, cotados pelo peso da oitava do metal.

Os imóveis urbanos incluem um sobrado (estaria concluído?) e quatro “casas de morada”, dois “chãos” e um “cítio na rua do Porto desta Villa (de São Bernardo do Brejo), que divide por hum lado com Miguel Pereira de Brito, e pelo outro (...) com terras dos índios”. Tudo somando 4:539\$640 (quatro contos, quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e quarenta reis). Aos quais se acrescentam 7:817\$961 (sete contos, oitocentos e dezessete mil, novecentos e sessenta e um réis), que o espólio

⁷² Na relação de escravos e propriedades a serem partilhados, ao invés do nome da filha mais velha consta a anotação “Borges”. Com efeito: a jovem Feliciano Mathilde, de 14 anos, viria a casar-se com o Dr. Antônio Borges Leal Castello Branco, em 20.02.1851. *Relação de escravos...* cit. *Apontamentos...* cit., p. 88.

⁷³ Não consta a avaliação das 14 propriedades relacionadas, que somam 31.272 braças de sesmaria ou 45.344 ha (9.368 alqueires goianos - ou 18.736 alqueires paulistas). A braça de sesmaria corresponde a 1,45ha. Cf. Serviço de Estatística da Produção. Ministério da Agricultura, 1946. Disponível em: sistema.mda.gov.br/arquivos/tabela_medida_agraria-nao_decimal.pdf Acesso em 28/02/2016. Atente-se que esses números dizem respeito à metade dos bens do espólio, cabendo à viúva outro tanto em meação.

⁷⁴ São listadas as propriedades: Arrayal, Boa Vista, Campo Largo, Conceição, Curralinho, Inhumas, Jenipapo, Mocambo, Santa Cruz, São Bernardo, São Francisco, São Gregório, São Raimundo, Tamanduá; é referida também “uma posse no Irapuá” e outra no Curralinho, cujas áreas não são indicadas. *Relação de escravos e esboço de partilha...* cit. Das propriedades relacionadas, foram herdadas por Domingos José: Campo Largo, Curralinho, Santa Cruz, Mucambo (ou Olho d’Água das Pombas), Arrozal e Jenipapo. Nota da A.

“Recebeo por sentença”.⁷⁵ Com o que se dava cumprimento ao acórdão do Tribunal da Relação, na ação pertinente ao trabalho dos escravos cujo usufruto Domingos José não recebera do pai.

Na execução testamentária⁷⁶ de José Antônio Gonçalves, efetivada depois da morte de Domingos e atendendo a requerimento de D. Torcata, estiveram presentes Josefa, a filha viúva de José Antônio, bem como o curador dos netos menores – filhos da filha natural, a falecida Ignez – os quais se dizem de acordo com os autos e nada recebem em herança. Depois de paga a indenização determinada pelo Tribunal da Relação, o que restou dos bens vai para o espólio do casal Domingos/Torcata, formado pela meação da viúva e outro tanto dos filhos do casal, netos do testador e inventariado.

Os avaliadores dos bens do “cazal do finado coronel Domingos José Gonçalves” listam 178 escravos, avaliados em 34:700\$000 (trinta e quatro contos e setecentos mil réis)⁷⁷. Deles, 91 (pouco mais da metade) são repartidos meticulosamente entre os nove filhos menores de Domingos e Torcata⁷⁸. O rascunho dessa partilha é documento interessantíssimo (DOCUMENTO 3) pelo que revela do regime escravista, como segue:

⁷⁵ Como visto anteriormente, acórdão do Tribunal da Relação determinara o pagamento de 7:302\$700 a Domingos José, aos quais teriam sido acrescentados juros e taxas.

⁷⁶ *Petição de Domingos José Gonçalves relativa à execução testamentária do finado José Antônio Gonçalves*. 09/07/1846. Pedido renovado através de *Petição de D. Torcata da Cunha e Silva Gonçalves* sobre o mesmo assunto. 6 fls (frente e verso). 24/10/1851.

⁷⁷ Sendo de 59,48% a avaliação percentual dos escravos (em 1843), e estes avaliados em 34:700\$000 (trinta e quatro contos e setecentos mil réis), o valor total do espólio de Domingos José somaria 58:339\$000 (cinquenta e oito contos, trezentos e trinta e nove mil réis).

⁷⁸ *Esboço de partilha de escravos entre os filhos de Domingos José Gonçalves*. 1 fl. (frente e verso). Data provável: 1850.

1000000	30.	2000000	1000000	11.	250000
2000000	30.	2000000	2000000	20.	250000
3000000	32.	3000000	3000000	30.	250000
4000000	24.	3200000	4000000	40.	250000
5000000	4.	1000000	5000000	50.	250000
6000000	12.	2000000	6000000	60.	250000
7000000	28.	3500000	7000000	70.	250000
8000000	22.	3000000	8000000	80.	250000
9000000	60.	1200000	9000000	90.	250000
10000000	5.	600000	10000000	100.	250000
		3270000			2500000
Victoria			Lagos		
1000000	30.	3200000	1000000	15.	250000
2000000	22.	3000000	2000000	20.	250000
3000000	25.	3000000	3000000	30.	250000
4000000	7.	1200000	4000000	40.	250000
5000000	3.	600000	5000000	50.	250000
6000000	60.	600000	6000000	60.	250000
7000000	9.	1500000	7000000	70.	250000
8000000	9.	1500000	8000000	80.	250000
9000000	30.	3000000	9000000	90.	250000
10000000	50.	600000	10000000	100.	250000
		1120000			2500000
Ile-Ife			Lagos		
1000000	25.	2000000	1000000	5.	1000000
2000000	18.	3200000	2000000	10.	250000
3000000	20.	3000000	3000000	20.	250000
4000000	50.	1200000	4000000	30.	250000
5000000	7.	1200000	5000000	40.	250000
6000000	3.	1200000	6000000	50.	250000
7000000	4.	600000	7000000	60.	250000
8000000	1.	600000	8000000	70.	250000
9000000	25.	2500000	9000000	80.	250000
10000000	20.	3800000	10000000	90.	250000
		1730000			2500000
Ile-Ife			Lagos		
1000000	12.	3500000	1000000	15.	250000
2000000	18.	3500000	2000000	20.	250000
3000000	7.	600000	3000000	30.	250000
4000000	8.	600000	4000000	40.	250000
5000000	55.	1200000	5000000	50.	250000
6000000	10.	3000000	6000000	60.	250000
7000000	6.	1000000	7000000	70.	250000
8000000	23.	3000000	8000000	80.	250000
9000000	60.	3000000	9000000	90.	250000
10000000	22.	3000000	10000000	100.	250000
		3000000			2500000

DOCUMENTO 3 (verso)

De onde se poderá cogitar sobre o destino reservado a tais meninos e meninas – os livres e os escravos. Dos primeiros, sabe-se que os filhos de Domingos e Torcata estudaram Direito e Medicina, vindo a atuar como profissionais liberais e desempenhar altos cargos na política e na administração pública⁷⁹. As seis meninas⁸⁰ receberam educação esmerada em línguas, aritmética, artes (pintura e piano), prendas domésticas e doutrina cristã, ministrada por preceptores vindos de centros maiores. Casaram-se em famílias preeminentes, no cenário regional e nacional. Como esposas de fazendeiros, políticos ou profissionais liberais, criaram famílias numerosas que se multiplicaram e espalharam pelo Brasil: contam-se às centenas os seus descendentes.

Quanto às crianças escravas, suas vidas mantiveram-se atadas ao instituto da escravidão enquanto esta perdurou. Depois da Lei Áurea, na falta de políticas públicas para a educação dos ex - escravos, somente em alguns poucos casos seus descendentes conseguiram romper o círculo de ferro da ignorância e da pobreza. De onde flui a convicção da urgente necessidade de melhoria da educação pública, caminho único para que se chegue a uma sociedade mais justa no nosso País.

⁷⁹ Oitavo filho do casal, Segismundo bacharelou-se em Direito; foi governador de Pernambuco e senador do Império. O nono filho, Malaquias, formou-se em Medicina; destacou-se como cirurgião e introdutor da urologia no Brasil; elegeu-se deputado geral na República. José Antônio (o quinto filho) não chegou a concluir o curso de Direito e optou pela vida rural. N. da A.

⁸⁰ Os entrelaçamentos familiares das cinco filhas que vieram a casar-se - Feliciano, Victoria, Elvira, Torquata e Filomena – são detalhados in *Apontamentos genealógicos ...cit*, p. 89 e seg. A décima filha, Mathilde, faleceu solteira, s.g. FERREIRA, Edgardo Pires, 2008, p. 86.

FONTES

1. DOCUMENTOS MANUSCRITOS. Acervo da Autora

Anotações de D. Torcata da Cunha e Silva Gonçalves contendo dados autobiográficos. 1 fl. (frente e verso). 09/11/1894..

Bens móveis e de raiz relativos ao inventário do casal Domingos José Gonçalves – pelos Avallidores. 2 fls. (frente e verso). 07/02/1850.

Bens que se derão a pagamento ao meu filho Domingos [José Gonçalves]. 3 fls. (frente e verso).

Data provável: 1837.

Esboço de partilha de escravos entre os filhos de Domingos José Gonçalves. 1 fl. Frente e verso. Data provável: 1850.

Massa testamentária do finado José Antônio Gonçalves. 2 fls. (frente e verso). 1851

Petição de Domingos Jose Gonçalves sobre a Execução Testamentária de José Antônio Gonçalves. 6 fls. (frente e verso). 09/07/1846.

Petição de D. Torcata da Cunha e Silva Gonçalves sobre a Execução Testamentária de José Antônio Gonçalves. 6 fls. (frente e verso). 24/10/1851.

Relação de escravos e esboço de partilha de propriedades rurais (datas de terras) entre os filhos de Domingos José Gonçalves. Possivelmente escrita por D. Torcata da Cunha e Silva Gonçalves. 2 fls. (frente e verso). Data provável: 1850

Relação dos bens que tenho para dar em Inventario e as pessoas que devem ser Avallidores e Curador Etc. Documento da autoria de José Antônio Gonçalves; apenso ao Inventário do autor. 3 fls. (frente e verso). Data provável: 1843.

Relação dos bens que pertencem a Domingos José Gonçalves. 2 fls (frente e verso). Caligrafia do próprio Domingos José. Data provável: 1840 ou 1841.

Requerimento de D. Torcata da Cunha e Silva Gonçalves ao Juiz Municipal e de Órfãos do termo de São Bernardo do Brejo. 1 fl. 18/01/1850,

Senhor Capitão José Antonio Gonçalves deve ao seu filho Domingos José Gonçalves. Cobrança de dívida. 1 fl. (frente e verso). Data provável: 1830.

Termo de doação que faz José Antonio Gonçalves a seu filho Domingos José Gonçalves como nelle se declara. Rascunho com 4 fls (frente e verso). 1828.

Traslado. Mil oitocentos e quarenta e sete. Auttos civis do Testamento com que falleceu o Capitão Jose Antonio Gonçalves como abaixo se declara. 6 fls. (frente e verso). 1847.

2. REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memoria chronologica, histórica e corographica da província do Piauhy.* Rio de Janeiro: Revista do IHGB t 20 1º. trimestre, 1857, p. 5-165.

ARAÚJO, Mundinha. *Negro Cosme.* Em busca de Dom Cosme Bento das Chagas. Tutor e Imperador da Liberdade. Imperatriz (MA): Ética, 2008.

BARBOSA, Edson & SILVA, Lina Pereira da. *A Casa Grande de São Domingos.* Teresina: EDUFPI, 1984.

BORGES, Paulo Henrique da Silva. *Levantamento e descrição da cultura material, relativa à pecuária remanescente dos séculos XVIII e XIX na Fazenda Abelheiras, Campo Maior, Piauí.* Trabalho de conclusão do curso de bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre. Centro de Ciências Naturais e Arqueologia. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2013. Digitalizado.

CASTELLO BRANCO, Domingos Pacífico. *A data "Arrayal" e seu histórico.* Brejo: Typ. Modelo, 1925.

CASTELLO BRANCO, Moysés. *A habitação – arquitetura colonial do Piauí.* Ciclo do vaqueiro. Fascículo V. Rio de Janeiro: (s/ed.), 1964.

CASTRO, Silvio Rogério Rocha de & alii. Fotografia e imprensa no Maranhão: o início. Cambiassu. Edição Eletrônica. *Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da UFMA*. São Luis. MA. Janeiro/Junho 2011. Ano XIX n. 8 Disponível em www.cambiassu.ufma.br/cambi_2011_1_/rogerio.pdf.

COLEÇÃO *de Leis do Império do Brasil* - 1828, p, 47, v.l parte 1. Disponível in www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/.../doimpério. Acesso em 21/03/2016.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e coronel*. Dois estudos de História Social. São Paulo: Ed. Cultrix, 1968. N. da A.

DOMINGOS JOSÉ GONÇALVES. Carta publicada in *O Publicador Maranhense*, n. 228. São Luis, 31 mai 1845, p. 4.

FERRAZ et alii, Antônio Leôncio Pereira. *Apontamentos genealógicos de D. Francisco da Cunha Castello Banco, seus ascendentes e descendentes*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1926.

FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco: uma genealogia inacabada*. Os Castello Branco e seus entrelaçamentos familiares (Francisco da Cunha Castello Branco e sua descendência) v. 5. São Paulo: Linear B Gráfica e Editora, 2008.

FREIRE, Laudelino (Org.) & CAMPOS, J .L. de. Grande e novíssimo dicionário da Língua portuguesa. 5 v. Rio de Janeiro: A Noite S.A., 1940/1941.

GOMES, Laurentino. 1808. Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. 2 ed. 17ª. re-impressão. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 2ª. ed. 1991 (Coleção Tudo é História).

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. Tradução de Janaína Amado. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

MATTOS, B. de. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial para o ano de 1866, segundo depois do bissexto*. 2 v. São Luis: Typographia B. de Mattos, 1866.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Serviço de Estatística da Produção. 1946. Disponível em: sistema.mda.gov.br/arquivos/tabela_medida_agraria-nao_decimal.pdf Acessado em 28/02/2016.

PEREIRA DA COSTA, P. A. *Chronologia histórica do estado do Piauí*. Desde seus primeiros tempos até a proclamação da República em 1889. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1909.

Publicador Maranhense n. 228, São Luis, 31 mai 1845, fls. 4.

SERRA, Astolfo. *A Balaiada*. Rio de Janeiro: Ed. Bedeschi, 1946.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1984.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí*. 3 v. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007.

TITO FILHO, A. *José de Freitas*. Comunidade exemplar. Teresina: COMEPI, 1978.

3. DEPOIMENTO

Durval Rodrigues Castello Branco. Proprietário da Fazenda Santa Cruz, em depoimento à A. Referido In COSTA, L.C.B.F. *Arraial e coronel*. Dois estudos de História Social. São Paulo: Ed. Cultrix, 1978, p. 125, nota n. 32.

A CHEGADA DOS MISSIONÁRIOS REDENTORISTAS A CAMPINAS – UM GRANDE MARCO HISTÓRICO QUE ANTECEDEU À CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA - 120 ANOS

*Vivaldo J. de Araújo*¹

Esse último 8 de dezembro, dia da Justiça, da Família e também consagrado à N. S. da Conceição, que deu nome à capela e depois à paróquia do então povoado e vila de Campinas, marca a lembrança da chegada dos padres redentoristas, há 120 anos.

Conforme registros do livro “Campininha das Flores”, de Antônio Moreira, o Superior Geral da Congregação do Santíssimo Redentor, atendendo solicitação do bispo, D. Eduardo Duarte da Silva que sonhava com o nascimento de uma grande metrópole na região da vila, para ser a nova capital do Estado, resolveu enviar seus missionários a Goiás.

Tal como Alberto Schweitzer, grande médico e ministro do Evangelho que deixou as luzes da Europa para se embrenhar na inóspita África equatorial (Gabão), onde realizou uma verdadeira epopeia de solidariedade humana, os padres Gebaldo Wiggerman (superior da missão), João da Mata Spath, Miguel Siebler, Vicente Grihsi, diácono Lourenço Hubbauer e irmãos coadjutores Norberto, Ulrico e Floriano partem da Baviera, Sul da Alemanha,

¹ Ex-professor de História e Língua Portuguesa do Lyceu de Goiânia, escritor e agente aposentado do Ministério Público do Estado de Goiás.

desembarcam no terminal ferroviário em Uberaba-MG e, finalmente, após 30 dias de viagem em lombo de animais, chegam a Campinas em dezembro de 1895.

Tão logo aqui aportaram, iniciaram-se os seguintes trabalhos de construção: o convento no atual bairro S. José, mais tarde transformado em seminário; a segunda matriz de Campinas e o velho santuário de Trindade, sede da tradicional romaria do Barro Preto, que era o objetivo primordial da missão, a fim de disciplinar as atividades ali desenvolvidas por leigos, que davam causa a muitos conflitos com os romeiros.

No ano de 1900 já estavam realizadas as construções e implantado o segundo cemitério. A antiga aspiração dos missionários, sob liderança do Pe. Carlos Hidelbrando, foi concretizada graças ao idealismo empreendedor de Edmundo José de Moraes, o pioneiro do rodoviarismo em Goiás, ao tomar, em 1917, a iniciativa de obter a concessão para construir uma rodovia ligando a estaçãozinha ferroviária de Roncador, nas vizinhanças de Pires do Rio, a Itaberaí (Curralinho) e depois à antiga capital, com passagem por Bela Vista (Suçuapara) e Campinas. Dessa estaçãozinha saiu mais tarde a linha férrea para Brasília.

Criou-se, então, a empresa Auto-Viação Goiana e a rodovia ficou pronta em 1920. Mais tarde (1926), alegando má conservação, o Estado acabou encampando o empreendimento, num ato de injustiça contra o seu criador, que foi pai do desembargador Moacir de Moraes, sogro do ex-prefeito da cidade de Goiás (Goiás Velho) Djari Alencastro Veiga, avô do ex-deputado Edmundo Moraes Neto e bisavô de Elaine Christina Alencastro Veiga Araújo, juíza de direito em Anápolis.

Alguns descendentes dessa ilustre família sempre afirmaram ter sido seu patriarca o primeiro condutor de um automóvel no Estado, mas tudo indica que tal façanha coube a José Sabino de Oliveira (Zé do Cachimbo), autor do livro

“O Rodoviarismo em Goiás”, que, na companhia de Ronan Rodrigues Borges e Sidney Pereira de Almeida, chegou a Rio Verde, no dia 19 de agosto de 1918, conduzindo um “fordinho de bigode”, o que, de um certo modo, encontra confirmação no ótimo livro “Jataí do Meu Tempo”, de autoria do grande memorialista Filadelfo Borges de Lima.

José Sabino mantinha grande amizade com o ex presidente Juscelino, e por isso este batizou um dos seus netos, o engº Jorge Badra Junior, que inclusive já era meu afilhado em batismo realizado na vizinha cidade de Trindade.

Voltemos aos trabalhos da obra missionária. Editou-se, em 1921, o primeiro jornal e construiu-se a primeira usina elétrica (um gerador) nas imediações da atual rua José Hermano (antiga rua Bonfim), onde também foi instalada uma turbina para movimentação de engenhos de serra e moinhos de trigo, milho e cana.

Em atenção a apelo do Superior Provincial, vieram as religiosas franciscanas e fundaram o Colégio Santa Clara, que tantos benefícios culturais prestou à comunidade local e a todo o Estado. Eram elas: Maria Bonifácia, Maria Ludmila, Maria Benedita e Maria Vilibalda.

Em 1922, surgia a primeira motocicleta e, no ano de 1924, instalava-se a primeira linha telefônica entre Trindade e Campinas, que, antes só possuía uma igreja e alguns casebres, passou a ter um núcleo habitacional desenvolvido, com uma nova igreja, em cuja torre havia um relógio. Logo depois foi construído o novo convento dos missionários, com modernas instalações, hoje sediando o Centro Cultural Gustavo Ritter, após aquisição feita pelo Poder Público não muito aceita por alguns novos missionários.

O primeiro automóvel chegou a Campinas, em 1919, conduzido por José Sabino, conforme atesta o então prefeito

Licardino de Oliveira Nei, mas somente em 1929, um fordinho era adquirido pelo morador local Carlos Steg, cuja filha Íria, de 3 anos, mais tarde esposa de João Ferreira Pacheco, ficou muito assustada ao ver o veículo.

Construída Goiânia nos anos 30, Campinas tornou-se um importantíssimo bairro e assim se realizava o sonho de D. Eduardo. Como assevera Jales Guedes Coelho Mendonça, no excelente livro “A Invenção de Goiânia”, o local já estava previamente escolhido por Pedro Ludovico, embora tivesse nomeado uma comissão para fazê-lo, o que levou o presidente desta, o bispo D. Emanuel Gomes de Oliveira, a ficar muito contrariado, pois sua preferência se voltava para a cidade de Bonfim.

Os religiosos de Santo Afonso continuaram marcando presença na sequência histórica da cidade, com a sucessiva vinda de outros membros da ordem, com destaque especial para o Pe. Pelágio Sauter, considerado o missionário de Goiás, seu nome está em vias de beatificação na cúria romana, por ter santificado sua vida na prática da caridade, cumprindo, fielmente, o mandamento de Cristo: “Ide, anunciai o Evangelho, curai os enfermos e doutrinaí os demônios (maus espíritos)”.

Pe. Victor Coelho de Almeida (também em vias de beatificação) com passagem por Goiás, notabilizou-se como o apóstolo da comunicação no seu trabalho na Rádio Aparecida (Estado de S. Paulo). Curioso observar que um outro padre (secular), que foi deputado na Assembleia Constituinte goiana de 1935, com intensa atuação nos tempos da mudança da capital, tem o mesmíssimo nome (Victor Coelho de Almeida). Era escritor, jornalista e grande auxiliar do bispo D. Emanuel.

Pe. Néelson Geraldo Antonini (anos 60), foi vigário em Campinas, muito benquisto. Seu nome foi cogitado para ser candidato a prefeito de Goiânia (possível candidatura única, coordenada pelos então vereadores Naves Júnior e Múcio Rassi),

mas a Congregação não deu o necessário consentimento. Foi uma pena!...

Pe. Juvenal Roriz, de tradicional família goiana, tornou-se bispo. Antes de assumir a Diocese de Juiz de Fora-MG, esteve à frente da Prelazia de Rubiataba-GO, onde contou com a ajuda do muito conhecido Pe. Américo Stringhini, o grande empreendedor da construção da igreja N.S. Aparecida, na rua Benjamin Constant do bairro de Campinas. Extraordinário músico e cantor barítono; fundador do coral Santa Cecília, que encantava os frequentadores da matriz de Campinas, com as missas solenes e ladainhas cantadas a 4 vozes, tendo como organista o Prof. Raimundo Moreira do Nascimento, atualmente assessor da Presidência do Tribunal de Justiça de Goiás.

Pe. Américo tinha uma acuidade auditiva tão acentuada, que, na formação da banda musical da paróquia, percebeu que uma clarineta (requinta) viera desafinada de fábrica. Durante os ensaios iniciais, o padre teve que atender um pedido do maestro “Zé Trombone”, segundo o qual “sem cachaça não se forma banda”.

Pe. Osvaldo Arrighi, um entusiasta na campanha pela mudança da capital para o planalto goiano. Lembro-me de suas palestras no auditório do Colégio Santa Clara e também no púlpito das igrejas, sempre exaltando as profecias de Dom Bosco, e proclamando em prosa e sobretudo nos versos, que soavam, no estribilho, à semelhança de imperioso mantra: “Ainda que custem noites de vigília, faça-se Brasília! ”.

Pe. Miguel Poce, um exímio orador, ex- vigário da paróquia, ensinou noções da Língua Portuguesa para as franciscanas alemãs fundadoras do Colégio Santa Clara, em cujo auditório sempre aberto ao público se podia assistir às noitadas de arte, com teatro, peças musicais, declamações de poesias na eloquente voz da aluna Ely Guimarães e aplaudidos discursos nas solenidades de conclusão do Curso Normal. Num destes (final do ano 1961,

muito conturbado politicamente), a inteligente oradora Maria Hélia de Faria pedia a proteção do Cristo e de Ismael, o anjo guardião do Brasil, para nos livrar do radicalismo da direita e do populismo esquerdista.

Pe. Luís Zhompero, eficiente diretor da Rádio Difusora de Goiânia, comparecia às palestras do renomado filósofo cristão Huberto Rohden (ex-padre Jesuíta e secular), de quem tive a honra de ser aluno. Certa feita, o ilustre palestrante afirmava que não existe alo-redenção e, sim, autorredenção, isto é, ninguém redime ninguém, nem mesmo o Cristo que apenas nos ensinou o caminho para conquistá-la. Terminada a palestra, Pe. Luís comentava com os circunstantes, dizendo com um finíssimo ar de ironia: “tenho que pensar muito nisso, porque, afinal, sou um redentorista”.

Outros padres da Congregação do Santíssimo Redentor continuaram a tarefa missionária em Goiânia, Trindade e interior do Estado. Muitos já passaram à esfera metafísica da espiritualidade, onde a vida continua. Eis os nomes dos que tive o prazer de conhecer: Leodônio Marques, Durval (autor de livros medicinais), Teixeira (cantor com um belo vozeirão de baixo), Andrade, Duarte, Tito (grande orador, tinha dois irmãos padres – João e Sousa), Albertini, Viana, Bariani, Campos, Lino, Pacheco (família Ferreira Pacheco oriunda de Catalão), Leone Ceva, Faria, Neves, Santiago (foi diretor do Seminário S. José, sempre era visto dirigindo uma caminhonete marca “INTERNATIONAL” que foi rifada em benefício do Seminário), Natan e Naurican (ambos da família Ludovico), Jesus Flores (grande orador e bom comentarista político), Clovis Bovo, Valtair, Robson (atual Superior Provincial em Goiás, muito conhecido em todo o país por suas homilias e novenas televisionadas), Paim e Geraldo. Estes dois últimos foram vigários em Goiandira, minha cidade natal, onde são muito queridos.

Havia na matriz de Campinas um humilde servidor, que nada tinha de bobo, senão a aparência e o jeitão de falar. Seu nome era Cristino. Era o batedor de sino e, na banda de música da paróquia, manjava os pratos. Muito admirador dos missionários. Quando algum deles deixava a congregação para ingressar no clero secular, ele falava: “deixou de ser soldado do exército para ser soldado da polícia”. Lembro-me também do irmão Vilibaldo na portaria do convento.

Os goianos e todos que vieram para o Estado, especialmente os de Goiânia e Trindade, independentemente de seus credos religiosos, muito devem aos missionários redentoristas por tudo que fizeram pelo progresso moral e material de Goiás, tornando-se credores de nossas homenagens e de eterna gratidão.

O LIVRO *PELO SANGUE – A GENEALOGIA DO PODER EM GOIÁS*¹

*Jales Guedes Coelho*²

Em interessante ensaio, Paul Ricoeur compara o ofício do juiz ao do historiador, destacando semelhanças e diferenças. A recomposição do passado é inquestionavelmente uma característica que aproxima as tarefas, assim como a busca da verdade e a perícia na exibição de falsificações. No tocante às dessemelhanças, Ricoeur realça que a escrita do historiador apresenta a marca da provisoriedade, estando sujeita a um processo ilimitado de revisões. De outro lado, a sentença proferida pelo magistrado possui o caráter de definitividade, após fazer coisa julgada.

Victor Aguiar Jardim de Amorim não é juiz de Direito nem historiador profissional. Exerce, entretanto, funções análogas a ambas. Na seara jurídica, é advogado militante e professor de Direito Público, inclusive possuindo obras publicadas. No campo histórico, Victor é qualificado pesquisador da História do Brasil e de Goiás, embora, em um surto de modéstia, tenha se definido como neófito. Apesar de ainda não ostentar a credencial de historiador (a lei regulamentadora da profissão, em tramitação no Congresso Nacional, reconhece o mestre ou doutor em História

¹ Prefácio ao livro “Pelo sangue – a genealogia do poder em Goiás”. De autoria de Amorim Victor Aguiar Jardim. São Paulo: Baraúna, 2015.

² Doutor em História pela UFG, Promotor de Justiça, membro do IHGG (cadeira nº 05) e autor do livro *A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*.

como historiador), mantém notável desenvoltura e familiaridade com a matéria.

O livro *Pelo Sangue: a genealogia do poder em Goiás* aborda um longo período da trajetória política do estado mediterrâneo, cobrindo desde o início do período imperial até a construção de Goiânia, perfazendo um lapso temporal superior a um século. Em razão das características marcadamente aristocráticas da atividade política à época, Victor Amorim adentrou nos meandros da genealogia, desvendando as entranhas de tradicionais famílias vilaboenses. Os Rodrigues Jardim (matriz do tronco dos Bulhões Jardim) e seu patriarca José Rodrigues Jardim, primeiro goiano a ocupar a governadoria, representou seu ponto de partida.

Sem cair na armadilha de isolar a política estadual, deixando de perceber as interferências e os condicionamentos dos cenários nacional e municipais, Victor narra as marchas e contramarchas do jogo político goiano, com ênfase para os episódios da Primeira República (1889-1930). As intensas articulações, disputas de poder, constituição e fragmentação de partidos e grupos geram uma aproximação do leitor com as estratégias e táticas usadas pelos personagens.

Vê-se a expressividade de Leopoldo de Bulhões tanto no Rio de Janeiro (antiga capital federal), onde chegou a ser ministro da Fazenda por duas vezes, quanto em Goiás, estado que liderou por vários anos, por meio do denominado Centro Republicano. O bulhonismo influenciou bastante a cultura política goiana, a ponto de traços indistintamente seus serem identificados nas duas chefias oligárquicas sucessivas: o caiadismo e o ludoviquismo.

Ao retratar especificamente a era bulhonista, o autor sintetizou a mentalidade patrimonialista que vicejava: “devoção aos parentes, generosidade aos amigos e escárnio aos adversários”. Esta divisa, variação da máxima coronelista “aos amigos tudo, aos inimigos a lei”, dissertada magistralmente por outro Victor

(o Nunes Leal), com maior ou menor intensidade, continuou inabalável nos aludidos ciclos posteriores, a despeito do discurso de progresso e a imagem de modernidade atavicamente acompanharem a nova ordem.

A Revolução de 1909, promovida pelo Partido Democrata (fundado no início de 1909), e marco divisor na História de Goiás, é retratada na obra. Desse movimento sedicioso, capitaneado por Leopoldo de Bulhões, Gonzaga Jaime, Antônio Ramos Caiado e Sebastião Fleury Curado, nasce a expressão política de seu líder militar: Eugênio Jardim. Até então à margem do mundo político, Jardim, a partir daí, assume uma participação cada vez mais efetiva no comando da agremiação governista.

Após três consecutivas dissidências no seio do Partido Democrata – primeiro com a corrente bulhonista, depois com a ala de Gonzaga Jaime e, por último, com a grei de Sebastião Fleury Curado –, os cunhados Antônio Ramos Caiado e Eugênio Jardim, ancorados no apoio do presidente da República Hermes da Fonseca, passaram a comandar a política anhanguerina, secundados, curiosamente, pelos derrotados de 1909.

Durante os vinte e um anos de hegemonia do Partido Democrata (1909/1930), o autor sustenta que em quatorze deles (1912/1926) Caiado não protagonizou solitariamente o comando da política estadual, porquanto Eugênio Jardim compartilhara com ele a liderança.

Não foi um mar de rosas o convívio entre Eugênio Jardim e Antônio Ramos Caiado. Victor Amorim reconhece desavenças entre os cunhados, malgrado não se alongue nesse território inóspito para o pesquisador, uma vez que normalmente envolto pelo manto do silêncio. Talvez essas divergências possam elucidar a renúncia de Eugênio Jardim da governadoria em 1923.

A propósito, dos seis governadores eleitos pelo Partido Democrata (Urbano Gouvêa, Olegário Pinto, João Alves de Castro,

Eugênio Jardim, Brasil Caiado e Alfredo Lopes de Moraes), apenas o terceiro e o quinto completaram seus mandatos. Ademais, salvo o primeiro, os cinco outros foram sufragados sem adversários nas urnas, o que patenteia a pujança situacionista.

Valendo-se do estilo judiciário, onde o alegado deve ser provado, o autor demonstra conhecer com profundidade a bibliografia existente e os periódicos da conjuntura examinada. Além disso, colaciona fontes originais ainda divorciadas do domínio público, como, por exemplo, a afirmação, em tom profético, de Hermenegildo Bessa à viúva Diva Fagundes Caiado: “Depois da morte de Eugênio, Goiás tornou-se um braseiro sob cinzas, assim que alguém der o primeiro sopro, irá tudo pelos ares.”

Coincidência ou não, é fato que a oposição, esfacelada desde 1920, rearticula-se após a morte de Eugênio Jardim (julho de 1926), tonificada especialmente pela deflagração da crise entre o governo e o Poder Judiciário. Daí até a vitória da Revolução de 1930, a oposição assumirá, em alguns momentos, um viés radical e mesmo obsessivo, de modo particular contra o agora (exclusivo) líder oligarca Antônio Ramos Caiado.

O bem escrito texto de Victor Aguiar Jardim de Amorim também questiona as formulações mitológicas oriundas da ditadura estadonovista e assinala o caráter autoritário que presidiu a transferência da capital de Goiás, nunca perdendo de vista os rastros deixados pelo mestre cerratense Paulo Bertran. Ou seja, os “óculos de Goiânia” foram descartados!

Desse modo, foi possível enxergar além do consagrado, descortinando-se a relegada dimensão da Cidade de Goiás, ávida por amortecer os previsíveis danos econômicos e sociais resultantes da mudança e desesperada por preservar sua primazia educacional e cultural no âmbito estadual (o vilaboense se sentia um heleno entre bárbaros, segundo Bernardo Élis), mormente

no instante em que percebera a iminência do descumprimento das promessas de compensações, afinal confirmado com o arrastamento a fórceps da única (goiana) rede pública completa de ensino para Goiânia.

Já se disse que a memória é um grande reservatório para a história. E esse reservatório memorial, tal qual a história, se renova permanentemente. Por isso, a presente pesquisa, emanada de diligente trabalho realizado nos arquivos, seguramente contribuirá para a constante metamorfose a que está submetido o saber histórico.

Goiânia, março de 2015

CRÔNICAS

O VENERANDO LIVRO

José Mendonça Teles¹

Era domingo, véspera do aniversário de Goiânia. Na residência do casal Nelly- Humberto Ludovico de Almeida, onde me encontrava, o assunto girava em torno da Academia Goiana de Letras e mais precisamente sobre quem deveria concorrer à Cadeira nº 1, vaga com a morte do velho cacique Pedro Ludovico Teixeira. Em dado momento, quase simultaneamente, lembramos: Venerando de Freitas Borges!

Depois dessa afirmação, repetida mais de uma vez com certa euforia, Nelly começou a falar sobre as qualidades literárias e o apoio que o Professor Venerando sempre prestou à cultura goiana, desde quando era Prefeito de Goiânia e criou a “Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos”, com o intuito de estimular os nossos escritores.

A cadeira nº 1, da Academia Goiana de Letras, tem uma história à parte. Quando foi fundada a Academia, em Goiânia, no ano de 1939, o então Interventor Pedro Ludovico Teixeira foi indicado para ocupá-la. Mas recusou o convite, afirmando que não era “cultor das belas letras”. Entretanto, numa homenagem sincera ao ilustre fundador de Goiânia, os acadêmicos não aceitaram a recusa, e o seu nome figurou, até a morte, como titular da cadeira nº 1, que tem como Patrono Couto de Magalhães.

¹ Sócio Emérito do IHGG e seu ex-presidente. Escritor, professor e historiador.

E na residência de Nelly foi armada toda uma estratégia para convencer o Professor Venerando a candidatar-se à vaga de Pedro Ludovico. As alegações defendidas eram as mais justas: é jornalista militante, cronista, memorialista, orador e participante ativo de todos os nossos movimentos culturais. E mais: amigo inseparável, até à morte, do Fundador de Goiânia. Porém, havia um porém: o Professor Venerando não tinha livro publicado! Todas as suas contribuições literárias, a partir de 1930, na antiga Capital, até os dias de hoje, estão esparsas pelos jornais.

Diante desse impasse, foi-me confiada uma honrosa missão: ir à casa do Professor Venerando e convencê-lo a publicar um livro. E fui, uma vez, duas, três, e ele sempre irredutível, dizendo que não era literato, e que – onde já se viu isso? – um homem que já passou dos 70 anos querer ser escritor! As evasivas foram muitas, mas eu sempre batendo na mesma tecla. Sentindo que meus argumentos já não o convenciam, mudei de estratégia: pedi que me mostrasse seu arquivo, pois precisava fazer uma pesquisa sobre a história de Goiânia. E ele caiu direitinho; gozando de sua confiança, consegui levar para casa um amontoado de escritos: crônicas, discursos, ensaios e numerosos artigos publicados em jornais. Em casa, cuidei de fazer uma separação dos temas, visando a escolher aquele que melhor formaria um livro. Ao retornar à sua casa, no dia seguinte, fui categórico: afirmei-lhe que havia organizado um livro de crônicas, que deveria ser publicado o mais depressa possível, pois iríamos inscrevê-lo à vaga de Pedro Ludovico Teixeira, na Academia Goiana de Letras. Confesso: o homem ficou nervoso, alegou que não aceitava tal encargo, que não era escritor, e mais isso e mais aquilo, e me tomou os originais. Voltei chateado e contei o episódio a Nelly, que não se abalou com o acontecido; limitou-se apenas a balançar a cabeça, como que preparando nova investida.

E foi o que aconteceu. Numa das reuniões da Academia, pediu a palavra e lembrou aos acadêmicos o nome do Professor Venerando para concorrer à Cadeira nº 1. Acompanhando-a reforcei a ideia. Um jornalista presente soltou a notícia, e, no dia seguinte, a cidade toda já sabia. Nas ruas, o povo cumprimentava o Professor Venerando, chamando-o de “acadêmico”, e o telefone não parava de tocar em sua casa: eram os amigos incentivando-o a concorrer à vaga de seu inesquecível e inseparável amigo na Academia Goiana de Letras!

A pressão foi tanta que o homem cedeu. Ao voltar à sua casa, ele já admitia publicar um livro, não o que eu havia selecionado, mas outro que ele vinha escrevendo, contando lances de sua infância. Entregou-me um envelope com os originais e falou: “Dê uma olhada; se prestar, pode mandar publicar”.

Cheguei apressado em casa. Estava eufórico. Não pude compartilhar a minha alegria com Nelly, que estava em São Paulo. Havíamos vencido a batalha. Logo em seguida, comecei a leitura. E não parei um minuto. Ao término, sentia-me aliviado, como se estivesse voltado ao tempo de menino, carregando sonhos por aqueles quintais imensos da memória, tal a beleza e a sensibilidade da obra.

Dobras do Tempo é um livro triste e belo. Retrata a vida de um menino que corria as terras de Goiabeiras e encantava-se com o canto sereno e saudoso da inhuma, ave que habitava as redondezas do Meia-Ponte.

E o menino fala:

O mundo para mim se resumia naquele pedaço de chão parado, naquelas matas virgens, naquelas estradas vermelhas, sinuosas e ensombradas. A música que conhecia era o canto do sabiá nas laranjeiras dos quintais, o trinar da inhambu nas veredas e nos pastos, a orquestra

bizarra da saparia no charco, o gemido da inhuma, o pio da jaó chamando a companheira e o grito da seriema quebrando a quietude dos ermos. Era um mundo calmo, sem armadilhas, sem mácula e sem devastação, onde a maldade não penetrava.

Um dia, o menino deixa o “chão parado” e segue para o Seminário dos Redentoristas, na antiga Campininha, levado pelas mãos bondosas do Padre Carlos. A viagem, a cavalo, é descrita com rara sensibilidade:

A mudança foi brusca demais, mas era o prolongamento da mesma terra generosa coberta pelo mesmo céu anilado, a mesma claridade intensa, o mesmo sol, despejando dardos de fogo, onde o sertanejo simples puxava a enxada, vegetando ao deus-dará.

O convento dos Padres, como era chamado, que cheguei a conhecer nos meus tempos de menino, situava-se no alto da Vila São José, na planície do ribeirão Anicuns, às margens da estrada que seguia para a antiga Capital. Era um prédio vetusto, cheio de janelas, encravado no meio de extenso terreno coberto de mangueiras e uma infinidade de árvores frutíferas. A igreja destacava-se do conjunto pela torre ponteaguda, vista à distância: “Não se pode negar ter sido aquela casa religiosa importante polo de evolução e harmonia social”.

Certo dia, no Convento, um episódio marcante na vida do menino: por negar-se a beijar a mão do Monsenhor Souza, o Padre Francisco, alemão iracundo, deu-lhe um tapa no rosto. “O que me feriu não foi o sangue que me tingiu a boca, mas a afronta diante de homens que pregavam mansidão e amor ao próximo”.

No dia seguinte, a fuga, em carro de boi, rumo a Goiabeiras. Depois, a ida para São Paulo, guiado sempre pela mão de Padre

Carlos. A viagem na “Maria Fumaça”, hoje monumento histórico na Praça do Trabalhador, em Goiânia. “A locomotiva gemeu, soltou rajada mais forte de vapor, as rodas rangeram nos trilhos... Um silvo longo e saudoso ecoou pelas quebradas e foi perder-se longe, na curva do rio Corumbá, escorregando no leito de pedra”.

A vida de estudante em São Paulo, a solidão, a vontade de correr, “fugir em busca da terra-mãe”. A volta, a chegada a Goiabeiras, o contato com avô: “Os homens antigos eram assim, confundiam brutalidade com coragem, teimosia com firmeza”. A ida para a antiga Capital: “Goiás, acorada por mais de dois séculos, ouvindo o rumorejar do lendário Rio Vermelho, indiferente ao progresso”. E o moço ficou-se absorto diante da velha Capital, “a escutar o rumor dos séculos, rondando as ruas e becos desertos”.

A cidade de Goiás sediava os revolucionários de 30. Pedro Ludovico Teixeira governava do Palácio Conde dos Arcos. E o jovem chegante, alheio a qualquer contato político, meteu-se no jornalismo e começou a escrever artigos favoráveis à mudança da Capital nas páginas do **Correio Oficial**, usando pseudônimos de “A. Santos Leal”, “Marcos Ventura” e “Dora Fréges”.

Esses artigos encucaram Pedro Ludovico, que pediu ao seu amigo Celso Hermínio descobrisse o jornalista e o levasse ao Palácio.

E o diálogo foi rápido e ríspido, à maneira do velho Pedro:

- Quer ser Prefeito da Nova Capital?
- Depende.
- Depende de quê?
- Não aceito **cabresto**.

Diante de tal atrevimento, Pedro Ludovico virou-se para o Secretário do Governo, que era o atual Desembargador Jorge de Moraes Jardim e disse-lhe:

- Jorge, lavre o decreto, este moço me serve.

Dobras do tempo é o primeiro livro de memórias de Venerando de Freitas Borges. Registra o período da infância até o dia em que ele chega a Goiânia, como seu primeiro Prefeito. A obra é enriquecida com os artigos escritos a favor da mudança e de várias crônicas, além de uma carta inédita, de Pedro Ludovico, dirigida ao Ministro Osvaldo Aranha, datada de setembro de 1932, primeira manifestação escrita sobre Mudança da Capital.

Daí a importância deste livro que, por encerrar em suas páginas, momentos eloquentes desses últimos cinquenta anos de nossa história, está a exigir do autor a continuação de suas memórias, o que ele já prometeu, temendo que lhe armemos nova cilada.

Goiânia, Natal de 1979

O TERREMOTO DE LISBOA E SUA REPERCUSSÃO NO ARRAIAL DE SANTA LUZIA

Epaminondas Roriz¹

No ano de 1756, não sendo possível precisar a data exata, o povo de Santa Luzia, hoje Luziânia, foi tomado por um profundo sentimento de tristeza e dor causado pela notícia do terremoto de Lisboa, ocorrido em novembro do ano anterior. A razão de tão grande consternação foi motivada pelo fato de a população do arraial ser majoritariamente portuguesa, na qual com dificuldade, encontrava-se uma pequena mescla brasileira.

Santa Luzia – como Meia Ponte, atual Pirenópolis – fundou-se pela vinda em grande parte de portugueses, originários do Norte do país ibérico, alguns casados com paulistas de velha e nobre estirpe bandeirante, consoante atestam os linhagistas Gelmires Reis e Jarbas Jaime, em suas magníficas obras genealógicas.

O terremoto de Lisboa, que foi seguido de um mortífero maremoto e de múltiplos incêndios, aconteceu no dia 1º de novembro de 1755, às 9:40 da manhã. Era dia de Todos os Santos. Dia de festa. Dia de missa. O povo lisboeta, extremamente católico, acordou com alegria e saiu para assistir aos ofícios religiosos. Mas, de repente, o chão fugiu a seus pés. As ruas se abriram em fatias. As casas estremeçeram e depois caíram ao solo, em pedaços. O medo contaminou a população, multidões em desespero corriam sem saber para onde. O rio Tejo avolumou-se num instante e foi

¹ Sócio Titular da cadeira nº 30, da Academia de Letras e Artes do Planalto – Luziânia-GO

engolindo ruínas e criaturas. Quando saciou sua fúria, veio o fogo, a competir com as últimas águas lamacentas na disputa das vidas e dos destroços. Lisboa, alucinada de terror, assistia no seu dia santo de 1755 ao violentíssimo tremor de sua terra.

O renomado historiador britânico Charles Boxer (1904-2000), do King's College de Londres, comparou o terremoto de Lisboa com o impacto da bomba de Hiroshima.

Escrevendo na segunda metade do século XIX, o notável historiador santaluziano Joseph de Mello Álvares (1837-1912), assim relatou aquele terrível abalo sísmico que quase destruiu a capital lusitana, arrebatando milhares de preciosas vidas:

O primeiro abalo teve lugar a 1º de novembro, às 09 horas e 40 minutos da manhã, ele não durou senão 6 segundos; mas foi tão violento que quase todas as igrejas foram destruídas. O Palácio Real, o Teatro da Ópera, a maior parte dos edifícios públicos tiveram a mesma sorte. Uma terça parte das casas particulares foi da mesma forma abatida, e trinta mil pessoas pereceram sob os entulhos. Este primeiro abalo foi seguido de dois outros no espaço de 5 a 6 minutos. Duas horas depois, o incêndio se manifestou em três pontos diferentes da cidade, e este novo desastre concluiu a ruína desta infeliz metrópole, da qual uma grande parte ficou reduzida a cinzas. Para cúmulo de infelicidade, a maré se levantou a 50 pés acima das mais altas marés. Felizmente o refluxo teve lugar quase imediatamente; isto salvou Lisboa de uma submersão total.

O Palácio Real, que se situava às margens do Tejo, onde hoje existe o Terreiro do Paço, abrigava uma biblioteca de 70 mil volumes e centenas de obras de arte, incluindo pinturas de Corregio, Rúbens e Tiziano Vecelli, assim como registros históricos de Vasco da Gama e Cristóvão Colombo. Outros

documentos relativos à exploração oceânica também foram destruídos pela catástrofe.

O tremor sísmico destruiu ainda as maiores igrejas de Lisboa, podendo mencionar a Catedral de Santa Maria e as Basílicas de São Paulo, Santa Catarina, e da Misericórdia, bem como o Convento do Carmo, cujas ruínas encontram-se presentes no centro da cidade. O Hospital Real de Todos os Santos foi consumido pelo incêndio e centenas de pacientes morreram carbonizados.

Lisboa não foi a única cidade portuguesa atingida pela tragédia. Todo o sul de Portugal, particularmente o litoral do Algarve, foi alcançado e a destruição foi generalizada. As ondas de choque do sismo foram sentidas por toda a Europa e norte da África. Os tsunamis (termo japonês) originados pelo terremoto, através do Atlântico, atingiram lugares tão longínquos como a costa leste dos Estados Unidos da América, e as ilhas caribenhas da Martinica e Barbados.

Os geólogos modernos estimam que o abalo sísmico atingiu 9 graus na escala Richter. O seu epicentro não é conhecido com exatidão, mas diversos sismólogos propõem um lugar no mar, entre 150 a 500 quilômetros a sudoeste de Lisboa.

De uma população de 275 mil habitantes em Lisboa, presume-se que 90 mil morreram, ou seja, o triplo da cifra mencionada por Mello Álvares. Outros 10 mil foram vitimados no norte da África, sobretudo no Marrocos.

A família real escapou ilesa à catástrofe. O rei D. José I e a corte tinham deixado a cidade ao amanhecer. Tal como o rei, o poderoso ministro Marquês de Pombal, sobreviveu ao terremoto. A reconstrução de Lisboa foi por ele planejada. O rei desejava uma cidade nova e ordenada, com grandes praças e largas e retilíneas avenidas. Alguém perguntou ao Marquês para que serviam ruas tão largas, ao que este respondeu que “um dia hão de achá-las estreitas”.

O novo centro de Lisboa, conhecido por Baixa Pombalina, é hoje um dos lugares nobres da cidade. Seus prédios foram os primeiros no mundo a serem construídos com proteção anti-sísmica, e foram eles testados em modelos de madeira, utilizando-se de tropas militares em marcha para simular as vibrações sísmicas.

Em Santa Luzia, no dia seguinte ao da chegada de tão dolorosa notícia, fizeram-se solenes exéquias pelas vítimas do terremoto. O reverendíssimo vigário Dr. Jerônimo Moreira de Carvalho presidiu aos ofícios religiosos, assistido pelo capelão Cel. Antônio Ferreira Mendes, e por diversos outros padres e diáconos.

O povo santaluziano contribuiu com uma fortuna de 43 quilos de ouro em favor dos desabrigados daquela que foi a maior tragédia da história lusitana; para tanto concorreram portugueses e brasileiros.

É importante registrar que o valor do ouro, na segunda metade do século XVIII, era sobejamente mais representativo do que nos dias de hoje.

Finalizando, o que é um terremoto?

Consoante escreve José Alberto Vivas Veloso, professor de Geofísica da UnB, em curta definição:

uma súbita liberação de pressão que cria ondas sísmicas e provoca vibrações na crosta terrestre. A maior parte dos terremotos tem origem tectônica e acontece quando tensões acumuladas nas rochas, por longo tempo, ultrapassam o limite de resistência daquele material que se rompe; assim nasce um terremoto.

PADRE PEREIRA – UMA VIDA, MUITAS HISTÓRIAS PELA FÉ, ALEGRIA, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO E CERRADOS

Pedro Wilson Guimarães¹

“Eu vim para que todos tenham vida”

João

Padre José Pereira de Maria – Padre Pereira – quem não soube, conheceu, trabalhou, conviveu, celebrou, caminhou nestes últimos cinquenta anos dos séculos XX e XXI? Padre Pereira do Piauí de Floriano, Picos, Terezina, Parnaíba das praias, caatingas, gurgueias, serras, grutas, rios, vestígios do passado e do presente da humanidade de Deus. Um dia como seu avô que saiu da Paraíba e foi para o Piauí (fez uma promessa de mudar o nome Pereira da Silva para Pereira de Maria mãe de Deus e protetora da família) para se livrar dos ranços cangaceiros dos sertões nordestinos cariris, serras talhadas, araripes e angicos da vida de dormir num lugar e acordar em outro senão esta vida já era. Seu pai e família rumou para o norte de Goiás, Porto Real hoje Nacional. É onde ainda mora a família de Antônio Pereira de Maria. Padre Pereira já estava no seminário em Recife. Naquele tempo de império e da república velha qualquer família numerosa prometia filhos e filhas para a igreja e para o exército. Promessa dura mas que tinha de cumprir. Fazer o admissão, primário e sentar, servir como praça na polícia, exército, e ou marinha porque ai ganharia e conheceria o mundo navegando nos oceanos da vida. Era costume de vez e quando o vigário sertanejo

¹ Sócio Honorário do IHGG. Professor da UFG e da PUC-GOÍÁS.

fazer desobrigas, fazer batizados, crismas, casamentos, recolher donativos dos santos. E levar meninos e meninas adolescentes para conventos e seminários. Seu Firmino tinha prometido o mais velho que quando soube da vinda do padre, escafedeu para o mato. O Vigário era paciente e ficava ali fazendo suas celebrações e comendo do bom e melhor até que o prometido aparecesse. Não apareceu. O servo de Deus já ia juntar, arrear cavalos, jumentos, mulas porque não dava mais para esperar. E porque o primogênito de Maria não ia aparecer nunca. E outros lugares necessitavam de suas ações e desobrigas celebrativas. O menino José estava ali assuntando conversas de gente grande quando seu Firmino ansioso perguntou se ele não queria ir? Na bucha disse que sim. Atrasou a viagem do padre mas o novo seminarista também marcharia com ele. E tempo foi andando e quando seu pai já estava rumando para o antigo norte goiano das terras do padre João, padre Luso e do bispo francês, coronel do exército que fora de Napoleão, (D. Alano Du Noday) deixou tudo e engajou na congregação dominicana. E tornou pouco depois bispo da igreja de Porto Nacional por muitos anos naquelas paragens dominadas pelo robusto rio Tocantins. Padre Pereira padre novo nordestino rumou para Porto Nacional. Um dia resolveu vir a Goiânia e acabou incardinado na nova Arquidiocese brasileira de Goiânia com o bispo paraibano de Patos. Bispo de Penedo, Aracajú de D. Fernando. D. Fernando de agora e para sempre no centro-oeste dos cerrados da Goiânia de Pedro Ludovico e na aurora da nova capital do Brasil/Brasília, sonhos bicentenários de Dom Bosco, por uma nova civilização que surgiria no paralelo treze. Paralelo dos cerrados das águas emendadas de JK a Dilma Rouseff. Padre Pereira senta praça em Goiânia. Por coincidência um irmão mais novo com nome de João Bosco, vem para Goiânia, torna Varjão sua sede e tragicamente morre de acidente na rodovia BR-060. Até hoje Varjão chora sua morte e de outro paraibano, Padre Moacir. Padre Pereira assume uma paróquia chamada Vila Operária de N.S

das Graças. Um vulcão de renovação surge na igreja com o Concílio Vaticano II de João XXIII e Paulo VI. Abrir janelas, portas. Abrir a igreja para uma evangelização libertadora para todos homens e mulheres, e socialmente para os mais pobres na expressão e desejos de Jesus Cristo. Tornam-se ponto de referência as pregações do Padre Pereira. Torna-se professor do Instituto de Educação e da UCG hoje PUC-Goiás. Lá conhece a extraordinária professora e educadora da fé cristã Maria Helena Barcelos Café com vasta experiência. E é hoje reconhecida como mestra e catequista. E formadora de novos professores/as para as redes de escolas estaduais e municipais e para a própria universidade. Educação para as mudanças sociais para uma sociedade de paz, partilha e justiça social. Padre Pereira que viria para uma estadia em Goiânia ficou aqui para sempre e pôde ajudar a igreja viver as mudanças do concílio Vaticano II com todo o clero e especialmente com D. Fernando Gomes dos Santos presentes no Concílio, na conferência de Medellín por uma comunicação social a serviço de uma educação e cultura libertadoras conta com colaboração extraordinária de Paulo Freire de toda pedagogia libertadora para analfabetos e para as universidades e escolas. Tempos quentes e desafiadores com a luta pelas reformas de base de Jango: agrária, educacional, bancária e administrativa com participação de gente como Betinho, Padre Vaz, D. Helder, Marina Bandeira, Darcy Ribeiro, num Brasil rural que estava se transformando em urbano. Migrações rurais e regionais, cidades grandes no sul maravilha. Padre Pereira de Venerando Freitas a Paulo Garcia. Padre Pereira do AGI, AGL e Instituto Histórico e Geográfico de Goiás de Geraldo Coelho Vaz, Elizabeth Caldeira Brito, Barbosa, Bariani, Mendonça e todas coras coralinas, damianas, nanhãs do couro, dalisias, amalias, bernados, zoroastros, izus, helias, palacins. Padre Pereira de Boaventura, Póvoa, Messias, M^a José, Luis Sampaio, Marina, Sirlene, Denize, Tatiana, Cidinha, Olivia, Cristina, Germino, Roxo, representantes do povo.

Padre Pereira na Vila Operaria com ajuda de universitários/as realizava uma pastoral participativa através do método ver, julgar e agir. Ver a realidade social e seus problemas e avaliar, julgar, comparar com as verdades do evangelho radical de Cristo. Ver, avaliar e engajar na educação popular, alfabetização de jovens e adultos pelo Movimento de Educação de Base/MEB com Rádio Difusora e grupos de base espalhados por várias regiões goianas. Padre Pereira animava a paróquia e os movimentos de juventudes católicas (jec, juc, jac), MFC – Movimento Familiar Cristão, ligas, congregações, apostolados, catequese. E liturgias mais próximas da comunidade, depois comunidades eclesiais de base. E mais pastorais populares da terra, indígenas, juventude, sindicalismos rurais e urbanos, missa em português. A paróquia do Padre Pereira torna-se referência para padres frades, irmãs que vinham de outros estados e países para o Brasil central, especialmente para a igreja de Goiânia. É criada a CNBB e Padre Pereira colabora com D. Fernando na Cúria, regional da CNBB, (com P. Wilson e F. Itami), SPAR, Centro Pastoral, com suas ricas e celebrativas reuniões mensais. Torna-se professor da UFG, UCG/PUC-Goiás e IFG. Professor de antropologia e sociologia nos recentes cursos da faculdade de filosofia. Padre Pereira e o golpe de 64. Dedurado na recente UFG fundada por Colemar Natal e JK e Clovis Salgado. Colemar deposedo veio interventor do Ceará. No Ceará não tem disso não? Pressão política de todos lados leva Padre Pereira sair do país. Vai estudar em Paris onde estão seus amigos Samir e Rui Rodrigues da Silva, um dos maiores secretários de educação do Brasil aqui no Governo MB. Padre Pereira dos grupos de estudos sobre fé e evolução? Padre Pereira perde o irmão Firmino. Choque. Ficam os irmãos, sobrinhos, primos Antônio, Helena, Carmo, Terezinha, Marco Antônio, Maria das Graças. E mais Jairzinho, Talita, General apelido dado pela amiga Heloisa Helena Leão Veloso de Rio Verde para o mundo, para a liberdade e solidariedade. Padre Pereira da reitoria da UCG/PUC-Goiás. Padre

Pereira de tantas lutas. Padre Pereira das utopias da vida. Sonhos de um mundo melhor. Padre Pereira do jornal Brasil Central com Padre Serra, Cibele, Beraldo, Rodolfo, Carmelo, Alaor, Ivo, Jesus. E de D. Fernando, D. Antônio e D. Washington, CNBB, CRB, CPT, CiMI do Antônio Carlos Moura de D. Tomas e D. Pedro Casaldáliga. Padre Pereira das assembléias diocesanas por uma igreja cada vez mais engajada nos rumos do evangelho e do concílio Vaticano II, conferências de Medellin, Santo Domingo, Puebla e Aparecida. Padre Pereira da Revista da Arquidiocese e da Comunhão e Participação. Padre da Catedral de D. Fernando invadida e reprimida juventude estudantil pelas forças da ditadura nada branda. Padre Pereira de mil batizados, crismas, casamentos, celebrações por um mundo de paz e justiça. Padre Pereira da SGC/UCG/PUC-Goiás. Padre Pereira de Maria Tereza, Veridiana, Isadora. Padre Pereira de Tânia, Valdi, Betinha, Hélio, Genilda, Ivanildes e de todos nós da ação católica engajada por mudanças sociais requeridas pelo povo trabalhador das cidades e dos campos cerrados. Padre Pereira de neis, ledas, maritas, anetes, rabelos, rabelinhos, gilenos, celios, rosários, nazirs, tomazs, delios, cristobals, luizas, aldas, aparecidas, isas, betinhas, bizes, vandas, jerusas, brandãos, alices, mindés, naziras, darcis, nadimes, neides, marildas, lumunbas, badicos, osdirs, jofres, augustas, claudinas, chicos, leas, ivanis, lucis, stelas, trindades, diongs, elters, horiestes, marias, maria alices, servitos, gils, roses, marildas, hélios moreiras, zoroastros, olvanirs, oscavus, pereirinhas, percivals, zemoreiras, lorimés, iberes, lindas, claudios, marios, zevicentes, moarcirs, anas, joãos, climacos, jonathas, galias, wagners, juarez, zinas, revys, clelias, wolmirs, luanas, antônios, paulos, joaquins, lelés, zés, zezinhos, galegos, aldorandos, bennios, lobos, ivos, elzas, nadirs, bailãos, joãos batistas, madalenas, consuelos, m. antônios, vaz, gessés, glaucias, luzias, albertinas, glorias, sebastiãos, osmars, lauras, chaers, melinis, leos, pedros, alipios, ruis, nices, gabriels, rafael, guilhermes, marianas, benicios, olgas, lacis, malus, carlitas,

maristelas, ninis, geraldos e cidas. E walderezes, batistas, sergios, paulos, bitencourts, emersons, peixotinhos, mauros, eleuzes, reginas, dilais, cesars, alcides, bemardonis, delmas, marinas, suelis, claudias, irenes, elcios, godaes, gizés, angelas, dalisas, oscars, dalvas, silvas e da igreja universitária de São João evangelista de todas criações e evoluções do planeta terra/água de Deus do universo todo. Padre Pereira, Dario Nunes, Joadir Costa estão nos céus. Padre Pereira das lambretas e vespas, numa Goiânia em constantes mudanças com homens e mulheres, santos e pecadores libertados para sempre por Jesus Cristo com sua mensagem revolucionária assumida integralmente pelo Papa Francisco que nos apela pela ecologia social, pela misericórdia. E compaixão e ao lado dos mais pobres, eleitos por Deus da cruz e do bálsamo, da ressurreição pelo amor a todos. Uns pelos outros com vida digna de ser vivida hoje e amanhã. Padre Pereira amigo de muitas caminhadas, encruzilhadas, rezas, terços, salves rainhas, pais nossos, aves marias! E a Eucaristia que nos dá graça pela graça do Deus desconhecido de Paulo o grande irradiador das palavras de Jesus desde oriente a ocidente. Padre Pereira de fevereiro do carnaval e quaresma para os arrependimentos de todos os nossos pecados individuais e coletivos. Amém. Depois páscoa para sempre. Viva a caminhada da Fraternidade sobre saneamento básico. Viva a vida.

Padre Pereira partiu, ficaram muitas saudades, muitas lembranças... E quantas histórias e estórias de vida. Padre Pereira, pedimos passagens para todas lutas e caminhadas libertadoras do povo de Deus.

DOUTOR THOMAS CARDOSO DE ALMEIDA

*Alberto Martins da Silva*¹

Doutor Thomas Cardoso de Almeida foi o primeiro médico goiano do Serviço de Saúde do Exército e o primeiro médico goiano formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, segundo as nossas pesquisas efetuadas nos Livros-Mestre do Oficiais do Serviço de Saúde do Exército, de número 1 (página 7) e de número 2 (página 6), onde encontramos os registros oficiais, e também no Catálogo de Teses da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de autoria de Camila Coura. O título anterior desse trabalho foi denominado “Um médico goiano em terras Tabajara”, em virtude do meu interesse em saber de sua vivência na cidade de Paraíba (capital), durante cinco anos; infelizmente ainda estou à cata de maiores informações de meus amigos pesquisadores pessoenses. Suplementados este trabalho com alguns dados resultantes de outros estudos realizados.

Thomaz Cardoso de Almeida, nascido na cidade de Goiás, em 9 de agosto de 1807, e filho de Salvador Cardoso de Almeida, com data de praça de dois de dezembro de 1839 e nomeado Alferes Cirurgião-ajudante, na mesma data. Na oportunidade, o Corpo de Saúde, como era chamado o atual Serviço de Saúde, era dirigido pelo português Dr. Manoel Antônio Henriques Tota, nomeado cirurgião-mor do Exército, em dezembro de 1822, que substituiu o Frei Custódio de Campos Oliveira, primeiro Diretor

¹ Membro – Acadêmico do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

do Corpo de Saúde do Exército; durante a sua gestão (1822-1849), várias melhorias foram efetuadas no Corpo de Saúde, inclusive a colaboração de um Plano para Organização do Corpo, com efetivo, postos e atribuições. Este Plano somente foi aprovado pelo Decreto 601, de 19 de abril de 1849, abrindo novas expectativas para o ingresso nas suas fileiras com aumento do efetivo.

Na Corte, com o surgimento, em 1808, da Faculdade de Medicina, antes Escola Médico-Cirúrgica – também chamada de Academia Anatômica, Cirúrgica e Médica – que funcionava no Hospital Militar da Corte, no Morro do Castelo, aumentavam as possibilidades aos jovens de várias Províncias, para o ingresso na carreira médica. Assim, Thomaz Cardoso de Almeida, ao terminar seu curso secundário, na cidade de Goiás, viajou ao Rio de Janeiro para fazer preparatórios, sendo o primeiro goiano a matricular-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1834, tendo concluído o curso na turma de 1839, seis anos depois, com mais 21 médicos, oriundos de outras Províncias. O Dr. Thomaz defendeu a tese intitulada “A gastrite aguda” e era, entre os vinte e dois formandos, o único da Província de Goiás, como também o único que ingressou ao término do curso, nas fileiras do Exército, em seu Corpo de Saúde, portanto, o primeiro médico goiano a ingressar no Exército Brasileiro.

Um outro registro encontrado em sua vida militar, enquanto viveu na Corte no tempo em que fazia o curso médico, foi o serviço que prestou como integrante do Corpo Municipal Permanente da Corte, no período de 1º de maio de 1835 a 16 de dezembro de 1839, enquanto era aluno na Faculdade de Medicina.

Nesta época, era sub-Comandante do Corpo Municipal, e depois seu Comandante, o major Luís Alves de Lima e Silva (futuro Duque de Caxias), oficial notabilizado por sua atuação com destaque na revolta do Corpo de Santana, liderado pelo Major Miguel de Frias (1832).

De estudos efetuados, chegamos a conclusão que a passagem de alguns acadêmicos nesta repartição militar - Corpo Municipal Permanente – servia como estagiário ou bolsista; isto aconteceu com outro acadêmico goiano, também motivo de pesquisas e de uma biografia, futuramente apresentada, o aluno Francisco Antônio de Azeredo, que esteve também como bolsista, no período de 23 de setembro de 1839 a 17 de dezembro de 1840, época em que se matriculou na Faculdade.

Ingressando no Corpo de Saúde, como vimos, no ano de 1839, recebeu, o doutor Thomaz, em sua vida militar, as seguintes promoções;

Alferes cirurgião-ajudante – Decreto de 2 de dezembro de 1839

Tenente cirurgião-mor – Decreto de 25 de março de 1845

Capitão primeiro cirurgião – Decreto de 29 de julho de 1852

Major cirurgião-mor de Brigada – Decreto de 2 de dezembro de 1860

O Dr. Thomaz Cardoso serviu, em seus primeiros postos, na Guarnição da Corte, em várias instalações militares. Quando de sua promoção ao posto de major – Oficial Superior – foi nomeado para o cargo de Delegado do Cirurgião – mor do Exército na Província da Paraíba, em 19 de fevereiro de 1861. Neste período, a Paraíba tinha como seu Presidente Luís Antônio da Silva Nunes, e na chefia do Serviço de Saúde do Exército estava o notável cirurgião e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Manuel Feliciano Pereira de Carvalho. O tempo de permanência do major médico Thomaz Cardoso de Almeida como Delegado do Cirurgião-mor em terras paraibanas foi de quase quatro anos. Provavelmente conviveu com o integrante do Corpo de Saúde, o paraibano Antônio da Cruz Cordeiro Sênior (ingressou em início de 1861). No ano de 1865, deixa a Paraíba

para servir na Província de Goiás, onde enfrentou o flagelo das bexigas que grassou naquela época.

Não encontramos, apesar de nossas pesquisas, nada sobre a sua vida militar, enquanto serviu na capital paraibana; as notícias militares estão circunscritas a sua nomeação como Delegado do Cirurgião-mor. Os pesquisadores paraibanos estão convocados para elucidar a questão.

O Dr. Thomaz colaborou com o 1º cirurgião reformado Vicente Moretti Foggia, italiano que serviu muitos anos em Goiás – chamado de “o benfeitor dos pobres”, segundo o médico escritor e político doutor Americano do Brasil. O surto das bexigas que assolou Goiás exigiu de vários Presidentes um enorme trabalho para debelá-lo. Em um relatório do Sr. Presidente Dr. Augusto Pereira França, datado de 19 de abril de 1867, determinou que fossem organizadas instruções médicas, para serem distribuídas à população. Esse trabalho foi realizado pelo médico Vicente Foggia; na verdade ele era farmacêutico, de grande estima da população, e pelo major médico do Exército, Thomaz Cardoso de Almeida. O atendimento médico na Província de Goiás, por falta de profissionais diplomados, sempre foi precário. A população era atendida por curiosos, boticários, dentistas e médicos licenciados. Não faltaram pedidos insistentes dos Presidentes da Província solicitando médicos diplomados. Somente em 5 de novembro de 1857 chegou à Província o goiano Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, major cirurgião-mor de Brigada, nomeado como delegado do Cirurgião-mor do Exército e, em dezembro de 1866, é designado para servir na Província de Goiás, o outro médico goiano Dr. Francisco Antônio de Azeredo, também no mesmo posto hierárquico. Esta parceria nos trabalhos das instruções médicas contra o surto das bexigas está no trabalho escrito por Lena Castelo Branco, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, número 15, jan/jul. de 2000.

O farmacêutico Vicente Moretti Foggia durante muitos anos colaborou de maneira importante, na cidade de Goiás, na ausência de médicos formados, tornando-se figura de relevo na medicina provincial. Em 1835 foi nomeado pelo Presidente Jardim, para boticário do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara. Na ausência do Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, em viagem para o Mato Grosso, Foggia o substituiu como Comissário-vacinador, tendo sido também professor vitalício da Cadeira de Aritmética e Geometria, do Liceu Goiano, concursado em 1848.

Com os achados resultantes das pesquisas realizadas no Arquivo da Diretoria de Saúde, é de concluir-se que o Dr. Thomaz Cardoso de Almeida foi o primeiro médico goiano formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e o primeiro médico goiano a integrar o Serviço de Saúde do Exército. Não foi possível, descobrir a data de seu falecimento, provavelmente na cidade de Goiás.

Bibliografia

DIRETORIA DE SAÚDE DO EXÉRCITO, Livro Mestre dos Oficiais do Corpo de Saúde. Livro número 1, página 7.

CAMILLO-COURA, Catálogo de Teses (1832-1985) da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Ciências da Saúde. 2 vol. Rio de Janeiro, 1985.

SANTOS FILHO, Licurgo. História Geral da Medicina Brasileira. HUCITEC-EDUSP. São Paulo. 1991.

SILVA, Alberto Martins da. Médicos Militares Paraibanos. Edição Particular. Brasília. 2009.

JOAQUIM GOMES FILHO, O TROCADILHISTA

Bariani Ortencio¹

Primeiramente vamos ver um pouco de História que todo goiano sabe ou deveria saber:

1) O que é Goyaz? Se perguntar aos paulistas de onde veio o nome de São Paulo todos saberão responder, assim como os mineiros e os mato-grossenses. Mas, e Goyaz?

Goyaz: guayazes, depois goyazes... Guá= gente, yá= raça. Goyaz: gente de raça, gente amiga, gente companheira...

2) Quem nasceu aqui sempre foi goiano?

Não. Somente são goianos os que aqui nasceram depois de 7 de novembro de 1749, porque antes desta data era Capitania de São Paulo, portanto, paulistas. O primeiro presidente da Província foi o pernambucano Dom Marcos de Noronha, que possuía o título nobre de Conde dos Arcos, daí o Palácio Conde dos Arcos em Vila Boa.

3) E por que Goiânia? Goiânia é um poema épico referente aos índios goyazes composto de mais de 10.000 versos e por Manuel de Carvalho Ramos, pai do Hugo, quando Juiz de Direito em Torres do Rio Bonito, hoje Caiapônia. De início o nome era a Nova Capital. Em 1936 houve um concurso pelo jornal O Social e o meu professor do Liceu de Goiânia, Alfredo de Faria Castro, com o pseudônimo de Caramuru, venceu o concurso com o nome GOIÂNIA.

¹ Membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, ocupando a cadeira nº 36.

JOAQUIM GOMES FILHO – Agora vamos falar um pouco sobre o cunhado de Eli Brasiliense, Joaquim Gomes Filho, natural de Pirenópolis, o segundo maior trocadilhista do Brasil, o ótimo professor de Português, Joaquim Gomes Filho, ou apenas Gomes Filho. O maior trocadilhista do Brasil foi Emílio de Menezes e o segundo, sem dúvida, Gomes Filho.

Nasceu em Pirenópolis em 1910. Foi seu pai, Joaquim Gomes da Silva Rocha, e sua mãe, Ana Francisca da Rocha, a dona Nana.

Casou-se em 1939, com dona Reginalda Fleury, dona Nenzinha.

Com menos de 18 anos foi para Uberaba para fazer o Ginásio. Seguiu para São Paulo onde fez o curso comercial no Liceu Coração de Jesus. De São Paulo, para o Rio de Janeiro, diplomando-se pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Do Rio de Janeiro voltou direto para a Cidade de Goiás, onde foi professor no tradicional Lyceu de Goyaz, lecionando Português. Colaborou em diversos jornais, fazendo literatura. Em Goiânia foi diretor do jornal O Social. Este jornal entrou para a história por ter realizado o concurso em 1936 para dar nome à nova capital.

Bom apreciador de cerveja, confiado e sem cerimônia, chegava à turma costumeira de bate-papo e já ia pegando o copo de qualquer um que estivesse bebendo. De uma vivacidade mental fabulosa, bom orador, foi deputado estadual pelo PSD de 1947 a 1951. Também professor de Português no Liceu de Goiânia e diretor do Colégio Estadual Pedro Gomes, no Bairro de Campinas. Aposentou-se como ministro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Não sei se terminou o seu livro de memórias com o sugestivo título – VALEU A PENA?

Vamos recordar alguns de seus famosos trocadilhos:

Estando com um copo de cerveja, fez menção de despejar e disse: Olha aí, nem PINGA, se cair no Chãopanha, não pode SER, VEJA (cerveja).

Disseram-lhe que vão expulsar os padres estrangeiros, e ele atacou: – É para valorizar o Padrenosso?

Por ele ter a cabeça branca, uma senhora lhe perguntou:

– Deu geada na sua cabeça, Professor?

– Deu sim, mas só na rama, que a mandioca continua boa.

No governo do Leonino Caiado, alguém observou:

– O senhor está muito bem conservado, mas está com a cabeça branca!

– Acontece que eu sou de agosto e meu signo é leão. Tenho que ter mesmo uma juba leonina caiada.

Viajando de carro para a Amazônia com chuva, ele alegou: Se nós vamos para o AMAZONAS e aqui Há Lagoas (Alagoas), convém a gente PARÁ porque o carro que vem atrás pode SER JIPE (Sergipe).

Na pensão ele pediu linguiça sem pimenta:

– Mas linguiça sem pimenta é sem graça, professor! ...

– Olha Sebastiana eu quero a linguiça é pra comer, não é pra rir, não.

Gomes Filho tinha uma chácara na região do Ribeirão Dourados, perto de Aragoiânia, àquela época, Biscoito Duro. Certo dia eu vinha da minha indústria na Serrinha com um caminhão de telhas para Brasília. Gomes Filho estava com um saco de limão pedindo carona e subiu em cima das telhas. Chegando ao posto fiscal parei para carimbar a nota e o fiscal perguntou o que ele tinha no saco, respondendo que era limão. Foi exigido que pagasse o imposto. Pediu um caneco, que canivete ele tinha. Foi cortando os limões e espremendo o caldo no caneco. Assim que terminou, entregou o caneco ao fiscal, que lhe perguntou o

que era aquilo, no que ele respondeu: FISCAL DO CONSUMO!
(fiz caldo com o sumo).

Foi assim o formidável homem intelectual nascido, criado e casado em Pirenópolis, que viveu e morreu em Goiânia.

Macktub!

VARNHAGEN E A CAPITAL DA REPÚBLICA

Jarbas Silva Marques¹

No ano em que comemoramos os 56 anos da inauguração de Brasília como Capital da República, é mister que reverenciamos o bicentenário de nascimento de Francisco Adolpho de Varnhagen a ser comemorado no dia 17 de fevereiro.

Em 1877, Varnhagen percorreu, às suas expensas, realizando a primeira expedição científica para localização e mudança da capital federal - em 2012 ele foi lembrado pelo editor Victor Alegria que publicou a terceira edição do livro “A Questão da Capital: Marítima ou no Interior?” e pelo historiador militar Manoel Soriano Neto que gestionou o Exército brasileiro a homenageá-lo, nominado a 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, sediada em Cristalina, com a denominação histórica de “Brigada Visconde de Porto Seguro”.



O MILITAR

Francisco Adolpho de Varnhagen nasceu no dia 17 de fevereiro de 1816, na fábrica de ferro de São João do Ipanema, hoje Sorocaba, filho do mineralogista e militar Frederico Luis Guilherme de Varnhagem, alemão de Waldeck, que veio para o

¹ Jornalista, professor e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

Brasil no posto de Sargento-Mor do Real Corpo de Engenheiros da Metrópole Portuguesa com a tarefa de dinamizar a fábrica de ferro, pouco antes da vinda da Família Real, em 1808. Sua mãe, Maria Flávia de Sá Magalhães era portuguesa, natural de Lisboa.

O pai de Varnhagen retornou a Portugal em 1822, quando da Independência, acompanhando Dom João VI, e levou toda a família.

Em Portugal, onde chegou com seis anos de idade, fez os cursos primário e secundário e o de engenheiro militar, no qual obteve sempre os primeiros lugares.

Aos 17 anos, ainda menor, alista-se, voluntariamente, para combater, ao lado de Dom Pedro I, na luta contra Dom Miguel, que usurpara o trono português de Dona Maria da Glória, sua sobrinha. Dom Pedro o nomeia oficial.

Esse engajamento iria provocar-lhe inúmeros problemas, pois ele, embora lutando ao lado do proclamador da Independência Brasileira, não requerera autorização ao Império Brasileiro.

Em 24 de setembro de 1841, foi promulgado um decreto anistiando os brasileiros que lutaram em Portugal, ao lado de Dom Pedro I, sem a licença imperial brasileira. Varnhagen, que era 1º Tenente de Artilharia no Exército Português, requerera incorporação ao Exército Imperial Brasileiro e, no dia 06 de junho de 1842, é incorporado como 2º Tenente.

Passam-se anos e oficiais mais novos são promovidos e ele continua no posto de 2º Tenente sem promoção. Altivamente, ele protesta e graças a esse fato, passa à carreira diplomática.

O DIPLOMATA

Graças à sua erudita formação em questões de matemática, geografia e cosmografia, adquirida na Real Academia de Fortificações de Portugal, e da sua condição de poliglota, Francisco Adolpho de Varnhagen iniciou sua carreira em 1842, aos 26 anos, nomeado como Adido à legação do Brasil em Lisboa.

Em 1847, promovido a Primeiro-Secretário, é transferido para Madri e em 1851 passa a ser Encarregado de Negócios. Na Península Ibérica, como diplomata, permaneceu seis anos em Portugal e dez na Espanha.

Como veremos adiante, essa é a fase em que o Brasil ganhou o seu primeiro e maior historiógrafo a mergulhar nos arquivos coloniais de Portugal e Espanha. Seus colegas diplomatas diziam, à época, que ele “trabalhava 28 horas por dia”.

Promovido a Ministro Residente em 9 de dezembro de 1858 no Paraguai, ele inicia a sua fase na América hispânica.

Sua capacidade de indignação era imensa. Exasperado diante das torturas, assassinatos, corrupção e a miséria infligida ao povo paraguaio por Carlos Antônio López – Varnhagen preferiu correr risco de ser demitido como diplomata e, sem autorização, retirou-se do Paraguai e dirigiu-se ao Rio de Janeiro. Ele anteviu que os dois ditadores – pai e filho – iriam gerar na maior conflagração já havida na América Latina.

O Governo Brasileiro que lhe ouviu a exposição sobre a realidade paraguaia, irresponsavelmente não foi sensível à tragédia que se avizinhava e o transferiu para a Venezuela, em 19 de janeiro de 1861, estendendo a sua ação diplomática às republicas de Nova Granada (atualmente Colômbia) e Equador.

Em 30 de maio de 1863, é removido para Lima e acreditado pelos governos do Chile e do Equador.

No Peru, além de conduzir as negociações oriundas da abertura do Rio Amazonas e uma parte de seus afluentes ao comércio universal, energicamente, Varnhagem reagiu ao General Pardo pelo apoio que liderou junto com a Bolívia, o Chile e o Equador ao ditador paraguaio Francisco Solano López. Indignado, pediu seus passaportes e retirou-se do Peru.

Essa ação corajosa valeu-lhe a transferência, em 1868, para a Áustria, na condição de Ministro Plenipotenciário, onde morreria em Viena a 29 de junho de 1878.

O PESQUISADOR

Poucos intelectuais no Brasil possuem uma característica multifacética como Francisco Adolpho de Varnhagen; paleógrafo, geógrafo, biógrafo, matemático, poeta, dramaturgo, historiógrafo e historiador.

Em 1838, quando se fundava, no Brasil, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – a entidade mais antiga na preservação da história e geografia brasileira – Varnhagen escreve em Lisboa aos 22 anos, “Reflexões Críticas sobre Gabriel Soares de Sousa e Seu (Notícias do Brasil), editado pela Academia Real de Ciências em Lisboa”.

Em agosto desse mesmo ano, ele descobre o túmulo de Pedro Álvares Cabral, no Presbitério do Convento da Graça, em Santarém, quando era ainda aluno da Real Academia de Fortificações.

Escrevendo ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, em 10 de novembro de 1839, a propósito dessa primeira descoberta feita pelo jovem paulista, Menezes de Drummond acentua o fato notável de ter sido um brasileiro “Quem descobriu as cinzas do descobridor do Brasil, ignoradas 300 anos de seus próprios”.

Ainda em 1839, ele publica, em Lisboa, o “Diário de Navegação” de Pero Lopes de Souza, levantando os mais preciosos documentos da exploração da costa meridional do Brasil, seguindo-se à publicação de dezenas de documentos inéditos sobre o Brasil que ele envia para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, disponibilizando-o para pesquisadores e historiadores.

Em 1846, edita “O Caramuru perante a História”, recebendo uma premiação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo aspecto pioneiro de sua obra.

Publica em 1850 “Florilégio da Poesia Brasileira”, em três volumes, que é o primeiro levantamento da poesia brasileira,

seguindo-se ao drama histórico que escreveu sobre Amador Bueno e “Trovas e Cantares de um Códice o XIV Século”, que é o celebre “Cancioneiro do Colégio dos Nobres”, ilustrado e editado por ele. Nesse mesmo ano, sob o título de “Memorial Orgânico”, organiza documentos que tratam da escravidão.

Nessa época, surge o movimento para retornar a capital do Brasil para Salvador, e ele inicia a sua luta pela interiorização da capital do Império, citando, em sua argumentação, os exemplos da Inglaterra, França, Prússia, Áustria, Rússia e Espanha.

Em 1854, publica “História Geral do Brasil” que o qualifica com a adjetivação de “Pai da Historiografia Brasileira”, título reconhecido até mesmo por seus adversários em polêmicas históricas por décadas.

Quando da sua estada em Lima, apesar da atividade diplomática, sua assombrosa capacidade de trabalho e a sua temerária coragem de polemizar, torna-se o paladino da reabilitação histórica de Américo Vespúcio, reconhecida pelos historiadores modernos americanos, Justin Windsor e John Fiske.

Os espanhóis, capitaneados pelo historiador Herrera, passam a difamar Américo Vespúcio, dizendo que “ele queria roubar a glória de Cristovam Colombo”.

Varnhagen, em dez opúsculos publicados em francês, italiano, espanhol e alemão, prova então que Américo Vespúcio esteve nas Américas por seis vezes, desde 1497 a 1505, quando explorou, minunciosamente, a Costa Americana, desde o Cabo Canaveral até Dariano e Atrato, e que Vincent Yanes Pinzon e Juan Dias de Solis acompanharam Vespúcio em sua primeira viagem às Américas.

O seu arraigado patriotismo ao Brasil se manifesta por ocasião da Guerra do Paraguai ele que colocara em risco sua carreira diplomática protestando contra Carlos Antonio López, inicia a redação da “História das lutas como os holandeses no

Brasil – desde 1624 até 1654” -, como forma de encorajar os combatentes na guerra que se alongava e dar-lhes o exemplo dos trinta anos da luta para expulsar os holandeses.

O seu último trabalho histórico, a “História da Independência do Brasil”, foi editado postumamente por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com notas do Barão do Rio Branco.

Foi graças aos documentos historiográficos reunidos por Francisco Adolpho de Varnhagen que o Barão do Rio Branco escreveu as eternizadas “Efemérides Brasileiras”, até hoje sem nenhum erro. Para que se dê uma pálida mostra sobre o “Pai da Historiografia Brasileira” e sua produção intelectual, quando pesquisei no Arquivo Histórico do Itamaraty, na Seção XXI de Economia, encontrei o “Mapa das Pessoas que cobram Propina”, escrito por Varnhagen.

O MUDANCISTA

Em 1876, quando exercia o cargo de Ministro Plenipotenciário do Brasil no Império Austro-Húngaro, Francisco Adolpho de Varnhagen pediu licença e veio para o Brasil, com o objetivo – graças à sua formação de engenheiro militar – de localizar, no Planalto Central Brasileiro, o lugar ideal para sediar a capital federal.

Às suas expensas, ele saiu do Rio de Janeiro e veio de trem de ferro até Uberaba – onde terminava a linha férrea – e com os equipamentos científicos que trouxera, em lombo de burros, esquadrinhou o Planalto Central, as nascentes das três grandes bacias “onde, a menos de um tiro de fuzil uma das outras, se vêem as cabeceiras dos ribeirões Santa Rita, vertente ao rio São Francisco pelo Preto; Bandeirinhas, vertente ao Prata, pelo São Bartolomeu e grande Paraná”.

No seu estudo “A questão Capital: Marítima ou no Interior?”, ele batizou como local ideal o triângulo formado pelas Lagoas Formosa, Feia e Mestre D’Armas.

Em 1892, cumprindo a Primeira Constituição Republicana, o astrônomo Luiz Cruls e sua equipe e, em 1974, Antonio de Arruda Câmara e Guimar de Arruda Câmara deram o nome a esse fenômeno de “Santuário das Águas Emendadas”, quando faziam o Relatório Econômico da Missão Polli Coelho, sendo que Guimar de Arruda Câmara fez os primeiros mapas de Águas Emendadas, que está a menos de 50 quilômetros de Brasília.

Francisco Adolpho de Varnhagen contraiu tuberculose na sua pesquisa no Planalto Central e faleceu em Viena, no dia 29 de junho de 1878. Ele deixou dois pedidos: o de ser enterrado em Sorocaba, São Paulo, e o de seus filhos poderem usar o sobrenome “Porto Seguro”, em razão do título de Visconde de Porto Seguro, agraciado em 18 de maio de 1874 pelo Imperador Dom Pedro II, numa homenagem ao local onde aportou Pedro Alves Cabral e tomou posse do Brasil, e em razão de ter sido ele que descobriu onde Cabral estava sepultado.

Em razão de sua esposa ser chilena – ele se casou com Carmem Ovalle, com quem teve dois filhos, Frederico e Luiz – foi sepultado em Santiago.

Em 1921, o general Max Fleuiss, secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, iniciou um movimento para cumprir a última vontade de Francisco Adolpho Varnhagen: ser sepultado em sua terra natal, Sorocaba.

Esse pedido de Varnhagen só veio a ser cumprido no dia 24 de junho de 1978, quando seus restos mortais partiram de Santiago, no Chile, no Boeing 707 da VARIG, vôo 923, com destino a São Paulo, e de São Paulo foi levado a Sorocaba, onde está sepultado.

ATIVIDADES DO IHGG

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS
FUNDADO EM 1932**

ATIVIDADES 2015

DATA	ATIVIDADES REALIZADAS/OUTROS
	Publicação da Revista do IHGG, nº 25, referente ao ano de 2014, com 196 páginas contendo artigos científicos dos associados e convidados.
15/01/15	Visita de representantes da Diretoria do IHGG e demais instituições culturais goianas ao governador interino Desembargador Dr. Ney Teles de Paula, sócio titular do IHGG, que assumiu em virtude de viagem do governador Marconi Perillo ao exterior.
18/02/15	Reunião da Secretária da Educação do Estado de Goiás Dr ^a Raquel Teixeira, com associados e membros da Diretoria do IHGG. Assunto: Convênio e Parceria
25/02/15	Reunião com o professor Dr. Jean Jardim, coordenador do III Ecuentro de Las Ciências Humanas Y Tecnológicas para la integracion en la América y Caribe. Realizou-se nos dias 7 a 9 de maio do corrente ano. Assunto: proposta de parcerias.
26/02/15	Reunião no Colégio Estadual Polivalente Professor Goiany Prates, para planejamento das atividades referentes aos projetos “Mais cultura nas escolas” e “Ponto de Cultura Memória da Gente do IHGG”.
04/03/15	Reunião com os professores José Leopoldo da Veiga Jardim e Dr. Nelci Silvério de Oliveira, coordenadores do Curso de Extensão Cultural: “A Filosofia, os filósofos e a incessante busca da verdade”, será ministrado no auditório do IHGG aos domingos pelo Professor Dr. Nelci Silvério de Oliveira.

05/03/15	Reunião do Ponto de Cultura Memória da Gente do IHGG, com representantes da Pastoral do Migrante, do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG e Assessoria Especial de Direitos da Prefeitura de Goiânia.
09/03/15	Palestra com o título: “José J. Veiga – o grande contista do Brasil”, proferida no auditório do IHGG, pelo sócio benemérito e ex-presidente do IHGG, Dr. Gilberto Mendonça Teles.
15/03/15	Visita dos alunos do Colégio Militar Airton Sena ao IHGG.
18/03/15	Oficina Pedagógica ministrada pelo sócio titular Eguimar Felício Chaveiro com o tema: “Ecologia do Ser: Apontamentos para uma escola ativa”, no Colégio Estadual Polivalente Professor Goiany Prates, com toda equipe docente dessa instituição escolar. Realização Ponto de Cultura Memória da Gente do IHGG.
30/03/15	Reunião no IHGG, de organização das oficinas que acontecerão no Colégio Estadual Polivalente Professor Goiany Prates, no dia oito de abril de 2015.
31/03/15	Publicação do Boletim do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás ano X – Janeiro a Março de 2015 – nº 08.
06/04/15	Reunião no IHGG com o objetivo de preparar as Oficinas de Criação Artística, a realizar-se no Colégio Estadual Polivalente Professor Goiany Prates, com as artistas plásticas Evandra Rocha e Rosy Cardoso.
08/04/15	Realização de três oficinas, duas de “Criação Artística” com Evandra Rocha, Rosy Cardoso e uma de “Leitura e Produção Fotográfica do Espaço” ministrada pelo professor Alex Tristão, nas dependências do Colégio Estadual Polivalente Professor Goiany Prates.

10/04/15	Reunião com representantes da Diretoria para analisar o destino dos rolos compressores que foram usados na compactação das ruas de Goiânia, na década de 1930, doados ao IHGG a mais de 20 anos.
16/04/15	Reunião do Ponto de Cultura Memória da Gente do IHGG e instituições parceiras (Pastoral do Migrante, UFG, PUC-GO, Assessoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Goiânia), com o intuito de preparar o V Seminário do Migrante, a realizar-se no próximo dia 25, no auditório do IHGG.
17/04/15	Reunião do Presidente do IHGG com os representantes do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado de Goiás para tratar de assuntos relativos aos rolos compressores que foram utilizados na compactação das avenidas de Goiânia - década de 1930.
17/04/15	Reunião com o escritor e sócio do IHGG, Bento Alves Araújo Jaime Fleury Curado, representando a Secretaria de Estado da Educação, com o objetivo de elaborar o cronograma de atividades do Projeto: “Escola Goiana: identidade, memória e vida”. Parceria IHGG – SEDUC.
06/05/15	Realização do “Chá Literário e Filosófico” no Colégio Estadual Polivalente Professor Goiany Prates – parcerias entre o Ponto de Cultura Memória da Gente e a Instituição Escolar. Na ocasião o IHGG proporcionou oficinas com oito escritores goianos.
14/05/15	Visita ao presidente da Agência Brasil Central – Sistema de Rádio, TV e Imprensa Oficial, jornalista Carlos Alberto Lereia da Silva. Assunto: parceria para ampliar o projeto “Memória Viva de Goiás”.
14/05/15	Uso do auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG para realização do curso “Tecendo a Educação em Direitos Humanos na Educação da Paz”, promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.

15/05/15	Reunião para definir propostas para o destino dos rolos compressores que compactaram as avenidas de Goiânia, na década de 1930.
18/05/15	Reunião do Ponto de Cultura Memória da Gente do IHGG e instituições parceiras (Pastoral do Migrante, UFG, PUC-GO, Assessoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Goiânia), com intuito de preparar o V Seminário do Migrante, a realizar-se no próximo dia 25, no auditório do IHGG.
19/05/15	Reunião com a diretoria do Sindicato dos Arquitetos para entrega da maquete (lugar onde serão colocados os rolos compressores utilizados na compactação das ruas de Goiânia), que será instalada na área externa do IHGG.
22/05/15	Reunião dos representantes da Diretoria do IHGG com o Superintendente Marcelo Jerônimo, na Secretaria de Estado da Educação, Esporte e Lazer para tratar do projeto: <i>Escola Goiana: Identidade, Memória e Vida</i> , desenvolvido pelas professoras Elizabeth Caldeira Brito e Eleuzenira Maria de Menezes, mediante parceria entre as duas entidades.
25/05/15	<i>V Seminário do Migrante</i> – Realização do Ponto de Cultura Memória da Gente do IHGG e instituições parceiras (Pastoral do Migrante, UFG, PUC-GO, Assessoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Goiânia), no auditório do IHGG, com a participação de mais de cem estudantes de escolas públicas.
27/05/15	Visita das alunas do curso de Pedagogia da PUC-GO para conhecer as dependências do IHGG.
28/05/15	Reunião com associados do IHGG e o técnico responsável pelo projeto <i>Folha de Goyaz</i> para decisão do Kit mídia, que será utilizado para disponibilizar o conteúdo digitalizado do referido jornal.

29/05/15	Visita dos alunos do curso de Turismo, do Instituto Federal de Goiás – IFG, da professora Maria de Lourdes, para conhecer as dependências do IHGG; foram recebidos pelo Presidente.
03/06/15	Visita e reunião com o vereador Paulo da Farmácia, na Câmara Municipal de Goiânia, para tratar de assunto referente à programação de homenagens aos associados e parceiros do IHGG conferidas pela Câmara.
08/06/15	Reunião com equipe técnica para instalação e disponibilização do projeto <i>Folha de Goyaz</i> na internet.
22/06/15	Reunião da Comissão instituída pela presidência do IHGG para analisar e dar parecer à propositura de ingresso como Sócio Titular do jornalista Hélio Rocha.
30/06/15	Publicação do Boletim do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, ano X – abril a junho de 2015. nº 9
30/06/15	Palestra promovida pelo Ponto de Cultura Memória da Gente com o tema “Obra e Vida de Eli Brasiliense”, palestrante Rogério Arédio Ferreira, no auditório do IHGG.
14/07/15	Visitas e reunião com o sócio titular Iuri Rincon Godinho, para tratar da inauguração do monumento destinado aos rolos compressores utilizados na compactação das primeiras avenidas de Goiânia.
05/08/15	Solenidade de inauguração do monumento “Rolos Compressores de Goiânia”- peças de cimento utilizadas na compactação das primeiras avenidas da cidade de Goiânia na década de 1930.
11/08/15	Lançamento do livro: Rito de Passagem. Autor: Nériton Ribeiro – Editora Kelps, no Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG.

18/08/15	Sessão Especial na Câmara Municipal em Comemoração aos 83 anos do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e a outorga de títulos honoríficos de Cidadania Goianiense ao casal francês Yvan Avena e Monique Avena pela Câmara Municipal de Goiânia. Sessão proposta pelo vereador Paulo da Farmácia.
01/09/15	Inauguração da Estante do Escritor Goiano José Dilermando Meireles, na Biblioteca Maria Luísa dos Reis Meireles, e ainda o acervo Gelmires Reis, na cidade de Luziânia – Goiás. Participação do Presidente Geraldo Coelho Vaz.
16/09/15	Visita dos associados do IHGG à Instituição (IHGG).
23/09/15	Reunião do Ponto de Cultura Memória da Gente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás com os coordenadores do Colégio Estadual Polivalente Professor Goiany Prates. Objetivo: elaborar cronograma para realização de novas oficinas e atividade extra classe: visita aos museus de Goiânia. Participantes: Professores Alex Tristão, Eleuzenira Menezes, Sara Bernardo, Rodrigo e o diretor, João Guimarães.
06/10/15	Oficina de Releitura de Obras Artísticas e criatividade do Ponto de Cultura Memória da Gente do IHGG, com a artista plástica Rosy Cardoso e a historiadora Profª Ms. Eleuzenira Maria de Menezes, na Escola Municipal Vereador Carlos Eurico de Camargo Alves. Atuação em 4 turmas de 30 alunos. Total: 120 alunos.
07/10/15	Solenidade de Comemoração dos 83 anos do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, na qual foi apresentado e disponibilizado o acervo digitalizado do jornal <i>Folha de Goyaz</i> – projeto realizado por meio do Programa Estadual de Incentivo à Cultura / <i>Lei Goyazes</i> , do Governo de Goiás.
22/10/15	Seminário Migração Brasil – Reino Unido, no Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG.

13/11/15	Almoço com o músico Semeão Curado e convidados no Cristal Place Hotel (em frente ao IHGG).
06/12/15	Lançamento do livro A Filosofia, os Filósofos e a Incessante Busca da Verdade de autoria do Professor Nelci Silvério.
09/12/15	Encontro Cultural Ítalo Brasileiro da Associação Italiana de Goiás, cujo braço cultural, no momento, é o Coro Toscanelli sob a regência do maestro Antônio Carlos Cardoso Filho. Coro convidado: “Tom Legal” da Polícia Civil sob a regência da maestrina Vasti Silva.
10/12/15	Visita do escritor, juiz e acadêmico Dr. Abílio Wolney Aires Neto ao IHGG, para entrega de requerimento à vaga de Sócio Titular e entrega de seus livros para compor o acervo do Instituto. Títulos: “O diário de Abílio Wolney”, “A chacina Oficial”, “No tribunal da história”, “Princípios constitucionais”, “Juizados, arbitragem e mediação”, “Momento comunista – Liga camponesa, 1962” e “O Duro e a Intervenção Federal”.
15/12/15	Reunião Ordinária da Diretoria e Associados do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás para encerramento do ano em curso, apresentando as atividades desenvolvidas dentre outros assuntos da pauta
17/12/15	Visita, ao IHGG, do Professor, Sócio Titular do Instituto Orlando Ferreira de Castro para tratar de assuntos referentes ao Estádio Antônio Accioli e sua preservação.
30/12/15	Publicação do Boletim do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Ano X – Outubro a Dezembro de 2015. Nº 11

SÓCIOS DO IHGG

SÓCIOS DO IHGG

Presidente Perpétuo:
Colemar Natal e Silva

Presidente *ad vitam*:
José Mendonça Teles

Presidente de Honra:
Marconi Ferreira Perillo Júnior

Titulares

Cadeira nº 1

Patrono: Pedro Ludovico Teixeira

Titular: UBIRAJARA GALLI

Cadeira n.9

Patrono: Antônio Félix de Bulhões Jardim

Titular: HÉLIO ROCHA

Cadeira n. 2

Patrono: Maria Angélica do Couto Brandão

Titular: JUAREZ COSTA BARBOSA

Cadeira n. 10

Patrono: Gelmires Reis

Titular: MOEMA DE CASTRO E SILVA OLIVAL

Cadeira n. 3

Patrono: Francis Castenau

Titular: FRANCISCO ITAMI CAMPOS

Cadeira n. 11

Patrono: Honestino Guimarães

Titular: IURI RINCON GODINHO

Cadeira n. 4

Patrono: Guimarães Natal

Titular: EDUARDO JOSÉ REINATO

Cadeira n. 12

Patrono: Capistrano de Abreu

Titular: NELSON LOPES FIGUEIREDO

Cadeira n. 5

Patrono: Albatênio Caiado de Godoy

Titular: JALES GUEDES COELHO MENDONÇA

Cadeira n. 13

Patrono: Pe. Luiz Palacin Gomes

Vaga

Cadeira n. 6

Patrono: Zoroastro Artiaga

Titular: RUY RODRIGUES DA SILVA

Cadeira n. 14

Patrono: Joaquim Bonifácio de Siqueira

Titular: ANTÔNIO TEIXEIRA NETO

Cadeira n. 7

Patrono: Arlindo P. Cardoso

Titular: ELIZABETH ABREU CALDEIRA BRITO

Cadeira n. 15

Patrono: Emmanuel Pohl

Titular: LUIZ AUGUSTO PARANHOS SAMPAIO

Cadeira n. 8

Patrono: Luís Antônio da Silva e Souza

Titular: ITANEY FRANCISCO CAMPOS

Cadeira n. 16

Patrono: Auguste de Saint-Hilaire

Titular: BRASIGÓIS FELÍCIO CARNEIRO

Cadeira n. 17
Patrono: Raimundo José da Cunha Matos
Titular: JADIR DE MORAES PESSOA

Cadeira n. 18
Patrono: Couto de Magalhães
Titular: MARTINIANO JOSÉ DA SILVA

Cadeira n. 19
Patrono: José Martins Pereira de Alencastre
Titular: HÉLIO MOREIRA

Cadeira n. 20
Patrono: Luiz Gonzaga de Faria
Titular: AIDENOR AIRES

Cadeira n. 21
Patrono: José Lobo
Titular: LUÍS ANTÔNIO ESTEVAM

Cadeira n. 22
Patrono: Sebastião Pompeu de Pina
Titular: AUGUSTA FARO FLEURY DE MELO

Cadeira n. 23
Patrono: Crispiniano Tavares
Titular: MÁRIO RIBEIRO MARTINS

Cadeira n. 24
Patrono: José Lopes Rodrigues
Titular: NEY TELES DE PAULA

Cadeira n. 25
Patrono: Luiz do Couto
Titular: JOSÉ AMAURY DE MENEZES

Cadeira n. 26
Patrono: Jarbas Jayme
Titular: JACIRA ROSA PIRES

Cadeira n. 27
Patrono: Manoel Onofre Andrade
Titular: LEDONIAS FRANCO GARCIA

Cadeira n. 28
Patrono: Bouyhan Helou
Titular: EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO

Cadeira n. 29
Patrono: Salomão de Vasconcelos
Titular: HELOISA SELMA FERNANDES CAPEL

Cadeira n. 30
Patrono: Clifford Evans
Titular: ALTAIR SALES BARBOSA

Cadeira n. 31
Patrono: Eurídice Natal e Silva
Titular: MARIA NARCISA DE ABREU
CORDEIRO PIRES

Cadeira n. 32
Patrono: José Peixoto da Silveira
Titular: JOSÉ PEIXOTO DA SILVEIRA JÚNIOR

Cadeira n. 33
Patrono: Antônio Americano do Brasil
Titular: ROGÉRIO ARÉDIO FERREIRA

Cadeira n. 34
Patrono: Amália Hermano Teixeira
Titular: JOSÉ ÂNGELO RIZZO

Cadeira n. 35
Patrono: Moisés Santana
Titular: MARIA TEREZINHA CAMPOS SANTANA

Cadeira n. 36
Patrono: Ricardo Paranhos
Titular: NASR NAGIB FAYAD CHAUL

Cadeira n. 37
Patrono: Luís Cruls
Titular: HORIESTE GOMES

Cadeira n. 38
Patrono: Henrique Silva
Titular: GETÚLIO TARGINO LIMA

Cadeira n. 39
Patrono: José Honorato de S. Silva
Titular: LICÍNIO LEAL BARBOSA

Cadeira n. 40
Patrono: Dom Emanuel Gomes de Oliveira
Titular: ÁUREA CORDEIRO DE MENEZES

Cadeira n. 41
Patrono: Maria Barbosa Reis
Titular: ANTÔNIO CÊSAR CALDAS
PINHEIRO

Cadeira n. 42
Patrono: Ministro Jorge Latour
Titular: BINÔMIO DA COSTA LIMA

Cadeira n. 43
Patrono: Cora Coralina
Titular: MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO

Cadeira n. 44
Patrono: Francisco Tosi Colombina
Titular: JOSÉ FERNANDES

Cadeira n. 45
Patrono: Cândido Mariano Rondon
Titular: HEITOR ROSA

Cadeira n. 46
Patrono: Manoel Aires de Cazal
Titular: WALDOMIRO BARIANI ORTÊNCIO

Cadeira n. 47
Patrono: Regina Lacerda
Titular: ORLANDO FERREIRA DE CASTRO

Cadeira n. 48
Patrono: Rosarita Fleury
Titular: EURICO BARBOSA DOS SANTOS

Cadeira n. 49
Patrono: Joaquim Teotônio Segurado
Titular: ANA BRAGA

Cadeira n. 50
Patrono: Gerson de Castro Costa
Titular: NOÉ FREIRE SANDES

SÓCIOS EMÉRITOS

Ático Vilas Boas
Cristovam Francisco de Castilho
Elder Camargo Passos
Geraldo Coelho Vaz
José Mendonça Teles
Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Mari de Nazaré Baiocchi
Maria Augusta Callado di Saloma Rodrigues
Maria Augusta Sant'Anna de Moraes
Nancy Ribeiro de Araújo e Silva
Ursulino Tavares Leão

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Humberto Crispim Borges

Gilberto Mendonça Teles

SÓCIOS CORRESPONDENTES (NACIONAL E DO ESTADO DE GOIÁS)

Adilson César
Ana Maria de Almeida Camargo
Andréa Luísa de Oliveira Teixeira
Antolinda Baía Borges

Antônio Oliveira Mello
Arno Wehling
Bráulio Nascimento
Bento Alves Araújo Jaime Fleury Curado

Carlos Gomes de Carvalho
Carlos Granado Vieira de Castro
Consuelo Pondé de Sena
Cybelle Moreira de Ipanema
Djalma Silva
Domingos Pacífico Castello Branco Ferreira
Dulce Madalena Rios Pedroso
Edmar Camilo Cotrim
Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Filadelfo Borges de Lima
Gilson Silva
Gustavo Neiva Coelho
Hilda Agnes Hübner Flores
Iapery Soares de Araújo
Itapuan Bôtto Targino
Jayme Lustosa de Altavila
João Alberto Novis Gomes Monteiro
João Asmar
José Faria Nunes
Josemar Bezerra Raposo
José Otávio de Arruda Mello
José Luiz Bittencourt

Manoel Rodrigues Ferreira
Marlene Gomes Velasco
Maria Helena de Amorim Romacheli
Mauro da Costa Lima
Melquiades Pinto Paiva
Oswaldo Rodrigues Póvoa
Paulo Nunes Batista
Padre Ronaldo Silva
Ramir Curado
Sônia Maria Ferreira
Stella Leonardos
Terezy Fleury de Godoi
Umbelina Frota
Valdemes Ribeiro Menezes
Valdon Varjão
Vera Lopes Siqueira
Yasmin Jamil Nadaf
Yvan Avena
Zélia dos Santos Diniz
Zilda Pires da Silva
Wellington Aguiar

SÓCIOS CORRESPONDENTES INTERNACIONAL

Esteban Alvarado Vera
Jaime Romanini Gainza
Manuel Valásquez Rojas

Maria Esther Robledo
Wellington Castillo Sánchez

SÓCIOS HONORÁRIOS

Antônio de Souza Almeida
Armando Calheiros Acioli
Eliezer Penna
Goiana Vieira da Anunciação
Hélio Seixo de Brito Júnior
Jônathas Silva
Jorge de Moraes Jardim
Kleber Adorno
Leonardo Martins Normanha
Lourival Louza Júnior
Luiz José Bittencourt

Maria Abadia Silva
Milca Severino Pereira
Nelson Patriota
Pedro Paulo Montenegro
Pedro Wilson Guimarães
Terezinha Vieira dos Santos
Vilmar de Silva Rocha
Waldir Fernandes Madalena
Waldyr Eduardo Aidar
Walterdan Fernandes Madalena

GALERIA DE FOTOS



Lançamento do livro *Memórias de nossa gente II* (SICOOB Unicentro Brasileira), na sede da SICOOB – organizador e editor responsável, historiador Hélio Moreira. Presentes: Luiz Augusto Paranhos Sampaio, Heitor Rosa, Aidenor Aires, Hélio Moreira, Geraldo Coelho Vaz, Miguel Jorge, Moema de Castro e Silva Olival e Ubirajara Galli



Bruno Oliveira Guimarães Vaz, Eleuzenira Menezes, Geraldo Coelho Vaz, Sônia Ferreira, Elizabeth Caldeira Brito e Elizeth de Castro Caldeira, na homenagem aos 82 anos do IHGG, na Câmara Municipal de Goiânia



Amaury Menezes, Geraldo Coelho Vaz e Getúlio Targino de Lima, presidente da Academia Goiana de Letras, na homenagem aos 82 anos do IHGG, na Câmara Municipal de Goiânia



Hélio Moreira, Elizabeth Fleury (presidente da AFLAG), Alessandra Mendonça Teles e Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, na homenagem aos 82 anos do IHGG, na Câmara Municipal de Goiânia



Ubirajara Galli, Luiz Augusto Paranhos Sampaio, Hélio Moreira, Jacira Rosa Pires, Getúlio Targino de Lima, Elizabeth Fleury, Elizabeth Caldeira Brito e Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, na homenagem aos 82 anos do IHGG na Câmara Municipal de Goiânia



Getúlio Targino de Lima, Geraldo Coelho Vaz e Brasigóis Felício, na homenagem aos 82 anos do IHGG, na Câmara Municipal de Goiânia



Reunião ordinária do IHGG. De pé da esquerda para direita: Juarez Barbosa, Orlando Ferreira de Castro, Gabriel Nascente, Geraldo Coelho Vaz, João Asmar, Antônio César Caldas Pinheiro, Eguimar Felício Chaveiro, Aidenor Aires, Hélio Moreira, Rogério Arédio Ferreira e Jales Guedes Coelho Mendonça.

Sentadas: Elizabeth Caldeira Brito, Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires, Ana Braga, Sônia Ferreira, Lena Castello Branco F. de Freitas, Moema de Castro e Silva Olival, Goiana Vieira e Monique Avena



Solenidade de Posse: do padre Reinaldo Silva (Nerópolis-GO), Sócio Correspondente; Eurico Barbosa dos Santos e Hélio Rocha, respectivamente Sócios Titulares, ocupantes das Cadeiras nº 48 e 9 do IHGG



Escritor Bariani Ortencio, Sócio Titular (Cadeira nº 46) do IHGG, em sua mesa de trabalho no Instituto Cultural e Educacional Bariani Ortencio



Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, Antônio César Caldas Pinheiro na solenidade de lançamento do livro *Reflexões e pesquisas de Alcione Guimarães, sobre Honestino Guimarães*, de autoria de Alcione Guimarães, na Academia Itaberina de Letras e Artes



Governador de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, Geraldo Coelho Vaz, presidente do IHGG, Lêda Selma de Alencar e Edival Lourenço, respectivamente presidente da Academia Goiana de Letras e da União Brasileira de Escritores – Goiás. Na inauguração do monumento dos Rolos Compressores, no IHGG, que foram usados na compactação de Goiânia, em 1938



Presidente do IHGG, escritor Geraldo Coelho Vaz e o Governador de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, na entrega do Projeto que consiste na digitalização do primeiro jornal diário de Goiânia, *Folha de Goyaz* – “Folha de Goyaz Resgate da memória”



Sócio Titular (Cadeira nº 41), Antônio César Caldas Pinheiro e Sócio Correspondente, Bento Alves Araújo Jaime Fleury Curado, na sede do IHGG



Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, Sócia Emérita e diretora da Revista do IHGG e Elizabeth Abreu Caldeira Brito, Sócia Titular (Cadeira nº 7), secretária geral do IHGG, no auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG



A família de Monique Avena, Daniel Avena (filho) e Yvan Avena, na solenidade de entrega de Títulos de Cidadãos Goianienses, ao casal Avena, na Câmara Municipal de Goiânia



Vereador Paulo César da Silva (Paulo da Farmácia) no centro, autor da propositura do Título de Cidadãos Goianienses, para o casal Yvan Avena e Monique Avena



Em apoio à sustentabilidade, à preservação ambiental, a PRONTO EDITORA GRÁFICA/ KELPS, declara que este livro foi impresso com papel produzido de florestas cultivadas em áreas não degradadas e que é inteiramente reciclável.

Este livro foi impresso na oficina da PRONTO EDITORA GRÁFICA/ KELPS, no papel: Off-set 75g/m², composto nas fontes Minion Pro, corpos 8, 10 e 11,5 e Aller, corpo 18
Novembro, 2016

A revisão final desta obra é de responsabilidade do autor